



COMBOIOS DE PORTUGAL



RELATÓRIO E CONTAS 2017



COMBOIOS DE PORTUGAL

Ficha Técnica

CP - Comboios de Portugal, E. P. E.

Calçada do Duque, n° 20

1249-109 Lisboa

N° Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109°

Capital Estatutário € 3.850.091.940,00 (a 31 de dezembro de 2017)

Conceção e coordenação:

Direção de Planeamento e Controlo de Atividade

Direção Financeira

Contactos: webmaster@cp.pt

Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico

MENSAGEM DO PRESIDENTE	8
SUMÁRIO DO ANO	11
A EQUIPA DE GESTÃO	13
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	15
A EMPRESA	17
Recursos Humanos	18
Efetivo	18
Absentismo e Trabalho Suplementar	19
Formação	19
Frota	20
Material ao Serviço e Desativado	20
Melhorias na Frota	21
Oferta	22
Qualidade do Serviço	23
Procura	24
Proveitos	25
Investimentos	26
Grupo CP	27
O ANO EM REVISTA	28
Oferta / Operação	29
Tarifário e Bilhética	33
Distribuição	34
Parcerias	35
Comunicação	38
Qualidade	40
Gestão do Património	40
Segurança	41
Responsabilidade Social	41
Prémios Conquistados	45
CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	47

Resumo	48
Objetivos de Gestão	50
Relato Não Financeiro	50
Plano de Atividades e Orçamento	50
Execução Orçamental	52
Gestão do Risco Financeiro	54
Limite de Crescimento do Endividamento	55
Prazo Médio de Pagamento	55
Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2016	56
Remunerações	57
Medidas de Redução Salarial	57
Remunerações do Conselho de Administração	57
Fiscalização	62
Auditor Externo	63
Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público	63
De 1 de janeiro a 29 de junho de 2017	64
De 30 de junho a 31 de dezembro de 2017	65
Aplicação dos Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP	65
Relatório Sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens	65
Relatório Anual Sobre Prevenção da Corrupção	65
Contratação Pública	66
Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	66
Frota Automóvel	66
Medidas de Redução de Gastos Operacionais	67
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	69
Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas	70
Informação no Site do SEE	70
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	71
Conta de Exploração	72

Resultado Líquido	73
Resultado Operacional da Atividade de Transporte de Passageiros (EBITDA)	73
Resultado Operacional	74
Resultado Financeiro	74
Balanço	75
Ativo	75
Capital Próprio	76
Passivo	76
Financiamento	77
Política de Financiamento	77
Dívida Remunerada	77
Fontes de Cofinanciamento	78
Encargos Financeiros	79
Instrumentos de Gestão de Risco	79
PERSPECTIVAS PARA 2018	80
Previsões	81
Orientações Estratégicas	81
Previsões 2018	82
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	83
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	85
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	87
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	89
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	95
Identificação da entidade e período de relato (nota 1)	96
Identificação	96
Acesso à Infraestrutura	96
Regime de Concessão	97
Contrato de serviço público	98
Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)	99
Referencial contabilístico	99

Derrogações ao SNC	100
Valores comparativos	100
Adoção Pela Primeira Vez das NCRF - Divulgação Transitória (nota 3)	100
Principais Políticas Contabilísticas (nota 4)	100
Bases de mensuração	100
Políticas contabilísticas relevantes	101
Juízos de Valor	114
Principais pressupostos relativos ao futuro	114
Principais fontes de incerteza das estimativas	114
Fluxo de Caixa (nota 5)	116
Rubrica de Caixa e depósitos bancários	117
Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários	117
Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 6)	118
Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)	118
Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 8)	121
Outros Investimentos Financeiros (nota 9)	122
Créditos a Receber (nota 10)	124
Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)	124
Inventários (nota 12)	125
Clientes (nota 13)	126
Estado e Outros Entes Públicos (nota 14)	127
Outros créditos a receber (nota 15)	128
Diferimentos (nota 16)	129
Ativos Financeiros Detidos para Negociação (nota 17)	129
Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 18)	129
Capital Subscrito (nota 19)	131
Reservas Legais (nota 20)	131
Outras Reservas (nota 21)	132
Resultados Transitados (nota 22)	132
Material circulante	132

Outros ativos fixos tangíveis	132
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 23)	133
Provisões (nota 24)	135
Financiamentos Obtidos (nota 25)	136
Outras dívidas a Pagar (nota 26)	137
Fornecedores (nota 27)	137
Adiantamentos de clientes (nota 28)	138
Vendas e Serviços Prestados (nota 29)	138
Subsídios à Exploração (nota 30)	139
Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 31)	139
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 32)	140
Fornecimentos e Serviços Externos (nota 33)	140
Gastos com Pessoal (nota 34)	141
Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 35)	142
Outros Rendimentos (nota 36)	142
Outros Gastos (nota 37)	143
Aumentos/Reduções de Justo Valor (nota 38)	143
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 39)	144
Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 40)	144
Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 41)	145
Juros e Gastos Similares Suportados (nota 42)	145
Divulgação de Partes Relacionadas (nota 43)	146
Garantias e Avais (nota 44)	149
Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 45)	149
Proposta de Aplicação de Resultados (nota 46)	149
ANEXOS	150
Certificação Legal das Contas	151
Relatório do Auditor Externo	158
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	164
Declaração de Conformidade	178

MENSAGEM DO PRESIDENTE



O Conselho de Administração, a que presido, iniciou funções a 30 de junho de 2017.

Foi com imensa satisfação e entusiasmo que integrei esta entidade empresarial que assegura, diariamente, condições de mobilidade a milhares de portugueses, bem como turistas e visitantes, cumprindo o desiderato de dar a sua contribuição para um país mais coeso e desenvolvido. Fruto da dinâmica comercial que a CP tem vindo a desenvolver, alinhada com os melhores padrões internacionais, o comboio é hoje um meio de transporte reconhecido, atrativo e competitivo.

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. encerrou o ano de 2017, com um total de 122 milhões de passageiros transportados e cerca de 250 milhões de euros em rendimentos de tráfego. Comparativamente com o ano anterior, viajaram nos comboios da CP mais 7,2 milhões de Clientes, enquanto os rendimentos de tráfego aumentaram 19,6 milhões de euros, correspondendo a incrementos de 6,3% e 8,5%, respetivamente. O crescimento do volume de passageiros foi transversal a todos os serviços da Empresa.

Não obstante a ausência de Indemnizações Compensatórias, a CP manteve um EBITDA recorrente positivo em 14,6 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 14,3 milhões de euros face a 2016. De referir, também, a melhoria dos resultados das empresas participadas, em particular da EMEF. Também o resultado financeiro registou uma melhoria de 11,2 milhões de euros, mercê, fundamentalmente, da diminuição do passivo financeiro. A Empresa tem vindo a contar com o apoio financeiro do Estado destinado a assegurar, designadamente, o serviço da dívida e o financiamento dos investimentos. Em linha com os restantes indicadores, o Resultado Líquido apresentou uma melhoria de 23% face ao ano anterior (+32,6 milhões de euros), passando de -144,6 milhões de euros, em 2016, para -112 milhões de euros em 2017.

Apesar da melhoria de resultados e dos principais indicadores, a Empresa defronta-se com fortes constrangimentos à sua atividade a que se aliam enormes desafios. Constrangimentos decorrentes do atraso na concretização dos investimentos na infraestrutura, da obsolescência e vetustez do parque de material de tração *diesel* e do ritmo lento de rejuvenescimento do efetivo dos diferentes níveis e áreas funcionais.

Além disso, a empresa enfrenta desafios atinentes à envolvente externa, em particular a liberalização do mercado nacional do transporte ferroviário de passageiros e a necessária contratualização de serviço público como forma de assegurar a sustentabilidade do grupo empresarial CP.

O ano de 2018 será marcado pelo lançamento do concurso internacional para a aquisição de material circulante, fundamental para a melhoria da nossa atividade, permitindo reposicionar a qualidade de serviços que a CP oferece e os seus Clientes exigem. Na relação com os nossos Clientes iremos trabalhar novas abordagens, incorporando as funcionalidades que a era digital proporciona, de modo a potenciar uma relação mais próxima, simples e adaptada às exigências do mercado. Esta simplificação e modernização de processos, será estendida ao funcionamento interno, mantendo-se a aposta na valorização das pessoas, o nosso principal ativo.

Aproveito para agradecer a todos os Colaboradores e às suas organizações representativas o profissionalismo e dedicação demonstrados, salientado o facto de a melhoria conseguida nos resultados e nos principais indicadores ter sido conseguida graças ao empenho de todos.

Não poderia deixar de referir o trabalho desenvolvido pelo anterior Conselho de Administração, relevar todo o apoio prestado pelas Tutelas Sectorial e Financeira, destacar a cooperação institucional com o Conselho Fiscal, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Auditor Externo e enfatizar as relações empresariais com parceiros de negócio.

Finalmente, aos nossos Clientes agradecemos a preferência com que nos têm distinguido e manifestamos total empenho e determinação em melhorar, continuamente, os nossos padrões de serviço.

SUMÁRIO DO ANO



Indicadores Operacionais	2017	2016	2017-2016	2017/ 2016
Procura				
Passageiros (10 ³)	122 028	114 841	7 187	6,3%
Passageiros Quilómetro (10 ³)	4 032 713	3 802 762	229 951	6,0%
Oferta				
Comboios (10 ³)	445	445	0	0,0%
CK (10 ³)	29 129	29 128	1	0,0%
LKO (10 ⁶)	13 242	13 126	116	0,9%
Recursos Humanos				
Efetivo Final a cargo	2 681	2 708	-27	-1,0%
Efetivo Médio a cargo	2 692	2 674	18	0,7%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	239	239	0	0,0%
Locomotivas	31	31	0	0,0%
Carruagens	104	103	1	1,0%

Indicadores Financeiros (10 ³ €)	2017	2016	2017-2016	2017/ 2016
Proveitos Tráfego	249 916	230 322	19 594	8,5%
Indemnizações Compensatórias	0	0	0	s/s
Rendimentos Operacionais *	282 140	266 017	16 122	6,1%
Gastos Operacionais *	267 514	265 674	1 840	0,7%
EBITDA *	14 626	344	14 282	4156,5%
Resultado Operacional	-35 523	-54 331	18 807	34,6%
Resultado Líquido	-111 952	-144 565	32 614	22,6%

* Não inclui Indemnização por Rescisão, Justo Valor, Imparidades, Provisões, Depreciações e outras operações não relacionadas com a atividade da Empresa.

Rácios	2017	2016	2017-2016	2017/ 2016
Produtividade do Trabalho (10 ³) (Ck/Efetivo Médio)	10,86	10,89	-0,03	-0,3%
Peso dos Gastos no VN s/ Subsídios à Exploração **	100,3%	107,7%	-7,4 p.p.	-

** (CMVMC+FSE+PESSOAL sem rescisões e impactos da reversão das reduções remuneratórias e dos Art.ºs 20º e 21º da LOE 2017)/Volume de Negócios (sem subs.à Expl.)

A high-speed train, likely a TGV, is stopped at a modern train station platform. The station features a large, intricate, white metal and glass roof structure. The train is silver with a blue stripe and has the number 4009 visible on its front. The platform is paved with cobblestones. A large green and yellow diagonal graphic overlay is present in the upper right portion of the image.

A EQUIPA DE GESTÃO

O atual Conselho de Administração tomou posse no dia 30 de junho de 2017 e é composto pelos seguintes Membros:



Dr.^a Ana Maria dos Santos Malhó
Vogal

Dr. Carlos Gomes Nogueira
Presidente

Eng.^o Sérgio Abrantes Machado
Vogal

Até essa data esteve em funções o Conselho de Administração constituído pelos seguintes Membros:

Presidente: Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal: Dr. Nuno Serra Sanches Osório

Vogal: Dr.^a Maria João S. C. Rosa Calado Lopes

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



Em 2017, segundo estimativas disponíveis à data da elaboração deste relatório¹, o PIB aumentou 2,7% em volume, mais 1,2 p.p. que o verificado no ano anterior. Esta evolução resultou do aumento do contributo da procura interna, refletindo principalmente a aceleração do Investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo idêntico ao registado em 2016. O turismo manteve a tendência crescente relativamente ao ano anterior.

No final do ano o grau de poupança dos agregados familiares atingiu os 12,2%, tendo o endividamento, tanto das empresas como dos particulares, registado uma redução ao longo dos 4 trimestres, apesar das taxas de juro se manterem em níveis historicamente baixos.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) registou uma taxa de variação média de 1,6% em 2017, superior aos 0,6% do ano anterior.

Com especial relevância para a procura de mobilidade, a taxa de desemprego manteve uma tendência decrescente, situando-se a taxa anual em 8,9%, uma diminuição de 2,2 p.p. em relação ao ano anterior.

O Indicador de Confiança dos Consumidores, tendo começado o ano negativo, veio gradualmente a subir, tendo-se mantido positivo nos 12 meses para os Serviços, Indústria e Comércio.

Os indicadores positivos da economia e o incremento do turismo contribuíram favoravelmente para a evolução da atividade da Empresa em 2017, mantendo a tendência de crescimento registada desde 2013, impulsionada por uma forte dinâmica comercial e um clima de paz laboral.

¹ Banco de Portugal - Boletim Estatístico-jan 2018 e www.INE.pt

A EMPRESA



Recursos Humanos

Efetivo

A Empresa terminou o ano de 2017 com 2 709 trabalhadores vinculados, ou seja, menos 28 que no final do ano anterior.

Durante o ano de 2017 entraram no quadro da empresa 25 Colaboradores, 22 dos quais por recrutamento: 3 Maquinistas; 3 Operadores de Manobras; 5 Assistentes Comerciais; 2 Operadores de Material e 9 Operadores de Revisão e Venda;

Saíram da Empresa 53 trabalhadores, maioritariamente por revogação do contrato de trabalho por mútuo acordo.

Efetivo (*) a 31 de dezembro	2017	2016	2015	Δ 2017-2016
Vinculado	2 709	2 737	2 719	-28
A Cargo	2 681	2 708	2 684	-27
Ao Serviço	2 678	2 703	2 678	-25

(*) **Efetivo Vinculado** - efetivo que tem vínculo com a empresa, embora possa não estar a prestar serviço ou não ser pago (inclui licenças sem vencimento, efetivo cedido ou requisitado que não é pago pela empresa).

Efetivo a Cargo - efetivo ao qual a empresa paga (inclui efetivo ao serviço + efetivo cedido ou requisitado pago pela empresa).

Efetivo ao Serviço - efetivo que presta serviço na empresa.

Cerca de 82% dos colaboradores são da área operacional e pertencem às carreiras profissionais comercial, tração, operação de transporte e material.

EFETIVO VINCULADO a 31 de dezembro				
Carreira	2017	2016	2015	Δ 2017-2016
Administrativa	100	98	110	2
Apoio Técnico e Gestão	86	87	93	-1
Comercial	1 248	1 253	1 214	-5
Material	74	77	80	-3
Operação de Transporte	110	109	106	1
Outros	17	17	19	0
Técnicos	281	290	291	-9
Tração	787	800	800	-13
TOTAL	2 703	2 731	2 713	-28
Cons.Administração + Cons.Fiscal	6	6	6	0
TOTAL	2 709	2 737	2 719	-28

Absentismo e Trabalho Suplementar

As taxas de absentismo e de trabalho extraordinário registaram uma redução em 2017. Estas variações justificaram-se, essencialmente, pelos processos de recrutamento realizados, que permitiram reforçar o efetivo operacional.

Indicadores	2017	2016	2015	Δ 2017-2016
Taxa de Absentismo (sem greves)	6,87%	6,97%	6,59%	-0,10 p.p.
Taxa de Trabalho Suplementar	12,87%	13,30%	11,01%	-0,43 p.p.

Formação

Em 2017, a Empresa manteve a aposta na valorização dos seus trabalhadores, através, nomeadamente, da formação de ciclo formativo no âmbito da segurança da circulação, ao nível de aperfeiçoamentos de caráter técnico e regulamentar.

Em 2017, foram realizadas 445 ações de formação, tendo a grande maioria sido ministrada através da Fernave, empresa do Grupo CP.

Os valores globais da formação efetuada foram os seguintes:

Temas de Formação 2017	Nº Formandos	Nº de horas
Cliente	414	6 919,0
Gestão	643	7 388,0
Qualidade e Ambiente	64	409,0
Segurança Geral	343	3 219,8
Segurança-Qualificação Técnica	1 809	28 598,7
Serviços/Línguas	40	2 095,5
Tecnologias de Informação	113	786,0
Total	3 426	49 416,0

Frota

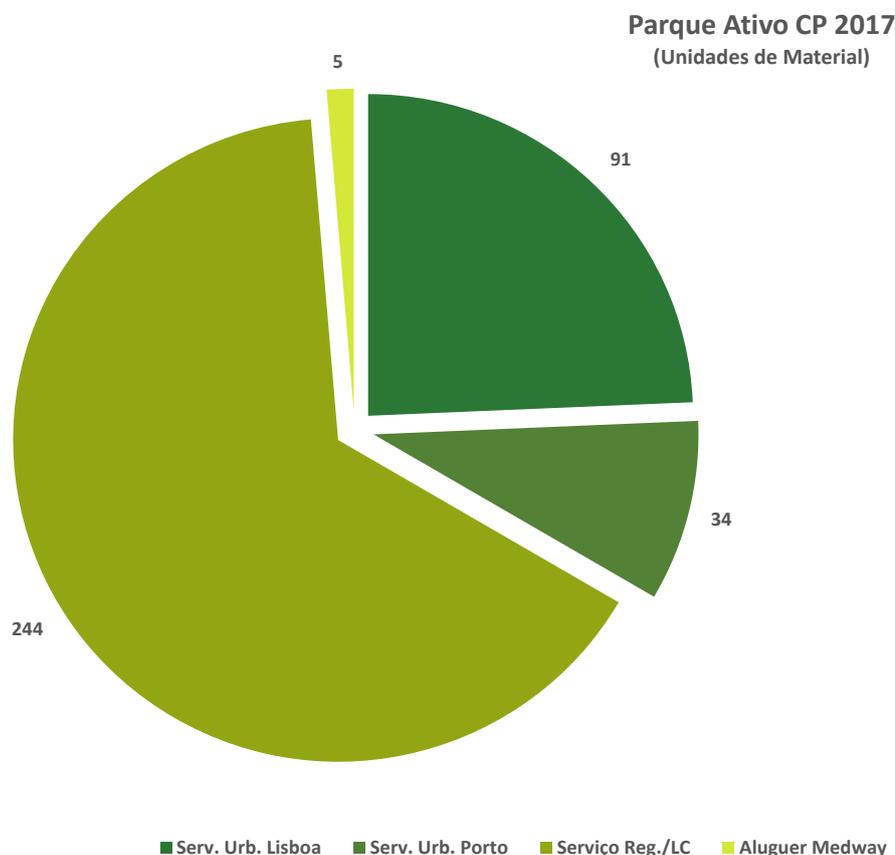
Material ao Serviço e Desativado

À data de 31 de dezembro de 2017, o parque total de material motor e rebocado da CP era constituído por 795 unidades. Destas, 374 unidades encontravam-se afetas ao parque ativo, 327 unidades integravam o parque de material inoperacional e 94 unidades constituíam material de utilização pontual, do Comboio Histórico, do comboio socorro ou encontravam-se cedidas à Fundação Nacional Museu Ferroviário.

O parque ativo de material circulante em serviço comercial era composto por 189 automotoras elétricas, 50 automotoras *diesel*, 24 locomotivas elétricas, 7 locomotivas *diesel* e 104 carruagens.

No parque ativo encontravam-se incorporadas 20 automotoras *diesel* das séries 592 e 592.2, alugadas à RENFE.

Durante o ano de 2017 a CP continuou a promover contactos para a venda de material circulante não necessário à operação, tendo-se registado a alienação de 2 carruagens e uma locomotiva de tração *diesel* da série 9.100.



Melhorias na Frota

Das diversas atividades desenvolvidas no decurso de 2017, no âmbito da melhoria da segurança e da qualidade do serviço ao Cliente, destacam-se:

- ✔ Conclusão de três R1 (intervenção de meia-vida) dos comboios Alfa Pendular;
- ✔ Instalação de sistema Wi-Fi em 34 carruagens modernizadas afetas ao serviço Intercidades;
- ✔ Instalação de quadros elétricos e tomadas em 49 carruagens de 2ª Classe afetas ao serviço Intercidades;
- ✔ Instalação de suportes para bicicletas em 31 carruagens de 2ª Classe afetas ao serviço Intercidades;
- ✔ Modificação de 6 Carruagens Schindler para o Comboio Turístico;
- ✔ Reabilitação da Locomotiva a Vapor E214;
- ✔ Grandes reparações do tipo R2, R3 e RIR em diversas séries.

A manutenção da maior parte do material circulante é desenvolvida nas oficinas da EMEF, empresa participada da CP. Apenas na série de locomotivas 5600 a manutenção é prestada pelo SIMEF, ACE (empresa de serviços de manutenção e engenharia ferroviária detida pela EMEF, em 51%, e pela Siemens, em 49%).

Oferta

Em 2017 a oferta da CP avaliada em Comboios*Quilómetro foi de 29.129 milhares de CK, valor semelhante ao registado no ano anterior.

Verificaram-se alguns ajustamentos à oferta, descritos no capítulo “O Ano em Revista”.

Os lugares quilómetro oferecidos foram ligeiramente superiores aos do ano anterior (+0,9%) e verificou-se um aumento das taxas de ocupação, decorrente do crescimento da procura.

Comboios Quilómetro (*10 ³)	2017	2016	2015	2017-2016	2017 /2016
Serv. Urbano Lisboa	6 651	6 670	6 644	-19	-0,3%
Serv. Urbano Porto	4 601	4 604	4 565	-4	-0,1%
Serv. Longo Curso	8 592	8 593	8 534	-2	0,0%
Serv. Regional	9 286	9 260	9 091	25	0,3%
TOTAL	29 129	29 128	28 834	1	0,0%

Lugares Quilómetro Oferecidos (*10 ⁶)	2017	2016	2015	2017-2016	2017 /2016
Serv. Urbano Lisboa	6 001	5 918	5 829	83	1,4%
Serv. Urbano Porto	2 276	2 272	2 251	4	0,2%
Serv. Longo Curso	2 685	2 641	2 559	44	1,7%
Serv. Regional	2 280	2 296	2 193	-15	-0,7%
TOTAL	13 242	13 126	12 832	116	0,9%

Taxa de ocupação	2017	2016	2015	2017-2016
Serv. Urbano Lisboa	21,2%	20,1%	19,9%	1,1 p.p.
Serv. Urbano Porto	28,1%	27,2%	26,6%	0,8 p.p.
Serv. Longo Curso	61,3%	58,3%	55,2%	3,0 p.p.
Serv. Regional	21,0%	19,9%	20,7%	1,1 p.p.
TOTAL	30,5%	29,0%	28,2%	1,5 p.p.

Qualidade do Serviço

O índice global de regularidade da CP em 2017 foi de 99,2%, valor semelhante (-0,2 pontos percentuais) ao verificado no ano anterior.

Regularidade	2017	2016	2015	Δ 2017-2016
Serv. Urbano Lisboa				
Sintra / Azambuja	99,4%	99,7%	98,2%	-0,3 p.p.
Cascais	99,3%	99,5%	97,6%	-0,2 p.p.
Sado	99,3%	99,7%	98,5%	-0,4 p.p.
Serv. Urbano Porto				
Aveiro	99,6%	99,7%	98,3%	-0,1 p.p.
Braga	99,9%	100,0%	99,0%	-0,1 p.p.
Caíde	99,9%	100,0%	98,8%	-0,1 p.p.
Guimarães	99,8%	99,9%	98,9%	-0,1 p.p.
Serv. Longo Curso				
Alfas	99,4%	99,8%	99,3%	-0,4 p.p.
Intercidades	99,4%	99,8%	99,5%	-0,4 p.p.
Serv. Regional				
Serv. Regional	98,7%	99,4%	98,7%	-0,7 p.p.
Total CP	99,2%	99,4%	98,0%	-0,2 p.p.

Em 2017 verificou-se uma redução do Índice de Pontualidade diária face ao ano anterior, com grande impacto nos serviços de longo curso. Os atrasos resultaram essencialmente de afrouxamentos impostos pela IP (limitações de velocidade para trabalhos na infraestrutura), acidentes com pessoas e avarias de sinalização e de material motor.

Pontualidade Diária	2017	2016	2015	Δ 2017-2016
Serv. Urbano Lisboa (1)				
Sintra / Azambuja	87,2%	89,2%	89,0%	-1,9 p.p.
Cascais	92,1%	89,4%	85,4%	2,7 p.p.
Sado	83,3%	85,3%	88,4%	-2,0 p.p.
Serv. Urbano Porto (1)				
Aveiro	82,1%	85,9%	87,4%	-3,8 p.p.
Braga	90,3%	91,8%	94,2%	-1,5 p.p.
Caíde	91,8%	92,3%	94,0%	-0,5 p.p.
Guimarães	89,0%	90,1%	92,8%	-1,1 p.p.
Serv. Longo Curso (2)				
Alfas	46,6%	73,4%	79,0%	-26,8 p.p.
Intercidades	58,0%	76,2%	77,0%	-18,2 p.p.
Serv. Regional (2)				
Serv. Regional	78,6%	84,7%	88,7%	-6,1 p.p.
Global CP (2)	88,2%	91,6%	92,9%	-3,4 p.p.

Notas: (1) Atrasos superiores a 3 minutos

(2) Atrasos superiores a 5 minutos

Procura

Em 2017 foram transportados pela CP cerca de 122 milhões de passageiros, correspondendo a um aumento de 6,3% relativamente a 2016 e representando, em termos absolutos, um acréscimo de aproximadamente 7,2 milhões de passageiros transportados.

Este crescimento da procura foi transversal a todos os serviços da CP, destacando-se o Serviço de Longo Curso com um crescimento de 6%, aproximando-se dos 6,4 milhões de passageiros transportados e o Serviço Urbano de Lisboa com um crescimento de 7,3%, ou seja, mais 5,6 milhões de passageiros.

Para estes resultados contribuíram, não só, as diversas ações de carácter comercial e de combate à fraude como o incremento do turismo, o clima de paz laboral e a recuperação dos indicadores económicos do País.

Passageiros (*10 ³)	2017	2016	2015	2017-2016	2017 /2016
Serv. Urbano Lisboa	83 005	77 375	75 865	5 630	7,3%
Serv. Urbano Porto	21 591	20 794	20 060	797	3,8%
Serv. Longo Curso	6 388	6 025	5 508	363	6,0%
Serv. Regional	11 044	10 647	10 591	397	3,7%
TOTAL	122 028	114 841	112 024	7 187	6,3%

Passageiros-Quilómetro (*10 ³)	2017	2016	2015	2017-2016	2017 /2016
Serv. Urbano Lisboa	1 270 474	1 186 772	1 158 740	83 702	7,1%
Serv. Urbano Porto	638 990	618 991	599 745	19 999	3,2%
Serv. Longo Curso	1 644 831	1 539 568	1 412 093	105 263	6,8%
Serv. Regional	478 419	457 431	454 325	20 988	4,6%
TOTAL	4 032 713	3 802 762	3 624 903	229 951	6,0%

Proveitos

Os proveitos de tráfego aproximaram-se em 2017, dos 250 milhões de euros, representando um acréscimo de 19,6 milhões de euros face ao ano anterior (+8,5%).

Os proveitos acompanharam a tendência de crescimento da procura sendo influenciados pelo maior peso relativo dos títulos ocasionais e do Serviço de Longo Curso. De considerar ainda o aumento tarifário dos serviços urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra em 1,5% em janeiro de 2017.

Proveitos Tráfego (*10 ³ €)	2017	2016	2015	2017-2016	2017 / 2016
Serv. Urbano Lisboa	86 322	78 396	75 058	7 926	10,1%
Serv. Urbano Porto	26 925	25 189	24 704	1 736	6,9%
Serv. Longo Curso	107 085	98 616	92 725	8 469	8,6%
Serv. Regional	29 585	28 121	28 072	1 464	5,2%
TOTAL	249 916	230 322	220 558	19 594	8,5%

Investimentos

A CP realizou em 2017 um total de 16,3 milhões de euros em investimentos, 84% dos quais destinados a material circulante.

Investimentos 2017	Valores (*10 ³ €)
Material Circulante	13 687
Instalações Fixas	1 256
Equipamentos Comerciais	423
Informatização	645
Outros Investimentos	304
TOTAL	16 314

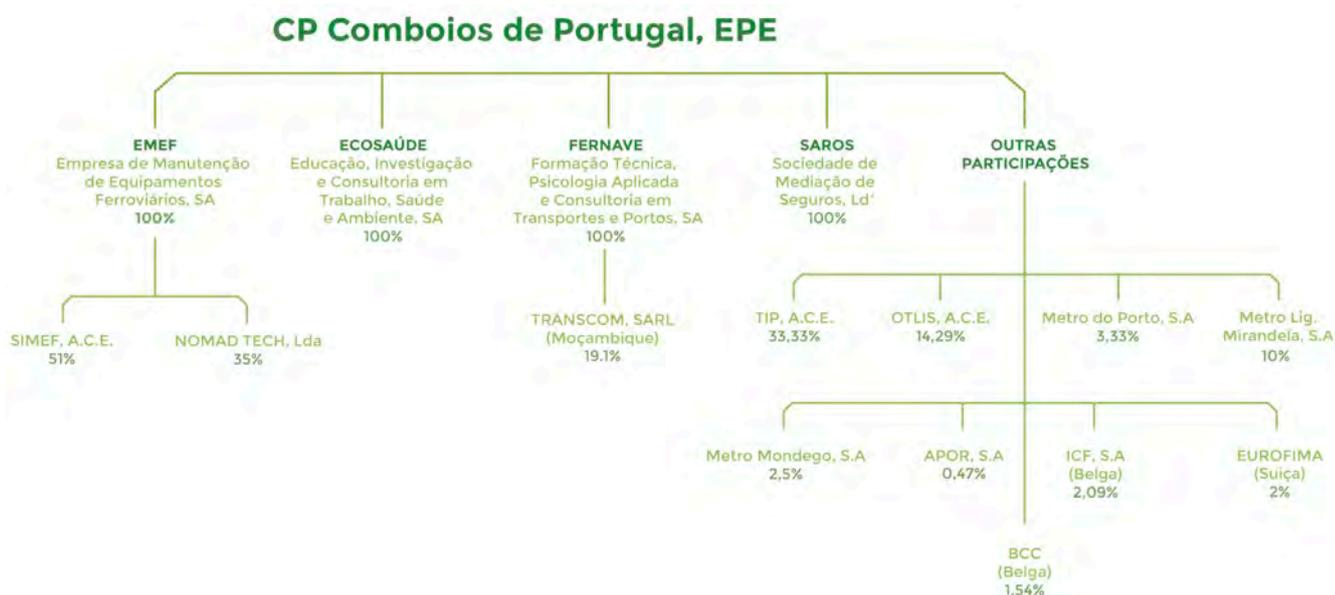
Considerando as restrições financeiras, as decisões de investimento foram, tal como nos últimos anos, avaliadas na perspetiva de assegurar as intervenções indispensáveis para garantir a segurança e a operacionalidade do material circulante, dos sistemas, dos equipamentos e das instalações ferroviárias ou para conclusão de projetos que já estivessem em curso.

No material circulante, os investimentos mais relevantes continuam a ser em “Grandes Reparações R2+R3”, com um valor de 7,9 milhões de euros, relativos a intervenções de manutenção programada em várias séries de material, com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança das mesmas, e na “intervenção de meia-vida dos CPA”, no valor de 4,3 milhões de euros, com a entrega das primeiras três unidades intervencionadas.

Grupo CP

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros e detém participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas a 31-12-2017:



Não ocorreram quaisquer alterações às participações sociais em 2017.

As contas consolidadas do Grupo são apresentadas no Relatório & Contas Consolidadas de 2017.



O ANO EM REVISTA

Oferta / Operação

Apresentação do Novo Alfa Pendular

Entraram em circulação as três primeiras unidades remodeladas. De entre as principais melhorias efetuadas, que conferem índices de segurança mais elevados, destacam-se diversas intervenções mecânicas, a revisão dos motores de tração, a substituição de cablagens de intercomunicação e revisão ao nível da corrosão da estrutura exterior do comboio. No interior, foi substituído o pavimento, foram colocados novos acessórios, sinalética e sistemas de iluminação e tomadas elétricas individuais em todos os lugares, os bancos foram redesenhados e estofados em pele, a carruagem-bar foi modernizada e os WC foram renovados.



Novos Horários entre Coimbra e Figueira

Foram criados dois novos comboios (um por sentido) e melhorados os tempos de trajeto de alguns comboios da relação Coimbra-Figueira da Foz (Urbanos de Coimbra). Estas alterações tiveram como objetivo reforçar a oferta sobre a cidade de Coimbra, indo ao encontro das necessidades de mobilidade que têm vindo a aumentar significativamente entre os diversos centros populacionais.



Novos Serviços na Linha de Guimarães

Os Comboios Urbanos do Porto lançaram, a partir do dia 25 de junho, na Linha de Guimarães, três novos serviços aos dias úteis, no período de ponta da manhã.

Comboio Raiano

Entrou em funcionamento, em setembro, uma nova ligação ferroviária, na Linha do Leste, entre as cidades do Entroncamento e de Badajoz, em Espanha. O Comboio Raiano realiza duas ligações diárias (uma em cada sentido) que substituem as duas ligações semanais, entre Entroncamento e Portalegre, lançadas em 2015, ampliando assim a oferta disponível nesta região.

Uma nova forma de descobrir Espanha, aqui ao lado.

COMBOIOS DE PORTUGAL

RAIANO
Ligações Diárias

ENTRONCAMENTO - ELVAS - BADAJOZ

12,15€*

*Preço entre Entroncamento e Badajoz.

CP. SEMPRE EM MOVIMENTO.

Comboio Histórico do Douro

Em 2017 o Comboio Histórico do Douro contou com um total de 50 circulações entre 3 de junho e 29 de outubro (mais 10 do que em 2016).

Para comunicar esta oferta foi desenvolvida uma campanha orientada para o mercado interno e externo, captando Clientes que sabem da existência do Comboio Histórico mas que nunca viajaram, ou que não o conhecem e que habitualmente procuram programas de lazer.

FAÇA UM PASSEIO QUE VAI ENTRAR PARA A HISTÓRIA.

Uma locomotiva a vapor de 1925 e 5 carruagens históricas. Cantares tradicionais. Vinho do Porto. Vinhas. Património Mundial da UNESCO.

TAKE A TRIP THAT IS GOING TO BE HISTORIC.

A 1925 steam engine and 5 historical carriages. Traditional songs. Port wine. Vineyards. UNESCO World heritage.

COMBOIO HISTÓRICO DO DOURO a partir de

DOURO HISTORICAL TRAIN from

42,50€

Início a 3 de junho From 3 June

Consulte mais preços para viagens combinadas a partir de outras regiões do país em cp.pt. See more prices for combined journeys from other parts of the country on cp.pt.

CP. SEMPRE EM MOVIMENTO.

Info & Vendas CP (351) 707 210 220

FERREIRA PORTO

Linha do Douro

cppt

Comboio MiraDouro

Novo serviço na Linha do Douro, designado por MiraDouro, dirigido essencialmente aos turistas que, no período de verão, visitam a região a partir do Porto até ao Tua. Trata-se de uma composição formada por seis carruagens *Schindler*, da década de 40, que foram sujeitas a um importante restauro levado a cabo pela EMEF. A tração é feita por meio de uma locomotiva *diesel* dos anos 60, que mantém todas as características da sua época original. Em 2017 foram realizadas 186 circulações.



Comboio Histórico do Vouga

A partir de 1 de julho começou a circular, com carácter experimental, o Comboio Histórico do Vouga, composto por material de via estreita com uma locomotiva *diesel* de 1964 e três carruagens de madeira dos primeiros anos do século XX. Circulou todos os sábados até 30 de setembro, entre Aveiro e Macinhata do Vouga e volta.

Inclui um programa de animação a bordo, degustação de produtos regionais, visita à Seção Museológica de Macinhata do Vouga com mostra e possibilidade de compra de produtos regionais e ainda paragem em Águeda para admirar o famoso *Umbrella Sky*.



Ofertas Especiais

Disponibilização de um conjunto de circulações adicionais nos serviços Urbanos de Lisboa e Porto que facilitaram o acesso do público aos principais festejos carnavalescos, para os Santos Populares e para o *Red Bull Air Race World Championship 2017* no Porto.

Prosseguiram ainda as parcerias da CP com os maiores eventos musicais de norte a sul do País, com o reforço da oferta, a realização de comboios especiais e a venda de bilhetes integrados (evento e viagem de comboio).

Centenário das Aparições de Fátima

No âmbito das Comemorações do Centenário das Aparições de Fátima e da visita de Sua Santidade o Papa Francisco, os serviços de Longo Curso e Regional reforçam a oferta nos dias 12 e 13 de maio, com a realização de comboios especiais, paragens extraordinárias e aumento de lugares disponíveis nos comboios que paravam na Estação de Caxarias. Para promover a intermodalidade e facilitar a deslocação das populações, em conjunto com a Rodoviária do Lis, foi criado um serviço rodoviário especial entre a Estação de Caxarias e o terminal rodoviário que serve o recinto do Santuário, assim como um bilhete integrado que incluía a viagem de comboio+transfer.

Produtos Turísticos

Foi assinado um protocolo de cooperação entre a CP e as empresas de cruzeiros fluviais Barcadouro, Rota do Douro e Tomaz do Douro, visando o reforço do transporte de passageiros na Linha do Douro e da atratividade da marca turística Douro.

Foram ainda realizados os habituais circuitos, com as respetivas campanhas de comunicação, da Rota das Amendoeiras 2017, Rota da Lampreia do Tejo, Cerejeiras em Flor, Rota dos Avieiros do Tejo, Rota das Cerejas do Fundão, Festival da Cereja de Resende, Romaria da Senhora da Agonia e Vindimas.

CP
COMBOIOS DE PORTUGAL

ROTA DAS CEREJAS DO FUNDÃO

Um passeio que dá que falar.

Aos sábados e às quartas-feiras até 1 de julho.

Visite as cerejeiras em fruto e os encantos das aldeias históricas da região.

CP. SEMPRE EM MOVIMENTO.

info CP 707 210 220

Linha da Beira Baixa

CP

Tarifário e Bilhética

Atualização Tarifária dos Serviços Urbanos

Em 1 de janeiro de 2017, conforme decisão da Tutela, as tarifas dos serviços Urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra foram atualizadas em 1,5%.

Alargamento do Zonamento Andante na rede dos Urbanos do Porto

Foi alargada geograficamente a rede intermodal Andante dos Serviços Urbanos do Porto, no troço compreendido entre as estações da Travagem e da Trofa. De modo a permitir à CP a acomodação desta alteração, foi introduzido, no referido troço, uma nova zona no zonamento Andante.

Zonas de Percurso Andante		linhandante 808 200 444 www.linhandante.com cliente@linhandante.com	
Porto (São Bento)	Porto (São Bento)		
Porto (Campanhã) Z2	Z2 Porto (Campanhã)		
Contumil Z2 Z2	Z2 Z2 Contumil		
Rio Tinto Z2 Z3 Z3	Z3 Z3 Z2 Rio Tinto		
Águas Santas / Palmilheta Z2 Z2 Z3 Z3	Z3 Z3 Z2 Z2 Águas Santas / Palmilheta		
Ermasinde Z2 Z2 Z2 Z3 Z3	Z3 Z3 Z2 Z2 Z2 Ermasinde		
Travagem Z2 Z2 Z2 Z3 Z3	Z3 Z3 Z2 Z2 Z2 Travagem		
Leandro Z2 Z2 Z2 Z3 Z3 Z4	Z4 Z4 Z3 Z2 Z2 Z2 Leandro		
São Frutuoso Z2 Z2 Z2 Z3 Z3 Z4 Z4	Z4 Z4 Z3 Z2 Z2 Z2 Z3 São Frutuoso		
São Romão Z2 Z2 Z3 Z3 Z3 Z4 Z4 Z5 Z5	Z5 Z5 Z4 Z3 Z3 Z3 Z2 Z2 São Romão		
Portela Z2 Z2 Z2 Z3 Z3 Z3 Z4 Z4 Z5 Z5	Z5 Z5 Z4 Z3 Z3 Z3 Z2 Z2 Portela		
Trofa Z2 Z2 Z3 Z3 Z4 Z4 Z4 Z5 Z5 Z6 Z6	Z6 Z6 Z5 Z4 Z4 Z4 Z3 Z3 Z2 Z2 Trofa		
Cabeda Z4 Z3 Z3 Z2 Z2 Z2 Z2 Z2 Z3 Z3	Z3 Z3 Z2 Z2 Z2 Z2 Z2 Z2 Z3 Z3 Cabeda		
Suzão Z2 Z4 Z3 Z3 Z3 Z3 Z2 Z2 Z2 Z3 Z4 Z4	Z4 Z4 Z3 Z2 Z2 Z2 Z2 Z3 Z3 Z4 Z4 Suzão		
Valongo Z2 Z2 Z4 Z3 Z3 Z3 Z2 Z2 Z2 Z3 Z4 Z4	Z4 Z4 Z3 Z2 Z2 Z2 Z2 Z3 Z3 Z4 Z4 Valongo		
Gen. Torres Z4 Z4 Z3 Z5 Z5 Z5 Z4 Z4 Z3 Z3 Z3 Z2 Z2 Z2	Z2 Z2 Z3 Z4 Z4 Z4 Z5 Z5 Z6 Z5 Z4 Z3 Z3 Z2 Z2 Gen. Torres		
V.N. Gaia Z2 Z4 Z4 Z3 Z5 Z5 Z5 Z4 Z4 Z3 Z3 Z3 Z2 Z2 Z2	Z2 Z2 Z3 Z4 Z4 Z4 Z5 Z5 Z6 Z5 Z4 Z3 Z3 Z2 Z2 V.N. Gaia		
Coimbrões Z2 Z2 Z4 Z4 Z3 Z5 Z5 Z5 Z4 Z4 Z3 Z3 Z3 Z2 Z2 Z2	Z2 Z2 Z3 Z4 Z4 Z4 Z5 Z5 Z6 Z5 Z4 Z3 Z3 Z2 Z2 Coimbrões		
Madalena Z2 Z2 Z2 Z5 Z5 Z4 Z7 Z6 Z6 Z5 Z5 Z4 Z4 Z4 Z3 Z3 Z3	Z3 Z3 Z4 Z5 Z5 Z5 Z6 Z6 Z7 Z6 Z5 Z4 Z4 Z4 Z3 Z3 Z3 Madalena		
Valadares Z2 Z2 Z2 Z2 Z5 Z5 Z4 Z7 Z6 Z6 Z5 Z5 Z4 Z4 Z4 Z3 Z3 Z3	Z3 Z3 Z4 Z5 Z5 Z5 Z6 Z6 Z7 Z6 Z5 Z4 Z4 Z4 Z3 Z3 Z3 Valadares		
Francallos Z2 Z2 Z2 Z2 Z5 Z5 Z4 Z7 Z6 Z6 Z5 Z5 Z4 Z4 Z4 Z3 Z3 Z3	Z3 Z3 Z4 Z5 Z5 Z5 Z6 Z6 Z7 Z6 Z5 Z4 Z4 Z4 Z3 Z3 Z3 Francallos		
Miramar Z2 Z2 Z3 Z3 Z3 Z6 Z6 Z5 Z9 Z7 Z7 Z6 Z6 Z5 Z5 Z4 Z4 Z4	Z4 Z4 Z5 Z6 Z6 Z6 Z7 Z7 Z8 Z8 Z7 Z6 Z6 Z5 Z5 Z4 Z4 Z4 Miramar		
Aguda Z2 Z2 Z2 Z2 Z3 Z3 Z6 Z6 Z5 Z9 Z7 Z7 Z6 Z6 Z5 Z5 Z4 Z4 Z4	Z4 Z4 Z5 Z6 Z6 Z6 Z7 Z7 Z8 Z8 Z7 Z6 Z6 Z5 Z5 Z4 Z4 Z4 Aguda		
Granja Z2 Z2 Z2 Z2 Z2 Z3 Z3 Z6 Z6 Z5 Z9 Z7 Z7 Z6 Z6 Z5 Z5 Z4 Z4 Z4	Z4 Z4 Z5 Z6 Z6 Z6 Z7 Z7 Z8 Z8 Z7 Z6 Z6 Z5 Z5 Z4 Z4 Z4 Granja		
Espinho Z2 Z2 Z2 Z2 Z2 Z3 Z3 Z5 Z5 Z5 Z8 Z7 Z7 Z6 Z6 Z5 Z5 Z4 Z4 Z4	Z4 Z4 Z5 Z6 Z6 Z6 Z7 Z7 Z8 Z8 Z7 Z6 Z6 Z5 Z5 Z4 Z4 Z4 Espinho		

Novo Cartão Siga

Foi lançado o novo cartão Siga nos Urbanos do Porto. Para além de alterações na imagem e de uma tecnologia mais avançada, o novo cartão ocasional dos Urbanos do Porto passou a ter prazo de validade de um ano após a compra.



Segunda versão do Cartão CP

No dia 1 de agosto foi lançada a segunda versão do Cartão CP, na qual passou a ser possível a aquisição de Assinaturas e títulos ocasionais dos Urbanos do Porto, em conjugação com os títulos de Assinatura Regional e Flexipasse.



Expansão da rede de parques de estacionamento na Linha de Sintra

Entrou em funcionamento o parque de estacionamento junto à Estação do Cacém. Este parque terá acesso gratuito até ao segundo trimestre de 2018 e integrará, posteriormente, os títulos mensais combinados “*Park & Ride*” comboio+estacionamento, reforçando a rede de parques de estacionamento das estações da Linha de Sintra.

Distribuição

Bilheteira Online em versão Responsive

Entrou ao serviço, no mês de junho, a “nova” bilheteira online, versão *responsive*, mais “*user friendly*” em dispositivos móveis.



Venda Online de bilhetes para Urbanos do Porto e Coimbra

A Bilheteira Online e a APP CP passaram a disponibilizar a venda de bilhetes para os Urbanos do Porto e Coimbra em complemento às viagens de Alfa Pendular e Intercidades.



Nova Imagem dos Postos de Venda

Renovação de imagem de todas as bilheteiras das estações das linhas de Sintra/Azambuja, Cascais e Sado, assim como dos Gabinetes de Apoio ao Cliente de Rossio e Cais do Sodré. Iniciada a renovação das bilheteiras das estações urbanas do Porto e do Gabinete de Apoio ao Cliente de Porto S. Bento.



Parcerias

MobiCascais

No âmbito do protocolo estabelecido com a autarquia de Cascais, a CP associou-se à criação de novos pacotes de mobilidade, com preços competitivos, que integram os diferentes modos de transporte, incluindo o estacionamento e circuitos de autocarro que interligam parques de estacionamento e os postos de bicicletas aos principais interfaces de transporte ferroviário do Concelho.



Comboio mais Carro num Clique

Parceria com a empresa de *rent-a-car* Budget, mediante a qual os clientes da CP têm acesso a condições vantajosas no aluguer de automóvel, beneficiando de 10% de desconto sobre a melhor tarifa *online*. Este desconto só é válido para reservas através do *site* CP.

Parceria CP / Santander Totta

Parceria entre a CP e o Banco Santander Totta com o objetivo de promover a utilização do comboio para as deslocações dos Estudantes Universitários.

A CP, durante a campanha de Matrículas 2017, dirigida aos novos alunos universitários que abrem uma conta no Banco Santander, ofereceu condições tarifárias especiais, um desconto 25%+15%, nas suas deslocações nos serviços de médio e longo curso - Alfa Pendular, Intercidades, Regional e Interregional e em Assinaturas dos serviços urbanos e regionais.



“Viagens com Livros”

Durante o mês de maio, os Clientes dos comboios Alfa Pendular de Braga tiveram à sua espera, no seu lugar, um livro para ler ao longo da viagem. A iniciativa teve o objetivo envolver os Clientes da CP e incentivá-los a ler durante as viagens, associando o prazer da leitura ao prazer de viajar. Esta iniciativa, com o mote “Viagens com livros”, decorreu da parceria entre a CP e a Cetelem, no âmbito do projeto de Responsabilidade Social “Programa Tem Tudo a Ler” desta última empresa.



“Comboio da Poesia”

Parceria entre a CP e a Câmara Municipal do Fundão, que pretende fazer chegar a vida e a obra do poeta Eugénio de Andrade aos clientes CP.



Campanha de Verão da Sagres

A campanha de verão da Sagres incluiu a troca de caricas das cervejas Mini por viagens de Comboio. Esta promoção inscreveu-se no apelo de verão da marca Sagres “Este Verão Portugal é mini” e teve como objetivo possibilitar a vivência de experiências diferentes.



História dos Comboios em livro escolar

A CP e a editora Leya-Educação estabeleceram uma parceria para a criação do livro “Máquina do Tempo 6 - História e Geografia de Portugal”, que desafia os alunos do 6.º ano de escolaridade a embarcar numa viagem, ao longo do tempo, recheada de imagens e informação sobre o caminho-de-ferro em Portugal. “Entra na Máquina do Tempo e descobre” é o lema para uma viagem aos primórdios do comboio em Portugal, com histórias e momentos relevantes, escritos de uma forma acessível, atrativa e motivadora pelos autores Luís Sousa, Mavilde Albino e Luiz Soares.



Comunicação

Campanha “CP. Sempre Em Movimento”

Com o objetivo de potenciar a nova imagem do serviço Alfa Pendular e de ganhar notoriedade competitiva para a Marca, realizou-se a campanha “CP. Sempre em Movimento”. Sob o conceito de abrangência territorial e da portugalidade da marca, a campanha assenta num filme que transmite toda a transversalidade dos serviços da CP, desafiando o público a viajar por um pequeno país que se revela grande, com o argumento de que “Mais do que Comboios de Portugal, temos comboios por Portugal”.



Campanha de Descontos Alfa Pendular e Intercidades

Com a promessa “Sempre à Distância de Um Desconto”, a campanha abordou os atributos Preço e Origem/Destino para o serviço de Longo Curso, com foco no Bilhete Jovem e Promo. Assente em formato vídeo, a campanha foi veiculada em Televisão (TVI, FOX e MTV), Rádio (RFM), Mupis exteriores nos centros das principais cidades, Facebook, Youtube e plataformas de compras programáticas digitais (Affiperf). Contou ainda com ativações do desconto Promo, em Lisboa e Porto, através de promotores nos semáforos dessas cidades e de comboios-caravana de carros com a promoção.



Campanha Internacional - Lusitânia, Sud Expresso e Celta

Sob o tema “A melhor escolha para as suas férias”, foi desenvolvida uma campanha de comunicação que pretendeu gerar o interesse e apetência para “escapadinhas” através da utilização do serviço Internacional (Sud, Lusitânia e Celta), dando destaque ao preço competitivo para cada destino.



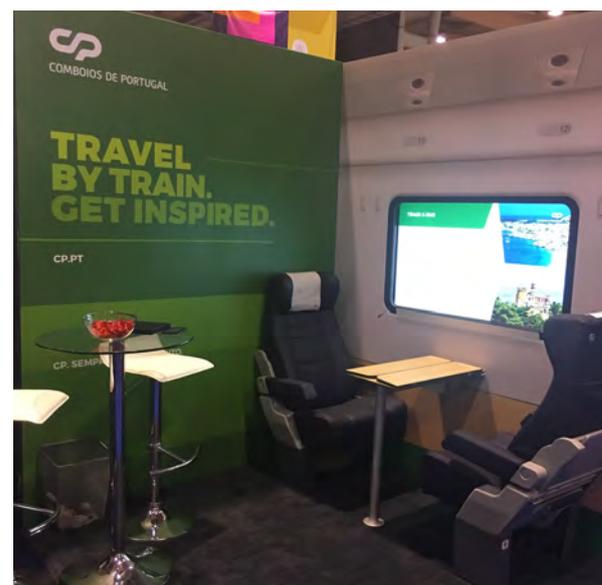
Presença na Web Summit

Sob o tema “*Travel by Train. Get Inspired*”, a CP participou na Web Summit, evento que decorreu entre 6 e 9 de novembro na FIL e no Altice Arena em Lisboa.

O *stand* refletia o interior do novo Alfa Pendular e na janela foi aplicado um LCD, para passagem do filme da campanha de Marca CP e de uma apresentação dos principais produtos, adequados ao target deste evento.

Foi lançado um passatempo numa *landing page* criada especialmente para o efeito, que convidava os visitantes a viajar dentro do *stand* e a partilhar uma ideia ocorrida no momento ou numa viagem de comboio.

A associação da CP a Web Summit contemplava ainda uma oferta de descontos de incentivo à deslocação de comboio para o evento.



Qualidade

Renovação da Certificação da Qualidade

A CP renovou a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de acordo com a norma ISO 9001:2015. Com esta certificação a Empresa vê reconhecido o esforço em assegurar a conformidade dos seus produtos e serviços, a satisfação dos seus Clientes e a respetiva Melhoria Contínua. A entidade certificadora EIC destacou como pontos fortes do Sistema de Gestão, o crescimento contínuo do número de passageiros e do volume de vendas, a proatividade dos Operadores de Venda e Controlo, os resultados obtidos no Inquérito de Avaliação de Satisfação dos Clientes e o volume de formação ministrada aos Colaboradores.



Gestão do Património

Beneficiação de Instalações Operacionais

A CP prosseguiu as ações de beneficiação geral e renovação de equipamentos em instalações operacionais. Destaca-se a conclusão da beneficiação do Dormitório Operacional da Guarda.

Eletrificação da Linha de Lavagem do Parque de Material do Entroncamento

Prolongamento da catenária e instalação de um sistema de encravamento de chaves para garantir a segurança dos colaboradores na operação de lavagem do Parque de Material do Entroncamento. Foram criadas melhores condições de operacionalidade na entrada e saída de material motor, permitindo uma utilização mais intensiva da zona de lavagem e garantindo a segurança de todas as operações.

Beneficiação da via-férrea nos Parques de Material de Campolide e Entroncamento

Foram concluídas as empreitadas de beneficiação das linhas de acesso às oficinas de Campolide e a linha de acesso ao torno de fosso do Entroncamento. Estas intervenções compreenderam a substituição de diversos elementos de via-férrea, aumentando a segurança da circulação ferroviária naqueles locais.

Segurança

Simulacro ferroviário

Decorreu um simulacro de um acidente ferroviário na Estação Ferroviária de Coima, Seixal com o objetivo de testar todos os procedimentos operacionais necessários numa situação ficcionada de colisão entre um comboio de serviço comercial de passageiros da CP e um autocarro de passageiros da TST que efetuava o cruzamento de uma passagem de nível. Foram entidades participantes, entre outras, a CP, a IP, empresas de transportes, forças militares e de segurança, autarquias locais e bombeiros, para além de observadores internacionais que estiveram em Lisboa para participar na conferência internacional RAILPOL.



Responsabilidade Social

Move2Learn, Learn2Move

A CP aderiu à iniciativa “*Move2Learn, Learn2Move*” da Comissão Europeia, promovida por ocasião do 30º aniversário do programa Erasmus, que permitiu a perto de cinco mil jovens, entre os 16 e os 19 anos, visitarem outros países da União Europeia, seja individualmente ou com a turma da escola, viajando em transportes públicos. A CP associou-se a esta iniciativa concedendo 30% de desconto no Portugal Rail Pass, produto direcionado exclusivamente para visitantes estrangeiros, não residentes no nosso País, que permite conhecer Portugal, de comboio, sem restrições de viagens, nem de serviços.



Novo Membro do CCPNE

O Conselho Consultivo para as Pessoas com Necessidades Especiais passou a contar com 10 membros: CP, APS, APD, ACAPO, CNOD, ADFA, LIGA, INR, IP e, a partir de 2017, com a Associação Nacional de Municípios. Este Conselho Consultivo continuará a trabalhar para garantir a melhoria das condições de mobilidade e acesso dos Clientes com Necessidades Especiais aos comboios e às estações.

Festival Internacional de Cinema Ferroviário

A 22.ª Edição do CineRail, Festival Internacional de Cinema Ferroviário, decorreu em Lisboa, no Cinema S. Jorge, entre os dias 27 e 29 de novembro de 2017.

Numa organização da UIC - União Internacional de Caminhos de Ferro - em estreita colaboração com instituições e entidades nacionais e internacionais, trouxe a Lisboa uma seleção dos melhores filmes produzidos recentemente por empresas do sector ferroviário, da área dos transportes públicos e das indústrias e instituições envolvidas nas questões de mobilidade e do transporte. Um júri internacional avaliou os filmes colocados a concurso, sendo atribuídos prémios em diversas categorias. Foi a primeira vez que uma edição do Festival Internacional CineRail decorreu fora do território francês.



Semana Europeia da Mobilidade

A CP associou-se à Semana Europeia da Mobilidade e ao Dia Europeu sem Carros, através de uma promoção especial de 2€, em viagens de ida e volta, dirigida a todos os que viajaram nos comboios Urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra no dia 24 de Setembro e aos participantes em diversas iniciativas promovidas durante esta semana.



Novas Regras da Prestação do Serviço Integrado de Mobilidade

O Serviço SIM foi reestruturado, permitindo alargar a prestação de assistência no embarque e desembarque a Clientes com Necessidades Especiais (CNE), que se façam deslocar em cadeira de rodas, de 63 para cerca de 130 estações. Para os CNE que não utilizem cadeira de rodas, o SIM continua a ser prestado em todos os comboios e estações. Foi igualmente introduzida a possibilidade de requisição do Serviço por correio eletrónico, através de um formulário *online*.



Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

A CP apoiou, pelo nono ano consecutivo, o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, oferecendo viagens a portadores de deficiência e respetivos acompanhantes. Esta iniciativa tem registado uma crescente adesão, constituindo também, uma oportunidade de divulgação do serviço SIM (Serviço Integrado de Mobilidade), que apoia as deslocações de Clientes com dificuldades temporárias ou permanentes de mobilidade.

Jornadas Europeias do Património

A CP integrou o programa do Museu do Douro, com intervenção em duas palestras sobre os temas “Linha do Douro - Pessoas, Lugares e História” e “A Importância da Conservação do Material”.

A CP foi co-organizadora das Jornadas Europeias do Património, que tiveram como objetivo demonstrar a importância da preservação do património e promover os programas que associam o património edificado e a natureza, quer na região do Douro, quer no Minho.



Dia Municipal da Igualdade

O Dia Municipal da Igualdade foi comemorado no dia 24 de outubro e o lema deste ano foi “Um compromisso coletivo com a Igualdade. Uma iniciativa de cidadania local”. A Câmara Municipal de Lisboa patrocinou um encontro onde foi oradora uma Inspetora de Tração da CP que aí pôde falar da sua experiência no início de carreira, como maquinista, há 16 anos atrás, e das mudanças que se foram verificando ao longo do tempo, na abordagem ao facto de uma mulher conduzir um comboio.

A CP é uma Empresa promotora da igualdade no acesso ao trabalho e às diversas profissões, nomeadamente algumas que são tipicamente masculinas. Desde há vários anos que a Empresa tem nos seus quadros oito mulheres maquinistas e doze da área de revisão.

Subscrição da carta de Princípios do BCSD Portugal

A CP subscreveu a Carta de Princípios do BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. Este documento estabelece os princípios que constituem as linhas orientadoras para uma boa gestão empresarial, de acordo com padrões éticos, sociais, ambientais e de qualidade. A Carta de Princípios engloba seis grandes princípios de boa gestão - a conformidade legal e conduta ética; os direitos humanos; os direitos laborais; a prevenção, saúde e segurança; o ambiente; as questões relativas à gestão - e permite às empresas um reconhecimento perante os seus clientes, fornecedores e sociedade em geral, da adoção de sólidos compromissos de sustentabilidade.



Prémios Conquistados

Prémio de Intervenção em Conservação e Restauro 2017

A Associação Portuguesa de Museus (APOM) atribuiu à CP o prémio de intervenção em conservação e restauro 2017, pelo projeto de reconversão da locomotiva a vapor 0186, *Henschel & Son*, datada de 1925, que consistiu na substituição da fonte primária de energia da locomotiva do carvão para o *diesel*.



Prémio “Parceria”

Igualmente a Associação Portuguesa de Museus (APOM) atribuiu à CP uma Menção Honrosa na categoria “Parceria” pelo programa das “Comemorações dos 160 Anos do Comboio em Portugal”, desenvolvido em 2016.



Estudo “Who Cares - The Brand Empathy Report”

Este estudo teve como objetivo conhecer a perceção dos portugueses sobre a capacidade das marcas responderem às suas necessidades, sentimentos e dificuldades. No *ranking* do nível de empatia percebida das marcas em Portugal, a CP ficou posicionada em 33.º lugar, em termos globais, e em 4.º lugar na categoria de transportes. Os resultados deste estudo testemunham os esforços da CP no sentido de conseguir antever aquilo que os consumidores sentem, pensam e fazem, e assim se relacionar com eles.



1.º prémio Sapo Meios

A CP recebeu, na Fundação Champalimaud o primeiro prémio SAPO Meios na categoria “Serviços”, com a comunicação digital que foi realizada com o *youtuber* Conguito. Nesta categoria premeiam-se os planos de meios pelo trabalho desenvolvido em termos de planeamento, execução e resultados obtidos na prossecução de uma campanha no Digital. Em parceria com o *youtuber* Conguito foi criada uma *webserie* que espelhava as ofertas específicas que a CP tem para o *target* jovem.



Prémio de Marketing - Meios & Publicidade 2017

A CP foi distinguida com a Prata na categoria “Redes Sociais” dos prémios de Marketing 2017, promovidos pela revista Meios & Publicidade, com a comunicação digital desenvolvida com o *youtuber* Conguito. Esta parceria integra a estratégia de marketing de conteúdos para canais digitais CP.



CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS



Resumo

Cumprimento das Orientações legais 2017	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/NA		
Objectivos de Gestão			
Melhorar EBITDA	S	+ 27,1 M€ que o previsto	EBITDA recorrente / Ver "Objectivos de Gestão" e "Medidas de Redução de Custos Operacionais"
Redução do peso dos Custos no Volume de Negócios	S	-10,4 p.p. que o previsto	CMVMC+FSE+PESSOAL sem rescisões e impactos da reversão das reduções remuneratórias e dos Art's 20° e 21° da LOE 2017/Volume de Negócios (sem subs.à Expl.) / Ver "Objectivos de Gestão" e "Medidas de Redução de Custos Operacionais"
Nível de Endividamento	S	2,4%	Varição do Endividamento Ajustado / Ver "Objectivos de Gestão" e "Limites de Crescimento do Endividamento"
Metas a atingir constantes no PAO 2017			
Proveitos de Tráfego	S	+ 6,3% face ao previsto	Ver "Objectivos de Gestão"
Passageiros Transportados	S	+ 4,7% face ao previsto	Ver "Objectivos de Gestão"
Efetivo Final a Cargo	S	-81 trabalhadores face ao previsto	Ver "Objectivos de Gestão" e "Efetivo"
Investimento	S	41% de execução do Orçamento Anual	Ver "Objectivos de Gestão" e "Investimento"
Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE			
	S	81,6%	Ver "Objectivos de Gestão"
Gestão do Risco Financeiro			
	S	2,7%	Custo médio de financiamento / Ver " Gestão do Risco Financeiro"
Limites de Crescimento do Endividamento			
Endividamento Ajustado	S	2,4%	Apesar de se ter contraído um empréstimo no final de 2017 com o Estado, a dívida remunerada teve um decréscimo de cerca de 13,54%. / Ver "Limite de Crescimento do Endividamento"
Evolução do PMP a fornecedores			
	S	-15 dias	Varição entre o 4° trimestre de 2017 e o 4° trimestre de 2016 / Ver "Prazo Médio de Pagamento"
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			
	S	0	Não existem pagamentos em atraso por motivos imputáveis à empresa / Ver "Prazo Médio de Pagamento"
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
	NA		As contas da empresa relativas aos anos 2015 e 2016 aguardam aprovação pela Tutela.
Remunerações:			
Não atribuição de prémios de gestão	S	Não existiram	Ver "Remunerações"
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2017	S	14 672,71 €	Na vigência da Lei n°42/2016, de 28 de dezembro que aprovou o OE para 2017, manteve-se a redução de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida aos membros do Conselho de Administração. (cfr. Art° 12° da Lei n° 12-A/2010, de 30 de junho). Ver "Remunerações"
Fiscalização (CF/ROC) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2017	NA	Não aplicável	Ver "Remunerações"
Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2017	NA	Não aplicável	Ver "Remunerações"
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.° 38° da Lei 82-B/2014, prorrogada para 2017 pelo art° 19° da Lei n° 114/2017, de 29 de dezembro	S	Não existiram	Ver "Remunerações"

Cumprimento das Orientações legais 2017	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/NA		
EGP - artigo 32° e 33° do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	S	Não utilizados	Não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Não existiram	Não há lugar a reembolso aos Membros do Conselho de Administração de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	80,00 €	Ver "Aplicação dos Art.ºs 32° e 33° do Estatuto do Gestor Público"
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	1/4 das despesas de representação	Ver "Aplicação dos Art.ºs 32° e 33° do Estatuto do Gestor Público"
Despesas não documentadas ou confidenciais - n° 2 do art° 16° do RJSPE e art° 11° do EGP			
Proibição de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Não existiram	Ver "Aplicação dos Art.ºs 16° do RJSPE e 11° do EGP"
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n° 2 da RCM n° 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	No <i>site</i> da CP	www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção			
Relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	No <i>site</i> da CP	www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S	100,00%	Ver "Contratação Pública"
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA	Não aplicável	Ver "Contratação Pública"
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	19 contratos no valor global de 41.146.394,28 €	Ver "Contratação Pública"
Auditorias do Tribunal de Contas			
	NA		Não ocorreram auditorias do Tribunal de contas durante o ano 2017.
Parque Automóvel			
N° viaturas	S	-3	Ver "Frota Automóvel"
Gastos Operacionais das Empresas Públicas			
MRGO	S		Ver "Medidas de Redução de Gastos Operacionais"
Princípio da Unidade de Tesouraria (art° 28° do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações Centralizadas no IGCP	S	67%	Valor depósitos à ordem no IGCP / Valor total de depósitos à ordem (*)
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	2 610 510 €	Valor de DO na Banca Comercial correspondente à receita das estações recolhida nos últimos dias do mês, de acordo com dispensa obtida do princípio da UTE.(**)
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	NA	0	Uma vez que a CP cumpriu o princípio da Unidade de Tesouraria não existem juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado.

(*) Explicado em ponto autónomo deste relatório.

(**) Não inclui o valor de 1.244.020,68€ depositados, a 31-12-2018, numa conta do Banco Santander titulada pelo IGCP.

Objetivos de Gestão

Relato Não Financeiro

No que diz respeito ao Relato Não Financeiro do ano 2017, a CP elabora desde 2008 o seu Relatório de Sustentabilidade e publica-o no seu *site* em data posterior ao da publicação do Relatório & Contas ou Relatório Anual de Gestão. Em 2018, procederá do mesmo modo, de acordo com o Artº 3º do Decreto-Lei nº 89/2017 de 28 de julho.

Plano de Atividades e Orçamento

A CP transportou em 2017 cerca de 122 milhões de passageiros, mais 5,4 milhões de passageiros (+4,7%) que o previsto. Os rendimentos de tráfego aproximaram-se dos 250 milhões de euros, mais 14,9 milhões de euros (+6,3%) que o planeado.

Este desempenho é o resultado, designadamente, da forte dinâmica comercial e da crescente eficácia das ações de combate à fraude. Refira-se que o ratio quantidade de coimas emitidas por quantidade de fiscalizações efetuadas apresentou uma evolução positiva (11% em 2017, 9% em 2016 e 8,4% em 2015).

O EBITDA recorrente em 2017 foi positivo em 14,6 milhões de euros, registando uma melhoria face ao previsto em 27,1 milhões de euros, decorrente nomeadamente do referido crescimento dos rendimentos de tráfego e do desvio favorável ocorrido ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE).

No caso dos FSE destaca-se a contenção generalizada de gastos e a realização de um número de intervenções não programadas no material circulante inferior ao previsto. De realçar ainda o impacto dos constrangimentos orçamentais impostos, com a reapreciação e recalendarização de diversas ações.

Os Gastos com Pessoal situaram-se abaixo do planeado (-1,5 milhões de euros), devido a um número de rescisões acima do inicialmente estimado, à impossibilidade de concretizar todos os recrutamentos previstos e de, após renegociação dos contratos, não se ter concretizado o acréscimo esperado de gastos com seguros de acidentes de trabalho e saúde. O efetivo a cargo no final de 2017 era de 2.681 trabalhadores, menos 81 que o previsto.

Neste contexto, o peso das principais rubricas de gastos no volume de negócios apresentou uma evolução favorável face ao previsto em 10,4 p.p.

PRC	2017 Exec.	PAO	2017/2016	
			Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	14 625 714 €	-12 475 382 €	27 101 096	217,2%
(1) CMVMC	6 242 781 €	6 331 945 €	-89 164	-1,4%
(2) FSE	159 350 289 €	167 179 627 €	-7 829 338	-4,7%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	93 886 556 €	96 266 905 €	-2 380 349	-2,5%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	1 359 861 €	1 100 681 €	259 180	23,5%
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias (3)	3 402 827 €	3 768 423 €	-365 596	-9,7%
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017	1 224 549 €	0 €	1 224 549	-
(4) Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)	259 479 626 €	269 778 477 €	-10 298 851	-3,8%
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}	258 650 217 €	243 671 713 €	14 978 504	6,1%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	100,3%	110,7%	-10,4 p.p.	-

A CP encerrou o exercício de 2017 com um Resultado Líquido de -112 milhões de euros, cerca de 28% melhor que o previsto.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2017/2017P	
	Real. 31-12-2017	2017P	Valor	%
Resultado Operacional da Atividade de Transportes (EBITDA)	14 626	-12 475	27 101	217,2%
Resultado Operacional	-35 523	-65 371	29 848	45,7%
Resultado Financeiro	-76 104	-88 776	12 672	14,3%
Resultado Líquido	-111 952	-154 436	42 484	27,5%

Para além dos motivos já referidos para o EBITDA, com impacto no Resultado Operacional, destaca-se a melhoria dos resultados das empresas participadas, representando um desvio favorável de 3,8 milhões de euros face ao previsto.

O Resultado Financeiro de 2017 foi negativo em 76,1 milhões de euros, 12,7 milhões de euros melhor que o previsto, em virtude fundamentalmente de taxas de juro inferiores ao inicialmente esperado.

O valor de investimentos realizado em 2017 ascendeu a 16,3 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de realização de 41% do orçamento inicial. O grau de maturidade de alguns projetos, bem como os constrangimentos impostos ao aumento da capacidade produtiva da EMEF, obrigaram à recalendarização e adiamento de diversas ações.

A CP continuou a contar com o apoio do Estado, através da atribuição de dotações de capital para financiar o serviço da dívida, os investimentos e o acordo com as ORT sobre os variáveis. As restantes necessidades operacionais foram supridas na sua quase totalidade com recurso a receita própria.

No final do ano a empresa necessitou de contratar um financiamento de 6 milhões de euros, para regularização de necessidades correntes.

O valor de Endividamento Ajustado registou um acréscimo de 2,4%, conforme apresentado em ponto autónomo deste relatório, situando-se abaixo do limite de 3% imposto no Artº 45º da Lei do Orçamento de Estado para 2017.

Execução Orçamental

A CP registou em 2017 um nível de execução do seu orçamento de receita de 81,6%.

Execução Orçamental da Receita Todas as fontes		2017		
Económica	Designação	Orçamento (1)	Recebimentos (2)	Taxa de Execução (3)=(2)/(1)
R.04 / R.05	Multas Penalidades	41 216,00 €	806 594,60 €	-
R.07	Venda de Bens e Serviços Correntes	287 870 199,00 €	275 771 725,06 €	95,8%
R.08	Outras Receitas Correntes	27 599 485,00 €	17 636 909,17 €	63,9%
R.09	Venda de Bens de Investimento	3 000,00 €	1 844 950,90 €	61498,4%
R.06 / R.10	Transferências	4 353 000,00 €	3 638 773,12 €	83,6%
R.11	AT FIN SOC E QUA SOC	0,00 €	502 504,98 €	-
R.12.04	PA FIN SOC FIN	0,00 €	0,00 €	-
R.12.06	Passivos Financeiros - Empréstimos	57 605 796,00 €	6 000 000,00 €	10,4%
R.12.07	Passivos Financeiros - Dotação Capital	119 911 397,00 €	98 086 724,29 €	81,8%
R.13 / R.15	Sinistros / RNAP	0,00 €	93 546,52 €	-
R.16	Saldo de Gerência	8 216 306,00 €	8 216 306,00 €	-
TOTAL		505 600 399,00 €	412 598 034,63 €	81,6%

Os principais desvios ocorreram ao nível das seguintes rubricas:

- ▶ R.12.07, relativa às Dotações de Capital atribuídas (-21,8 milhões de euros), devido designadamente ao baixo nível de execução das despesas de investimento e ao valor dos encargos financeiros, inferiores ao previsto;
- ▶ R.12.06, referente a novos financiamentos DGTf (-51,6 milhões de euros), visto no decurso do ano a CP ter apresentado uma revisão do seu PAO e diversas propostas de alteração orçamental, incluindo de utilização do saldo de gerência do ano anterior, procurando desta forma utilizar as receitas próprias e minimizar o recurso a endividamento. O valor de endividamento em 2017 foi de apenas 6 milhões de euros. Lembra-se ainda, que o orçamento desta rubrica incluía a possibilidade de financiamento das necessidades diretamente decorrentes da aplicação do conceito de fundos disponíveis, conforme Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (reserva e compromissos a assumir em 2017 mas cujo pagamento só ocorreria em 2018), no valor de 31,5 milhões de euros, ainda que não correspondessem a necessidades de endividamento efetivo;

Excluindo estas rubricas, o grau de execução do orçamento de receita da CP foi de 94%.

Ao nível das receitas próprias, os principais desvios ficaram a dever-se à renegociação dos contratos de energia para tração, com os consumos da *Medway*, S.A. a passarem a ser faturadas diretamente àquela empresa, e ao menor volume de reembolsos de IVA obtidos, em virtude da baixa realização de investimentos.

A despesa registou uma execução de 81,6% face ao orçamento inicialmente aprovado.

Execução Orçamental da Despesa Todas as fontes		2017				
Económica	Designação	Orçamento Antes Cativações (1)	Cativações (2)	Orçamento Disponível (3)=(1)-(2)	Pagamentos Efetuados (4)	Taxa de Execução (5)=(4)/(3)
D.01	Despesas c/ pessoal	108 336 737,00 €	0,00 €	108 336 737,00 €	107 233 909,50 €	99,0%
D.02	Aquisição de bens e serviços	268 721 223,00 €	0,00 €	268 721 223,00 €	210 204 310,59 €	78,2%
D.10/D.03	Amortizações empréstimos/Juros e outros encargos	83 066 830,00 €	0,00 €	83 066 830,00 €	74 785 437,92 €	90,0%
D.07	Aquisição de bens de capital	29 710 590,00 €	0,00 €	29 710 590,00 €	18 966 188,32 €	63,8%
D.06.02.03.R0.00	Reserva	10 776 897,00 €	0,00 €	10 776 897,00 €	0,00 €	-
D.04/D.06/D.09	Restantes	4 933 124,00 €	0,00 €	4 933 124,00 €	1 266 909,60 €	25,7%
TOTAL		505 545 401,00 €	0,00 €	505 545 401,00 €	412 456 755,93 €	81,6%

Excluindo o orçamento relativo às necessidades diretamente decorrentes da aplicação do conceito de fundos disponíveis, acima identificadas, o grau de execução situar-se-ia nos 87%.

No sentido de possibilitar a regularização da faturação em atraso, relativa à utilização das infraestruturas ferroviárias, foi autorizada, por despacho do Senhor Secretário de Estado do Orçamento 1241/2017 de 6-12-2017, a descativação total do orçamento da CP.

Conforme previsto na legislação vigente para 2017, o valor da rubrica D.02.02 - Aquisição de Serviços, foi limitado ao valor de pagamentos do ano anterior. Por despacho do Senhor Secretário de Estado do Orçamento 1396/2017 de 20-12-2017, foi excecionada desta comparação a rubrica D.02.02.21 - Utilização de Infraestruturas.

Gestão do Risco Financeiro

Sintetiza-se no quadro seguinte a situação da CP em 2017 no que respeita à gestão do risco financeiro:

Gestão de Risco Financeiro Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	NA	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento			X	Com a integração da CP no perímetro de consolidação do orçamento de Estado, em 2015, a CP deixou de recorrer a financiamento junto da banca comercial, passando as suas necessidades de financiamento a ser supridas por empréstimos do Estado Português, conforme estipulado na legislação em vigor para as Empresas Públicas Reclássificadas. Em final de 2014 foi celebrado um empréstimo de médio e longo prazo com o Estado, a taxa fixa. Em final de 2017 foi celebrado um novo empréstimo de médio e longo prazo com o Estado, a taxa fixa.
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			X	
Diversificação de entidades credoras			X	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			X	Não existiu contratação de instrumentos de cobertura de risco.
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis	X			Em final de 2014 foi convertida a dívida de curto prazo em médio e longo prazo através de empréstimo celebrado com o Estado Português. A 31-12-2017 o peso da dívida de médio e longo prazo representa 84,4% do total da dívida remunerada.
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (<i>all-in-cost</i>) da operação			X	Foi contratado um novo empréstimo com o Estado Português em final de 2017. Os empréstimos existentes foram contratados com base no custo total.
Minimização da prestação de garantias reais	X			Em 2017 verificou-se uma diminuição da dívida garantida pelo Estado Português, na sequência da amortização de empréstimos avalizados pelo Estado, nomeadamente junto do Banco Europeu de Investimento.
Minimização de cláusulas restritivas (<i>covenants</i>)			X	Foi contratado um novo empréstimo em 2017 com o Estado. Os empréstimos existentes foram contratados sempre com a preocupação de minimizar as cláusulas restritivas.
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			X	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	X			A CP manteve em 2017 o volume de investimento no mínimo indispensável para garantir a segurança e operacionalidade do material circulante, dos sistemas, dos equipamentos e das instalações fixas. O Estado atribuiu dotações de capital à CP para financiamento de despesas de investimento.
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			X	
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			Em ponto autónomo deste Relatório.
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			Em ponto autónomo deste Relatório.
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro	X			Em ponto autónomo deste Relatório.
Reflexão nas DF 2017 do efeito das variações do justo valor dos contratos de <i>swap</i> em carteira				
			X	Em 2017 a empresa não possui qualquer instrumento de cobertura de risco (<i>swap</i>) em carteira.

Legenda:
 FC - Fundos comunitários
 CP - Capital próprio
 S - Sim
 N - Não
 N.A. - Não Aplicável

No capítulo “Financiamento” do presente relatório é possível obter informação adicional sobre a gestão financeira durante o ano de 2017, incluindo, designadamente, a evolução da taxa média de financiamento.

Limite de Crescimento do Endividamento

A dívida remunerada da CP registou um decréscimo de cerca de 13,56%. A empresa contou com o apoio do Estado para o financiamento do serviço da dívida, dos investimentos e do acordo sobre os variáveis, através de dotações de capital. No final de 2017 contraiu um empréstimo de 6 milhões de euros com o Estado Português, para regularização de necessidades operacionais.

Considerando o valor de Endividamento Ajustado verifica-se um acréscimo de 2,4%, conforme quadro seguinte:

Passivo Remunerado	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 17/16	
	Valores (€)					Valor	%
1 - Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	2 614 381 000	3 024 535 015	3 522 177 898	4 134 440 939	3 807 786 562	-410 154 015	-13,6%
- do qual concedido pela DGTf	1 528 056 000	1 902 570 000	2 283 084 000	2 283 084 000	0	-374 514 000	-19,7%
2 - Aumentos de Capital por dotação em numerário (a)	957 467 916	859 381 192	683 483 000	0	0	98 086 724	11,4%
3 - Aumentos de Capital por conversão créditos (b)	897 307 024	479 015 084	0	0	0	418 291 940	87,3%
4 - Endividamento Ajustado (1+2+3)	4 469 155 940	4 362 931 291	4 205 660 898	4 134 440 939	3 807 786 562	106 224 649	2,4%

(a) Aumentos de capital para serviço da dívida (excluindo dívida DGTf), investimentos e acordo sobre os variáveis.

(b) Aumentos de capital para serviço da dívida DGTf.

Prazo Médio de Pagamento

No decurso do ano de 2017, e à semelhança do ocorrido em 2015 e 2016, a CP contou com o apoio do Estado, através da atribuição de dotações de capital, para financiar o serviço da dívida financeira histórica (juros e amortizações), os investimentos e as despesas com pessoal relacionadas com o acordo com as Organizações Representativas dos Trabalhadores sobre os variáveis, na componente relativa a anos anteriores a 2015.

As dotações recebidas e os fundos gerados pela atividade operacional da empresa permitiram à CP assegurar atempadamente o cumprimento das suas responsabilidades financeiras junto dos seus fornecedores e credores. No final de 2017 a Empresa necessitou de contratar um financiamento de 6 milhões de euros para assegurar a regularização total de faturação em atraso da IP.

A 31 de dezembro de 2017 a CP não apresentava dívidas em atraso por motivos imputáveis à Empresa, conforme evidenciado no quadro abaixo:

Dívidas Vencidas (valores em euros)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art.1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	1 948 736	0	0	0	0
Aquisição de Capital	0	0	0	0	0
Saldo em Dívida a Fornecedores (Total)	1 948 736	0	0	0	0
Infraestruturas de Portugal, S.A.	0	0	0	0	0
Outros	1 948 736	0	0	0	0

Nota: Tal como previsto na lei, foram excluídas as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor e as situações relativas a processos judiciais em curso.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução do PMP trimestral ao longo do ano 2017 comparativamente com 2016:

Ano	Trimestre	Prazo Pagamento (dias)	Prazo Pagamento Sem IP (dias) (*)
2016	1º	46	34
	2º	44	32
	3º	38	32
	4º	34	30
2017	1º	28	25
	2º	22	24
	3º	20	20
	4º	19	25
Δ(%) 4º trimestre 2017/2016		-44%	-17%

(*) Excluindo a dívida à IP relativa a serviços do Diretório de Rede. De referir que este PMP inclui, ainda assim, outras dívidas à IP relativas a serviços extra-Diretório que não são facilmente expurgados do indicador.

O PMP continuou a apresentar uma redução significativa durante o exercício de 2017, tal como já se verificara no exercício 2016, com o cumprimento atempado das obrigações da empresa para com os seus fornecedores e credores.

Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2016

As Contas de 2015 e 2016 aguardam aprovação pela Tutela.

Remunerações

Medidas de Redução Salarial

Durante o ano de 2017, na vigência da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2017, manteve-se a redução de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida aos membros do Conselho de Administração, (cfr. artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho).

Manteve-se também o reconhecimento da inaplicabilidade do regime previsto para os trabalhadores em funções públicas, em relação às deslocações e às ajudas de custo do pessoal itinerante, continuando nestas matérias a ser aplicadas as regras dos AEs.

Durante o ano de 2017, continuaram a aplicar-se os acordos feitos em 2013 com os sindicatos relativos ao pagamento do trabalho prestado em dia de descanso e em dia feriado, os quais foram oportunamente transmitidos às tutelas.

Remunerações do Conselho de Administração

De 1 de janeiro a 29 de junho de 2017

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)		N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
21-02-2013 a 31-12-2015	Presidente	Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	RCM n.º 6-A/2013 (DRE II série, n.º 42) de 28-02-2013 com Declaração de Retificação n.º 285/2013 (DRE II série, n.º 45)	05-03-2013	N.A.	D	1
24-4-2015 a 31-12-2015	Vogal	Nuno Serra Sanches Osório	RCM n.º 29/2015 (DRE II série, n.º 87)	06-05-2015	N.A.	D	1
21-02-2013 a 31-12-2015	Vogal	Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	RCM n.º 6-A/2013 (DRE II série, n.º 42) de 28-02-2013 com Declaração de Retificação n.º 285/2013 (DRE II série, n.º 45)	05-03-2013	N.A.	D	1

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2017		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	EMEF	Presidente C.A.	Pública
	TIP	Vogal	Pública
	Nomad Tech	Gerente	Privada
Nuno Serra Sanches Osório	EMEF	Administrador	Pública
	FMNF	Administrador C.A.	Pública
	FMNF	Vogal C.C.	Pública
	ECOSAÚDE	Administrador Único	Pública
	SAROS	Gerente	Pública
	OTLIS	Administrador	Pública
	SIMEF	Presidente do C.A.	Pública
Maria João S. C. R. Calado Lopes	FERNAVE	Administrador Único	Pública

Legenda:

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho Saúde e Ambiente, S.A.

FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A.

SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Ld.º

Nomad Tech, Lda

SIMEF A.C.E.- Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

FMNF - Fundação do Museu Nacional Ferroviário Ginestal Machado

TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE

C.A. - Conselho de Administração

C.C. - Conselho Consultivo

Estatuto do Gestor Público			Remuneração Mensal Bruta (€)	
Membro do CA	Fixado (S/N)	Classificação (A,B,C)	Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	S	A	5 722,75 €	2 289,10 €
Nuno Serra Sanches Osório	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €

Membro do CA	Remuneração Anual 2017 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Final (5)=(3)-(4)
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	56 308,56 €	0,00 €	56 308,56 €	2 739,83 €	53 568,73 €
Nuno Serra Sanches Osório	45 049,68 €	0,00 €	45 049,68 €	2 194,65 €	42 855,03 €
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	45 049,68 €	0,00 €	45 049,68 €	2 194,65 €	42 855,03 €
Total	146 407,92 €	0,00 €	146 407,92 €	7 129,13 €	139 278,79 €

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição (€)		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	6,86 €	576,24 €	Segurança Social	12 769,26 €	144,88 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	2,82 €
Nuno Serra Sanches Osório	6,86 €	665,42 €	Segurança Social	10 231,98 €	144,88 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	2,82 €
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	6,86 €	679,14 €	Segurança Social	10 164,98 €	144,88 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	2,82 €
Total	-	1 920,80 €	-	33 166,22 €	434,64 €	0,00 €	-	8,46 €

Nota: Os valores dos prémios do seguro de saúde e do seguro de acidentes pessoais são idênticos para todos os trabalhadores, correspondendo os valores indicados aos prémios totais per capita (prémios comerciais e taxas inerentes).

Membro do CA	Encargos com viaturas - 2017								
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€) a 29-6-2017	Gasto com Rendas (€)	Nº Prestações Contratuais Remanescentes a 29-6-2017
	S/N	S/N	(€)	(I)					
Manuel T.C.R.Queiró, Nuno S.S.Osório e Maria João S.C.R.Calado Lopes (Veículos em pool)	S	N	57 575,98	ALD	2008	2017	569,64	3 760,80	0
	S	N	59 418,04	ALD	2008	2017	489,66	3 282,24	0
	S	N	57 575,98	ALD	2008	2017	651,17	5 293,32	0

(I) Aquisição; ALD: Leasing ou outra

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço (€)	Custo com Alojamento (€)	Ajudas de Custo (€)	Outras		Gasto Total com Viagens
				Identificar	Valor (€)	
Manuel Tomás C.R.Queiró	1 817,28 €	332,29 €	303,80 €	Refeições	1 186,80 €	3 640,17 €
Nuno Serra Sanches Osório	1 533,50 €	243,00 €	500,36 €	Refeições	827,15 €	3 104,01 €
Maria João S. C. R.Calado Lopes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Refeições	780,15 €	780,15 €
Total						7 524,33 €

De 30 de junho a 31 de dezembro de 2017

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)		Nº de Mandatos
			Forma	Data	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
30-06-2017 a 31-12-2019	Presidente	Carlos Gomes Nogueira	RCM n.º111/2017 (DRE I série, n.º 147)	01-08-2017	N.A.	D	1
30-06-2017 a 31-12-2019	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	RCM n.º111/2017 (DRE I série, n.º 147)	01-08-2017	N.A.	D	1
30-06-2017 a 31-12-2019	Vogal	Sérgio Abrantes Machado	RCM n.º111/2017 (DRE I série, n.º 147)	01-08-2017	N.A.	D	1

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2017		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Ana Maria dos Santos Malhó	EMEF	Vogal do C.A. (a)	Pública
	SIMEF	Presidente do C.A. (b)	Pública
Sérgio Abrantes Machado	EMEF	Presidente do C.A. (a)	Pública
	Nomad Tech	Gerente (b)	Privado

Notas: (a) Desde 20 de julho de 2017

(b) Desde 01 de agosto de 2017

Legenda:

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho Saúde e Ambiente, S.A.

FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A.

SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Ld.º

Nomad Tech, Lda

SIMEF A.C.E.- Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

FMNF - Fundação do Museu Nacional Ferroviário Ginestal Machado

TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE

OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE

C.A. - Conselho de Administração

C.C. - Conselho Consultivo

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público		Remuneração Mensal Bruta (€)	
	Fixado (S/N)	Classificação (A,B,C)	Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Carlos Gomes Nogueira	S	A	5 722,75 €	2 289,10 €
Ana Maria dos Santos Malhó	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €
Sérgio Abrantes Machado	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €

Membro do CA	Remuneração Anual 2017 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Final (5)=(3)-(4)
Carlos Gomes Nogueira	57 390,83 €	0,00 €	57 390,83 €	2 861,65 €	54 529,18 €
Ana Maria dos Santos Malhó	46 933,04 €	0,00 €	46 933,04 €	2 346,62 €	44 586,42 €
Sérgio Abrantes Machado	46 709,02 €	0,00 €	46 709,02 €	2 335,31 €	44 373,71 €
Total	151 032,89 €	0,00 €	151 032,89 €	7 543,58 €	143 489,31 €

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição (€)		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Carlos Gomes Nogueira	6,86 €	679,14 €	Segurança Social	12 950,67 €	144,88 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	2,82 €
Ana Maria dos Santos Malhó	6,86 €	686,00 €	Segurança Social	9 451,56 €	144,88 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	2,82 €
Sérgio Abrantes Machado	6,86 €	727,16 €	Segurança Social	9 574,18 €	144,88 €	0,00 €	Seguro de Acidentes Pessoais	2,82 €
Total	-	2 092,30 €	-	31 976,41 €	434,64 €	0,00 €	-	8,46 €

Nota: Os valores dos prémios do seguro de saúde e do seguro de acidentes pessoais são idênticos para todos os trabalhadores, correspondendo os valores indicados aos prémios totais per capita (prémios comerciais e taxas inerentes).

Membro do CA	Encargos com viaturas - 2017								
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto com Rendas	N° Prestações Contratuais Remanescentes
	S/N	S/N	(€)	(I)			a 31-12-2017	(€)	a 31-12-2017
Carlos Gomes Nogueira e Ana Maria dos Santos Malhó (Veículos em pool)	S	N	57 575,98	ALD	2008	2017	569,64	2 103,80	0
	S	N	59 418,04	ALD	2008	2017	489,66	2 123,30	0
Sérgio Abrantes Machado	S	S	57 575,98	ALD	2008	2017	651,17	1 537,48	0

Nota: Viaturas devolvidas à locadora em 27.12.2017

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço (€)	Custo com Alojamento (€)	Ajudas de Custo (€)	Outras		Gasto Total com Viagens
				Identificar	Valor (€)	
Carlos Gomes Nogueira	623,87 €	0,00 €	125,10 €	Refeições	678,30 €	1 427,27 €
Ana Maria dos Santos Malhó	846,93 €	602,49 €	250,18 €	Refeições	236,50 €	1 936,10 €
Sérgio Abrantes Machado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Refeições	177,00 €	177,00 €
Total						3 540,37 €

Fiscalização

Conselho Fiscal

Mandato Início-Fim	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal)	N.º de Mandatos
			Forma	Data		
13-11-2013 a 31-12-2015	Presidente	António José Farinha Simão	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	13.11.2013	1 602,37 €	1
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	13.11.2013	1 201,78 €	1
01-12-2015 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Nelson Manuel Costa Santos	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	13.11.2013	1 201,78 €	1

Embora designados por prazo certo, os membros do CF mantêm-se em funções até nova designação, sem prejuízo da dissolução, demissão ou renúncia.

Remuneração Anual 2017 (€)			
Membro do Órgão de Fiscalização	Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Final
	(1)	(2)	(3)= (1)-(2)
António José Farinha Simão	22 433,19 €	0,00 €	22 433,19 €
Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	16 824,92 €	0,00 €	16 824,92 €
Nelson Manuel Costa Santos	16 824,92 €	0,00 €	16 824,92 €
Total	56 083,03 €	0,00 €	56 083,03 €

Revisor Oficial de Contas

Mandato Início-Fim	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Número inscrição na OROC	Número registo na CMVM	Forma	Data	Data do Contrato		
01-08-2014 a 31-12-2015	SROC	Oliveira, Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ld ^a	23	20 161 381	Despacho Conjunto s/número de 16 de maio de 2014, dos Ministérios das Finanças e da Economia, iniciou funções em 1 de agosto de 2014 para completar o mandato de 2013-2015.	1-8-2014	16-5-2014	4	4
01-08-2014 a 31-12-2015	ROC	Oliveira, Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ld ^a , representada pelo Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1 056	20 160 668	Despacho Conjunto s/número de 16 de maio de 2014, dos Ministérios das Finanças e da Economia, iniciou funções em 1 de agosto de 2014 para completar o mandato de 2013-2015.	1-8-2014	16-5-2014	4	4

Nome	Remuneração Anual do Contrato de Prestação de Serviços-2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais 2017 (€)			
	Valor	Reduções	Valor Final (3)= (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor	Reduções	Valor Final (3)= (1)-(2)
Oliveira, Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Ld ^a , representada pelo Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	21.500,04€	NA	21.500,04€	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Total	21.500,04€		21.500,04€				

NA- Não aplicável

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome do Auditor Externo	N.º Registo na OROC	N.º Registo na CMVM				
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda.	197	20 161 495	22-06-2017	3 anos	4	4
Representado por: Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro	1 015	20 160 630	22-06-2017	3 anos	4	4
Sócio responsável pelo controlo de qualidade: Helena Isabel Gonçalves Lopes Rigueira	1 026	20 160 640	22-06-2017	3 anos	4	4

Nome do Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2017 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais 2017 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)= (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)= (1)-(2)
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda.	11 700 €	0,00 €	11 700 €	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

N.A.- Não aplicável.

Nota: O valor indicado, de 11.700€, corresponde ao valor contratado para a prestação de serviços de auditoria às contas individuais e consolidadas da CP para o exercício de 2017.

Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

No âmbito da CP-Comboios de Portugal, E.P.E., em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, Rect. n.º 2/2012, de 25 de janeiro e Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho), não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração, não havendo igualmente lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.

O valor máximo das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, pelo Despacho n.º 761/SETF/2012, de 25 de Maio (2ª série DR), de Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, é limitado a € 80,00 mensais.

No que diz respeito à utilização de viaturas, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público o valor máximo de combustível e portagens afecto mensalmente às viaturas de serviço é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

De 1 de janeiro a 29 de junho de 2017

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal definido	Valor Anual	Observações
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró	80,00 €	124,09 €	
Nuno Serra Sanches Osório	80,00 €	91,96 €	
Maria João S. C. Rosa Calado Lopes	80,00 €	48,35 €	
Total		264,40 €	

Membro do CA	Plafond mensal definido para Combustíveis e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)		
		Combustível	Portagens	Total
Manuel T.C.R.Queiró, Nuno S.S.Osório e Maria João S.C.R.Calado Lopes (Veículos em <i>pool</i>)	1/4 despesas representação	1 072,84	250,85	1 323,69
		1 326,18	344,20	1 670,38
		2 380,85	865,70	3 246,55
Total			6 240,62	

De 30 de junho a 31 de dezembro de 2017

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal definido	Valor Anual	Observações
Carlos Gomes Nogueira	80,00 €	6,78 €	
Ana Maria dos Santos Malhó	80,00 €	72,57 €	
Sérgio Abrantes Machado	80,00 €	46,47 €	
Total		125,82 €	

Membro do CA	Plafond mensal definido para Combustíveis e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)		
		Combustível	Portagens	Total
Carlos Gomes Nogueira e Ana Maria dos Santos Malhó (Veículos em <i>pool</i>)	1/4 despesas representação	664,13	89,55	753,68
		1 249,56	86,90	1 336,46
Sérgio Abrantes Machado		993,87	143,90	1 137,77
Total				3 227,91

Aplicação dos Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP

Não foram realizadas pela empresa nem pelos seus gestores quaisquer despesas confidenciais ou não documentadas.

Relatório Sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens

Encontra-se disponível no seguinte endereço:

https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/remuneracoes_pagas_mulheres_homens.pdf

Relatório Anual Sobre Prevenção da Corrupção

Encontra-se disponível no seguinte endereço:

https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/identificacao_infraacao_penal.pdf

Contratação Pública

Os procedimentos adotados pela Empresa em sede de contratação regem-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, tendo sido considerada entidade adjudicante do sector especial dos transportes. A Empresa neste momento tem contratualizada com a ACINGOV a utilização de uma plataforma eletrónica de contratação, dotando-se, assim, dos meios necessários para a realização de procedimentos públicos de aquisição, em conformidade com a legislação em vigor.

A CP, nos procedimentos relacionados com aquisições de bens e serviços, recorre à realização de concursos públicos e limitados, por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades. Dispõe de um Normativo sobre Locação e Aquisição de Bens Móveis e Aquisição de Serviços e Empreitadas desde maio de 2014 e publica um Regulamento de Compras no seu *site* no seguinte endereço:

https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/compras.pdf

Em 2017 foram submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas 19 contratos por ultrapassarem o montante global acumulado de 5.000.000€, no valor global de 41.146.394,28 € (sem Iva).

Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A CP assinou em julho de 2010 um contrato de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) na qualidade de entidade compradora voluntária.

Tendo em conta os acordos-quadro existentes na ANCP, a CP tem vindo a analisar caso a caso se a utilização desses acordos lhe é vantajosa face aos valores contratuais conseguidos diretamente pela empresa, bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades.

A CP tem recorrido aos acordos da ESPAP para as áreas de vigilância e segurança humana, renting de viaturas, contratação de agência de viagens, aquisição de consumíveis de impressão, economato, papel e licenças Microsoft.

Frota Automóvel

A CP não se encontra vinculada ao chamado Parque de Veículos do Estado, apesar da sua adesão voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

Tendo em consideração o disposto no Ofício Circular da Direção Geral do Tesouro e Finanças, n.º 4238 de 1 de julho de 2013 e no Despacho n.º 5410/2014 do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Secretária de Estado do Tesouro de 17 de abril de 2014, foi dado cumprimento desde 2014 ao rácio de dois veículos abatidos por cada nova aquisição, à redução de gama das viaturas e às rendas máximas definidas, o que se traduziu num parque automóvel mais reduzido e com menores gastos de utilização.

Em 2017 foram abatidas três viaturas (por termo do contrato AOV - Aluguer Operacional de Veículos), não tendo sido efetuada qualquer nova aquisição.

Em 2017, os gastos com a frota automóvel cifraram-se em 276.928€, o que representa um decréscimo de 7.498€ relativamente a 2016. Não obstante ter-se verificado um aumento das despesas com manutenção das viaturas propriedade da CP (49.929€ em 2017, 34.621€ em 2016), consequência do seu franco envelhecimento (15 anos de idade média) e premente necessidade de substituição, as despesas associadas a AOV, via verde e seguro evidenciaram uma redução.

Salienta-se a tendência de decréscimo dos gastos anuais totais com a frota automóvel desde 2013.

Medidas de Redução de Gastos Operacionais

PRC	2017 Exec.	2016 Exec.	2015 Exec.	2017/2016	
				Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA ⁽¹⁾	14 625 714 €	343 613 €	3 260 783 €	14 282 101 €	4156,5%
(1) CMVMC	6 242 781 €	5 459 521 €	5 985 193 €	783 260 €	14,3%
(2) FSE	159 350 289 €	158 701 092 €	164 077 905 €	649 197 €	0,4%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i, ii) e iii) ⁽²⁾	93 886 556 €	93 457 302 €	94 157 910 €	429 254 €	0,5%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	1 359 861 €	2 688 722 €	2 422 539 €	-1 328 862 €	-49,4%
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias ⁽³⁾	3 402 827 €	3 225 898 €	2 176 070 €	176 928 €	5,5%
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017	1 224 549 €	0 €	0 €	1 224 549 €	ND
(4) Gastos Operacionais ⁽⁴⁾ = (1)+(2)+(3)	259 479 626 €	257 617 916 €	264 221 008 €	1 861 710 €	0,7%
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}	258 650 217 €	239 243 464 €	241 783 095 €	19 406 753 €	8,1%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	100,3%	107,7%	109,3%	-7,4 p.p.	-
(i) Gastos com Comunicações (FSE)	528 763 €	512 711 €	603 897 €	16 052 €	3,1%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	3 720 088 €	1 012 727 €	432 982 €	2 707 361 €	267,3%
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	4 227 017 €	3 951 109 €	3 987 691 €	275 908 €	7,0%
(iv) Gastos com as viaturas ^{c)}	276 928 €	284 426 €	257 048 €	-7 498 €	-2,6%
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	8 752 796 €	5 760 973 €	5 281 617 €	2 991 823 €	51,9%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores) ⁽⁴⁾	2 692	2 674	2 703	18	0,7%
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	6	6	0	0,0%
N.º Cargos de Direção de 1º nível (CD)	18	17	16	1	5,9%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	2 668	2 651	2 681	17	0,6%
N.º Trabalhadores/N.º CD	148	156	168	-8	-4,9%
N.º de viaturas	44	47	49	-3	-6,4%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

(1) Não inclui indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações e outras operações não relacionadas com a atividade da empresa.

(2) Não considera em 2015, gastos com pessoal adicionais, referentes a anos anteriores, no valor de 27,2 milhões de euros, na sequência do acordo celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias.

(3) Variação das reduções remuneratórias face a 2014, incluindo contribuição patronal.

(4) Efetivos médios a cargo.

A CP manteve, em 2017, um EBITDA recorrente positivo, registando uma melhoria de 14,3 milhões de euros face ao ano anterior, impulsionada essencialmente pelo crescimento das vendas e serviços prestados relacionados com o transporte de passageiros.

Este crescimento, em conjunto com uma significativa contenção de gastos, permitiu que o peso das principais rubricas de gastos no volume de negócios apresentasse uma evolução favorável de 7,4 p.p. face a 2016 e de 9 p.p. relativamente a 2015.

As principais rubricas de gastos apresentaram um ligeiro crescimento de 0,7% face a 2016, explicado nomeadamente pelas seguintes variações:

- ✔ Aumento dos Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, designadamente por variação do preço médio do combustível para tração;
- ✔ Aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos, devido essencialmente ao acréscimo de gastos com deslocações e estadas, vigilância e utilização da infraestrutura e à diminuição dos gastos com energia de tração, visto os consumos da Medway, S.A terem passado a ser faturados diretamente pelo fornecedor àquela empresa;
- ✔ Aumento dos Gastos com Pessoal, excluindo o impacto das indemnizações por rescisão, reversão das reduções remuneratórias e reposição parcial das progressões, devido nomeadamente ao acréscimo de efetivo médio, parcialmente compensado pela redução de gastos com trabalho suplementar e formação.

Relativamente ao número de efetivos a cargo, na sequência dos processos de recrutamento realizados no final de 2016, verificou-se um acréscimo do efetivo médio em 2017. Importa no entanto realçar que, com as rescisões ocorridas no final do ano, o efetivo final em 2017 foi inferior ao de 2016.

No âmbito dos gastos com deslocações, estadas e ajudas de custo registou-se em 2016 e 2017 um acréscimo decorrente dos acordos estabelecidos com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) no sentido da redefinição dos períodos de trabalho e conseqüente reformulação das escalas do pessoal operacional. Desta reformulação resultou um acréscimo de produtividade e disponibilidade de meios humanos e materiais, que se revelou determinante para a manutenção do clima de paz social, para incremento do envolvimento com a atividade da Empresa, com a conseqüente melhoria da qualidade do serviço prestado, bem como, para os resultados obtidos durante os anos de 2016 e 2017.

Os gastos com comunicações incluem, para além das comunicações fixas e móveis, as comunicações de dados, designadamente, com as estações e a bordo dos comboios. O ligeiro acréscimo registado face a 2016 decorre essencialmente do aumento de serviços de Wi-fi oferecidos a bordo dos comboios.

Os gastos com a frota automóvel registaram uma diminuição relativamente a 2016, devido fundamentalmente à redução das despesas associadas a AOV, via verde e seguro, conforme já mencionado em ponto anterior deste relatório.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, tem a CP requerido, anualmente, a dispensa do seu cumprimento.

Igualmente tem desenvolvido todos os esforços para o cumprimento, sempre que possível, do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, centrando o máximo de serviços no IGCP. Assim:

- ✔ O número de movimentos da conta do IGCP aumentou significativamente, quer a nível de recebimentos quer de pagamentos, sendo a conta movimentada com a máxima regularidade;
- ✔ A generalidade dos pagamentos é efetuada via IGCP;
- ✔ Os recebimentos dos clientes estão a ser canalizados para a conta do IGCP;
- ✔ Desde dezembro de 2010 que os excedentes de tesouraria pontuais são aplicados no IGCP - CEDIC's;
- ✔ Os valores disponíveis, ainda que não aplicados, dado o seu montante, são mantidos na conta do IGCP.

No entanto, dadas as especificidades da atividade da CP, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca comercial nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao funcionamento da Empresa serem efetuados via conta do IGCP, dadas as funcionalidades operacionais do Banco do Tesouro.

Na sequência do pedido de dispensa do cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado a CP, através do despacho n.º 256/17 - SEATF, de 19 de janeiro de 2017, obteve para o corrente ano, a exceção ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, para alguns serviços bancários, nomeadamente recolha e contagem de valores, cartões de refeição e garantias bancárias, que não podem ser substituídas por depósitos caucionados. O IGCP está já a garantir o fornecimento de terminais de pagamento automático e serviços associados.

Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não ocorreram auditorias do Tribunal de Contas durante os anos de 2014, 2015, 2016 e 2017.

Informação no Site do SEE

Informação a constar no <i>Site</i> do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N /N. A.	Data Atualização	
Estatutos	S	14-03-2012	
Caracterização da Empresa	S	17-01-2017	
Função de tutela e accionista	S	12-01-2016	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:	S	24-06-2015	Com referência às Contas de 2014.
Identificação dos órgãos sociais	S	24-06-2015	As Contas de 2015 e 2016 aguardam aprovação.
Estatuto remuneratório fixado	S	24-06-2015	
Divulgação das Remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	24-06-2015	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do CA	S	24-06-2015	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	24-06-2015	
Esforço Financeiro Público	S	13-04-2017	Enviado a 30-1-2018 (*)
Ficha Síntese	S	17-01-2017	Enviado a 14-9-2017 (*)
Informação Financeira histórica e atual	S	18-01-2017	
Princípios de Bom Governo	S	06-06-2016	Enviado a 30-1-2018 (*)
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	06-06-2016	
Transações Relevantes c/entidades relacionadas	S	06-06-2016	
Outras transações	S	06-06-2016	
Análise de sustentabilidade nos domínios:	S	06-06-2016	
Económico	S	06-06-2016	
Social	S	06-06-2016	
Ambiental	S	06-06-2016	
Avaliação do cumprimento dos PBG	S	06-06-2016	
Código de Ética	S	06-06-2016	

(*) Ainda por atualizar no *site* do SEE.



ANÁLISE ECONÓMICO- FINANCEIRA

Conta de Exploração

(valores em milhares de euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação 2017/2016	
	REAL 31-12-2017	REAL 31-12-2016	Valor	%
Vendas e serviços prestados	258 650	239 243	19 407	8%
Subsídios à exploração	21	17	4	22%
Outros rendimentos	23 469	26 757	-3 288	-12%
	282 140	266 017	16 122	6%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-6 243	-5 460	-783	-14%
Fornecimentos e serviços externos	-159 350	-158 701	-649	0%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-98 514	-96 683	-1 831	-2%
Outros gastos	-3 407	-4 830	1 423	29%
	-267 514	-265 674	-1 840	-1%
Resultado operacional da atividade de transportes* (EBITDA)	14 626	344	14 282	4156%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-56 860	-55 362	-1 498	-3%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	574	856	-282	-33%
Indemnizações por rescisão	-1 360	-2 689	1 329	49%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6 960	3 257	3 703	114%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-412	-266	-146	-55%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-437	-290	-147	-51%
Provisões (aumentos/reduções)	-144	-11 497	11 353	99%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	1 684	-1 684	-100%
Outros rendimentos (reclassificação por impostos diferidos)	0	11 025	-11 025	-100%
Outros rendimentos (venda equip. básico/sucata)	801	0	801	s/s
Outros rendimentos (venda Praia da Maçãs)	729	0	729	s/s
Outros rendimentos (reconhecimento valor venda CPCarga)	0	1 634	-1 634	-100%
Outros rendimentos (subs invest. reconhecidos em resultado de material abatido)	0	276	-276	-100%
Outros gastos (abate Ed. Terr. Paço - Desp_10759-A/2016)	0	-1 998	1 998	100%
Outros gastos (outros abates de material circulante)	0	-2 596	2 596	100%
Aumento/Reduções de justo Valor	0	1 292	-1 292	-100%
Resultado operacional	-35 523	-54 331	18 807	35%
Juros e rendimentos similares obtidos	467	1 048	-581	-55%
Juros e gastos similares suportados	-76 571	-88 331	11 760	13%
Resultado financeiro	-76 104	-87 283	11 179	13%
Resultado antes de impostos	-111 627	-141 614	29 987	21%
Imposto sobre o rendimento do período	-324	-2 951	2 626	89%
Resultado líquido do período	-111 952	-144 565	32 614	23%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com a atividade da empresa.

Resultado Líquido

O *Resultado Líquido* de 2017 apresentou uma melhoria de 23% face ao ano anterior (32,6 milhões de euros), passando de -144,6 milhões de euros, em 2016, para -112 milhões de euros em 2017.

Esta variação positiva ficou a dever-se, fundamentalmente, ao crescimento registado nas vendas e serviços prestados relacionados com o transporte de passageiros e à melhoria do resultado financeiro e dos resultados das empresas participadas.

Resultado Operacional da Atividade de Transporte de Passageiros (EBITDA)

O *EBITDA* recorrente em 2017 foi positivo em 14,6 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 14,3 milhões de euros face ao ano anterior, devido essencialmente às seguintes variações:

- Aumento das *Vendas e serviços prestados* em 19,4 milhões de euros, com destaque para o crescimento verificado nos réditos relativos ao transporte de passageiros, conforme analisado anteriormente;
- Diminuição dos *Outros gastos* em 1,4 milhões de euros, devido fundamentalmente ao menor valor de correções de gastos de anos anteriores e das ofertas de títulos transporte;
- Diminuição dos *Outros rendimentos* em 3,3 milhões de euros, em virtude, essencialmente, da renegociação do contrato de fornecimento de energia para tração, passando os gastos de energia a ser faturados diretamente pelo prestador de serviços à Medway, S.A.;
- Aumento dos *Gastos com pessoal* (sem indemnizações) em 1,8 milhões de euros, em resultado da reversão total da redução remuneratória temporária (durante o 1º, 2º e 3º trimestres de 2016 a reversão fora de, respetivamente, 40%, 60% e 80% e atingiu os 100% a partir de 1 de outubro de 2016), bem como da reposição parcial das progressões e acréscimo de outros abonos. De referir ainda, a diminuição do efetivo a cargo;
- Aumento dos *Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas* em 0,8 milhões, com origem designadamente no consumo de combustível para tração (+0,5 milhões de euros) e de fardamentos (+0,2 milhões de euros);
- Aumento dos gastos com *Fornecimentos e serviços externos* em 0,6 milhões de euros, destacando-se os acréscimos registados nas rubricas de deslocações e estadas (+2,7 milhões de euros), vigilância / segurança (+0,5 milhões de euros), utilização da infraestrutura (+0,4 milhões de euros) e publicidade (+0,4 milhões de euros), ainda que parcialmente compensados pela diminuição dos gastos com energia de tração (-3,5 milhões de euros), em virtude da renegociação do contrato de fornecimento de energia, passando os gastos de energia a ser faturados diretamente à Medway, S.A.

Resultado Operacional

O *Resultado Operacional* de 2017, no valor de -35,5 milhões de euros, registou uma melhoria de 18,8 milhões de euros face ao ano anterior.

Contribuíram para esta situação, para além dos motivos já referidos para o EBITDA recorrente, fundamentalmente os seguintes factos:

- Aumento dos *Ganhos imputados de subsidiárias* em 3,7 milhões de euros, em virtude da melhoria dos resultados das empresas participadas, destacando-se o resultado líquido positivo da EMEF, no valor de 5,9 milhões de euros;
- Diminuição dos *Outros gastos* (outros abates de material circulante) em 2,6 milhões de euros. Em 2016 foi efetuado um abate de material circulante, com um impacto líquido nas contas da empresa de cerca de 0,4 milhões de euros, ainda que este impacto se refletisse em diferentes rubricas da demonstração de resultados;
- Diminuição dos *Outros gastos* (abate do imóvel no Terreiro do Paço) em 2 milhões de euros, decorrente de, em 2016, se ter procedido ao abate do imóvel detido pela CP no Terreiro do Paço, em resultado da publicação do despacho 10759-A/2016 dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas;
- Diminuição das *indenizações por rescisão* em 1,3 milhões de euros;
- Aumento dos *Outros rendimentos* resultantes de mais-valias, no valor de cerca de 0,7 milhões de euros, pela venda do imóvel detido pela CP na Praia das Maças e de rendimentos obtidos em resultado da venda de equipamento básico e sucata no valor de 0,8 milhões de euros;
- Diminuição da variação favorável das *Imparidades de investimentos não depreciables / amortizáveis* em 1,7 milhões de euros, pelo facto de, na sequência do referido abate de material circulante em 2016, se terem revertido imparidades constituídas para esses ativos;
- Ausência do impacto favorável registado em 2016 em *Outros rendimentos*, no valor de 1,6 milhões de euros, decorrente da alienação da CP Carga;
- Aumento dos *Gastos com depreciações* em 1,5 milhões de euros, em resultado da correção da vida útil de uma série de material circulante e da reclassificação de imóvel da CP no Barreiro de ativo não corrente detido para venda, para ativo fixo tangível, por não se prever a sua alienação num curto espaço de tempo, o que obrigou a reconhecimento de depreciações desde a data em que o ativo foi classificado como ativo não corrente detido para venda. Excluindo estes efeitos, as depreciações teriam apresentado uma diminuição face ao ano anterior, em virtude do fim da vida útil de diversos ativos e do reduzido investimento realizado pela empresa;
- Diminuição do impacto favorável decorrente da detenção de derivados em 1,3 milhões de euros, em resultado de ter terminado em 2016 o último contrato de gestão de risco financeiro em carteira.

Resultado Financeiro

O *Resultado Financeiro* em 2017 foi negativo em 76,1 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado em 2016 de 11,2 milhões de euros (13%). Para este facto contribuiu fundamentalmente a diminuição do passivo financeiro da Empresa.

Balanço

(valores em milhares de euros)

RUBRICAS	PERÍODOS		Variação 2017/2016	
	31/12/2017	31/12/2016	Valor	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente	573 946	597 975	-24 029	-4%
Ativo Corrente	43 888	52 743	-8 855	-17%
Total do Ativo	617 834	650 717	-32 884	-5%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			0	
Capital Próprio que inclui:	-2 133 221	-2 529 206	395 985	16%
Resultado Líquido do período	-111 952	-144 565	32 613	23%
Total do Capital Próprio	-2 133 221	-2 529 206	395 985	16%
PASSIVO			0	
Passivo Não Corrente	2 230 270	2 641 546	-411 275	-16%
Passivo Corrente	520 785	538 378	-17 593	-3%
Total do Passivo	2 751 055	3 179 923	-428 868	-13%
Total do Capital Próprio + Passivo	617 834	650 717	-32 884	-5%

Ativo

Em 2017 o *Ativo* da CP diminuiu 32,9 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- ✔ Diminuição dos *ativos fixos tangíveis*, em 30,2 milhões de euros, em resultado das depreciações dos ativos fixos tangíveis afetos à empresa não terem sido compensados pela realização de investimento;
- ✔ Aumento das *participações financeiras* - método de equivalência patrimonial em 6 milhões de euros, decorrente, designadamente, da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados das empresas participadas, com especial contributo da EMEF;
- ✔ Aumento do saldo de Estado e outros entes públicos, no valor de 6,1 milhões de euros, em virtude do acréscimo dos valores de IVA - a recuperar, motivado pela aceitação, no final do ano, da faturação em atraso relativa à utilização de infraestruturas;
- ✔ Diminuição do saldo de clientes e de outros créditos a receber em 0,8 milhões de euros, devido fundamentalmente à redução da rubrica de devedores por acréscimos de receitas, justificada emissão regular de faturação à *Medway*, S.A., mas também pelo facto de se ter terminado o contrato de refaturação de eletricidade para tração com esta entidade;
- ✔ Diminuição da rubrica ativos não correntes detidos para venda em 11,1 milhões de euros em resultado da venda de imóvel na Praia das Maças e da reclassificação, para ativo fixo tangível, de imóvel detido pela empresa no Barreiro;
- ✔ Diminuição do saldo de caixa e depósitos bancários em 3,2 milhões de euros.

Capital Próprio

No decorrer do ano 2017 foram realizados pelo Estado Português aumentos de capital no valor de 516,4 milhões de euros.

Os aumentos do capital estatutário, foram aprovados por Despachos Conjuntos dos Senhores Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas, nos seguintes termos:

- ✔ No mês de março, aumento de capital a subscrever pelo Estado em numerário, no valor de 29,3 milhões de euros. 19,8 milhões de euros foram realizados em março, e o restante valor, num total de 9,5 milhões de euros, foi realizado em abril;
- ✔ No mês de junho, aumento de capital a subscrever pelo Estado em numerário, no valor de 12,4 milhões de euros: 8,4 milhões de euros foram realizados em junho, e o restante valor, num total de 4 milhões de euros, foi realizado em julho;
- ✔ No mês de julho, aumento de capital a subscrever pelo Estado em numerário, no valor de 28,6 milhões de euros: 5 milhões de euros foram realizados em julho, e o restante valor, num total de 23,6 milhões de euros foi realizado em setembro;
- ✔ No mês de outubro, aumento de capital a subscrever pelo Estado em numerário, no valor de 16,8 milhões de euros. O valor foi totalmente realizado no decorrer do mês de outubro;
- ✔ No mês de novembro, aumento do capital, a subscrever pelo Estado por conversão de créditos detidos pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças que se venciam no mês de novembro, de 418,3 milhões de euros;
- ✔ No mês de dezembro, aumento de capital a subscrever pelo Estado em numerário, no valor de 11 milhões de euros. O valor foi totalmente realizado no decorrer do mês de dezembro.

Passivo

O *Passivo* da CP registou em 2017 uma diminuição de 428,9 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- ✔ Diminuição dos *Financiamentos obtidos* em 410,2 milhões de euros, através da utilização das dotações de capital do Estado para proceder à amortização de financiamentos com vencimento em 2017;
- ✔ Diminuição do saldo de *Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar* em 14,7 milhões de euros, devido fundamentalmente à redução da especialização de gastos com as infraestruturas, em resultado da aceitação e pagamento da respetiva faturação;
- ✔ Diminuição das Provisões em 3,7 milhões de euros, decorrente da utilização das provisões constituídas no âmbito do desfecho dos respetivos processos judiciais.

Financiamento

Política de Financiamento

Com a integração em 2015 no perímetro de consolidação do Orçamento de Estado, a CP deixou de recorrer a financiamento junto das instituições de crédito, passando as suas necessidades de financiamento a ser supridas por empréstimos do Estado Português, conforme estipulado na legislação em vigor para as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR).

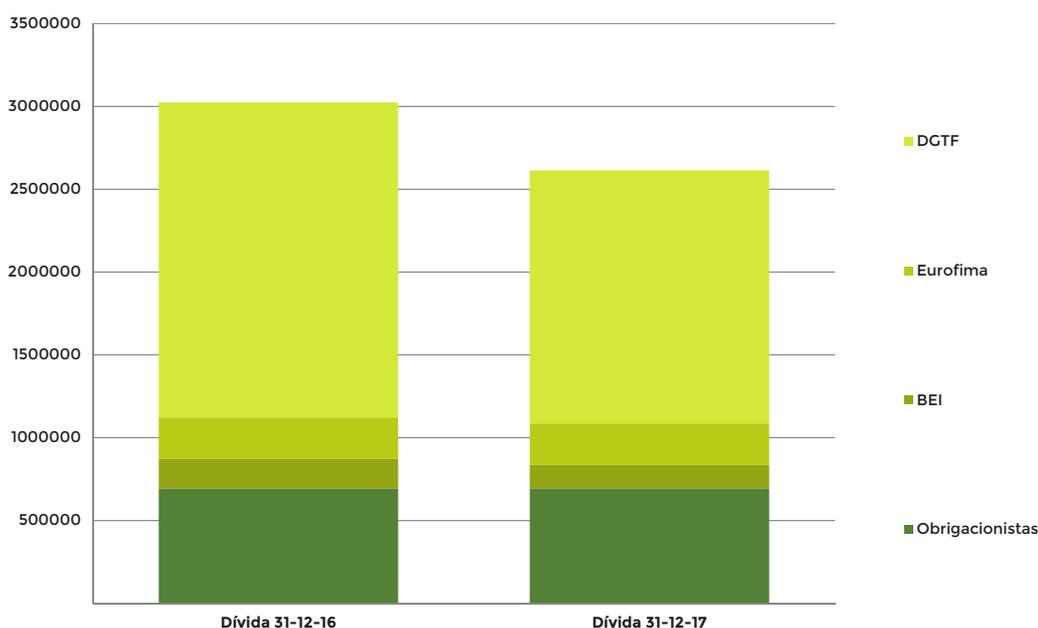
Neste contexto, em 2017, foram realizados pelo Estado Português, por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial (detalhe no ponto relativo às variações do Capital Próprio), aumentos de capital estatutário num total de 516,4 milhões de euros, para suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), dos investimentos e de despesas com pessoal relativas ao acordo histórico sobre os variáveis.

No mês de dezembro, a Empresa necessitou de contratar um financiamento de 6 milhões de euros para assegurar o cumprimento das suas responsabilidades correntes da exploração.

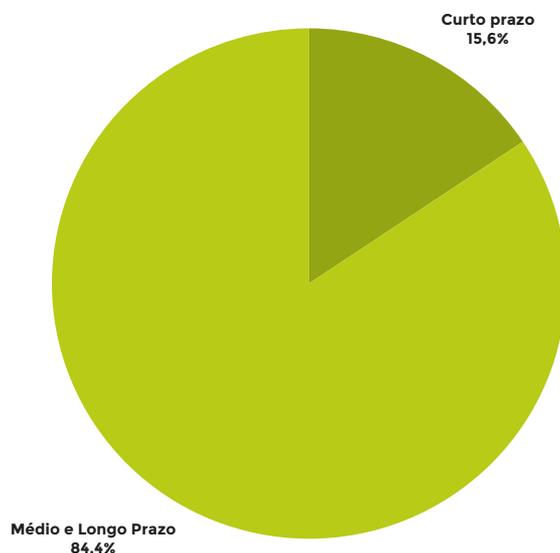
Dívida Remunerada

A dívida remunerada da CP a 31-12-2017 apresentou uma diminuição de cerca de 410 milhões de euros (-13,56%) em relação ao ano anterior, na sequência da amortização de empréstimos do BEI e do Estado Português e apesar do financiamento contratado no final do ano.

O valor da dívida no final de 2017 ascendia, assim, a cerca de 2,6 mil milhões de euros, com o seguinte detalhe por fontes de financiamento:



A dívida de médio e longo prazo continua a ser predominante (84,4% do total da dívida), conforme evidenciado no gráfico seguinte:



Fontes de Cofinanciamento

Em 2017 a CP dispôs de financiamento a fundo perdido no valor de cerca de 1,5 milhões de euros, a título de cofinanciamento de investimentos pelo Estado Português, no âmbito do PIDDAC.

Esse montante de cofinanciamento destinou-se aos projetos de “Grandes Reparações R2 e R3” e “Intervenção de Meio de Vida de CPA”.

A CP recebeu ainda subsídios à Exploração no âmbito de projectos em que participa.

PIDDAC 2017 (valores 10 ³ €)	Valores
Reparações de material circulante	934
Intervenção de Meio de Vida nos Alfa Pendulares	601
TOTAL	1 536

Subsídios à Exploração (valores 10 ³ €)	Valores
HORIZONTE 2020 / Shift2Rail IMPACT	3,6
HORIZONTE 2020 / Shift2Rail PIVOT	7,1
Fundo Eficiência Energética	10,0
TOTAL	21

Encargos Financeiros

Os encargos financeiros mantiveram em 2017 a tendência de decréscimo, essencialmente devido à manutenção das taxas de mercado a níveis historicamente baixos.

A substituição, em finais de 2014, dos empréstimos da Banca Nacional por um empréstimo de médio e longo prazo celebrado com o Estado Português, a taxa fixa, permitiu uma redução considerável nos custos, tendo em conta os *spreads* e comissões praticados na altura.

Contudo, decorrente das amortizações realizadas em 2017, verificou-se o aumento do peso relativo dos empréstimos com taxas fixas mais altas, o que motivou o aumento do custo médio de financiamento, que se situou nos 2,70%.

Descrição (€ ³)	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Juros	72 996	82 657	96 508	197 703	200 844	185 516
Aval	1 330	1 414	1 499	1 504	1 804	1 808
Outros encargos	1 966	1 931	2 781	3 855	7 521	7 107
Encargos Financeiros	76 292	86 002	100 788	203 062	210 169	194 431
Dívida Média	2 826 120	3 280 501	3 832 020	4 134 441	3 807 787	3 637 063
Custo médio de financiamento	2,70%	2,62%	2,63%	4,91%	5,52%	5,35%

Instrumentos de Gestão de Risco

A CP não possui atualmente qualquer instrumento de gestão de risco financeiro em carteira.



PERSPETIVAS PARA 2018

Previsões

As perspetivas para a economia Portuguesa ao longo do horizonte 2018-2020 apontam para a continuidade da recuperação moderada da economia e do emprego, prevendo-se uma aceleração gradual do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Neste contexto, antevê-se um impulso nas necessidades de mobilidade das populações, potenciado pelo aumento do turismo e do rendimento disponível das famílias e pela melhoria da situação do mercado de trabalho.

Ao nível do sector dos transportes, as políticas nacionais e comunitárias reforçam o enfoque na satisfação do Cliente e a aposta no modo ferroviário, enquanto elemento estruturante da mobilidade de pessoas e bens e importante instrumento para a dinamização da economia e da política energética, canalizando para este modo parte significativa dos apoios ao investimento.

Orientações Estratégicas

Na presença das recomendações das Tutelas Sectorial e Financeira, das previsões da economia, assim como da análise realizada às oportunidades e constrangimentos conhecidos, o Conselho de Administração definiu para 2018-2020 as seguintes orientações estratégicas:

- Reforçar a qualidade do serviço prestado, contribuindo para uma maior satisfação dos Clientes e respondendo às suas necessidades de mobilidade;
- Dinamizar a organização, através do reforço dos meios produtivos e promoção da eficiência e produtividade, designadamente:
 - Aquisição de material circulante e implementação de novos modelos produtivos, substituindo a atual frota *diesel*, já obsoleta, e eliminando a dependência face à RENFE;
 - Rejuvenescimento do quadro de efetivos e renegociação do Regulamento de Carreiras e do Acordo de Empresa, adequando e integrando as carreiras profissionais, reforçando as competências do capital humano e gerando simultaneamente um compromisso com os resultados da Empresa;
- Criar mais valor, promovendo o diálogo com os agentes sociais e políticos e com as organizações representativas dos trabalhadores, estabelecendo parcerias estratégicas com o gestor de infraestruturas e outros *stakeholders* e criando condições para aproveitar novas oportunidades de negócio;
- Promover o equilíbrio financeiro, pelo estabelecimento do quadro de contratualização quer do serviço público quer da utilização da infraestrutura, pela continuação do saneamento da dívida histórica, pela racionalização dos gastos, pela rentabilização de activos não essenciais e pela promoção da sustentabilidade das empresas participadas.

Previsões 2018

Apesar da ausência de Contratualização de Serviço Público e da manutenção do cenário de ausência de indemnizações compensatórias, a CP prevê manter a operação em todas as linhas e serviços atualmente em exploração e a integral satisfação das obrigações de prestação de serviço público a que está sujeita.

Para 2018, prevê-se a continuação do crescimento sustentado, iniciado no final de 2013, do número de passageiros transportados e dos proveitos de tráfego. Este crescimento tem como pressupostos a manutenção da atual dinâmica comercial e a disponibilidade de meios humanos e materiais.

Para garantir essa disponibilidade ao nível dos recursos humanos, será imperioso realizar novo processo de recrutamento que permita suprir as necessidades de chefias intermédias, que asseguram um papel fundamental na gestão do pessoal operacional, repor as saídas de trabalhadores, ocorridas por reforma ou inaptidão para o desempenho das funções, e baixar os elevados níveis de trabalho extraordinário verificados.

Ao nível do material circulante, a empresa vê-se confrontada com um acréscimo significativo de gastos com a manutenção para manter a sua operacionalidade produtiva e a segurança do transporte, sem que ainda assim sejam garantidos níveis adequados de disponibilidade e fiabilidade. Assim, acompanhando os investimentos previstos para a infraestrutura no Plano de Investimentos FERROVIA 2020, a CP propõe-se desencadear um processo de aquisição de material circulante, substituindo a atual frota *diesel*, envelhecida e ameaçada por eminente rutura de capacidade produtiva e reforçando o seu parque de material para serviços de longo curso.

Ao nível da venda, grande parte dos equipamentos comerciais e sistemas de informação apresentam problemas de obsolescência operacional. Apesar de já terem sido desencadeados os processos de substituição dos mesmos, perspectiva-se que, no curto prazo, se verifique um acréscimo dos gastos com a sua manutenção e reparação para que se garantam níveis mínimos de operacionalidade.

Prosseguirão em 2018 as medidas de racionalização e contenção de custos possíveis. Entende-se, no entanto, que os gastos operacionais estão reduzidos aos níveis mínimos indispensáveis para assegurar a operacionalidade e a segurança da atividade.

São fatores críticos de sucesso para o cumprimento das previsões expressas pela Empresa no PAO 2018-2021:

- ✔ Concretização do plano de intervenções da IP para melhoria da eficiência da infraestrutura;
- ✔ Possibilidade de a EMEF cumprir o plano de intervenções de manutenção e reparação de material circulante;
- ✔ Existência de paz social na Empresa e no setor.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO



Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data de balanço.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO E RESULTADOS



Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, défice de 111. 951.646 euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 13 de março de 2018

O Conselho de Administração,

Presidente: Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal: Eng^o Sérgio Abrantes Machado

Vogal: Dra. Ana Maria dos Santos Malhó

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE



(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP- Comboios de Portugal, EPE (Empresa), e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Lisboa, 13 de março de 2018

O Conselho de Administração

Presidente: Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal: Eng.º Sérgio Abrantes Machado

Vogal: Dra. Ana Maria dos Santos Malhó

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Balanço individual em 31 de dezembro de 2017

(valores em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	511 739 175	541 899 337
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	34 422 340	28 296 700
Outros investimentos financeiros	9	27 784 515	27 771 396
Créditos a receber	10	-	7 124
		573 946 030	597 974 557
Ativo corrente			
Inventários	12	3 972 428	4 180 996
Clientes	13	5 992 396	5 064 378
Estado e outros entes públicos	14	15 224 009	9 133 207
Outros créditos a receber	15	3 644 603	5 351 034
Diferimentos	16	860 196	615 446
Ativos financeiros detidos para negociação	17	-	4
Ativos não correntes detidos para venda	18	5 908 397	16 995 564
Caixa e depósitos bancários	5	8 285 560	11 402 251
		43 887 589	52 742 880
Total do ativo		617 833 619	650 717 437
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	19	3 850 091 940	3 333 713 276
Reservas legais	20	24 703	24 703
Outras reservas	21	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	22	(6 078 189 239)	(5 933 624 420)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	23	205 496 134	213 938 582
Resultado líquido do período		(111 951 646)	(144 564 817)
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		(2 133 221 458)	(2 529 206 026)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	24	16 463 940	20 188 852
Financiamentos obtidos	25	2 205 799 791	2 607 965 827
Outras dívidas a pagar	26	8 006 555	13 390 899
		2 230 270 286	2 641 545 578
Passivo corrente			
Fornecedores	27	10 697 105	16 763 694
Adiantamentos de clientes	28	-	200 500
Estado e outros entes públicos	14	332 793	425 595
Financiamentos obtidos	25	408 581 209	416 569 188
Outras dívidas a pagar	26	101 173 684	104 418 908
		520 784 791	538 377 885
Total do passivo		2 751 055 077	3 179 923 463
Total do capital próprio e do passivo		617 833 619	650 717 437

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2017

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	29	258 650 217	239 243 464
Subsídios à exploração	30	20 689	16 929
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	31	6 959 833	3 256 950
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	32	(6 242 781)	(5 459 521)
Fornecimentos e serviços externos	33	(159 350 289)	(158 701 092)
Gastos com o pessoal	34	(99 873 791)	(99 371 923)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	12	(412 344)	(266 346)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10,13,15	(437 103)	(289 781)
Provisões (aumentos/reduções)	24	(143 856)	(11 496 936)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	35	(3)	1 684 347
Aumentos/reduções de justo valor	38	-	1 291 916
Outros rendimentos	36	24 998 663	39 690 757
Outros gastos	37	(3 406 878)	(9 423 368)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20 762 357	175 396
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	39	(56 859 593)	(55 361 905)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	40	573 768	855 533
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(35 523 468)	(54 330 976)
Juros e rendimentos similares obtidos	41	466 910	1 047 594
Juros e gastos similares suportados	42	(76 570 729)	(88 330 671)
Resultado antes de impostos		(111 627 287)	(141 614 053)
Imposto sobre o rendimento do período	11	(324 359)	(2 950 764)
Resultado líquido do período		(111 951 646)	(144 564 817)

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado

Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2017

(valores em euros)

	PERÍODOS	
	2017	2016
Vendas e serviços prestados	258 650 217	239 243 464
Custo das vendas e dos serviços prestados	(260 224 764)	(253 312 066)
Resultado bruto	(1 574 547)	(14 068 602)
Outros rendimentos	33 430 901	47 424 801
Gastos de distribuição	(36 605 965)	(37 700 358)
Gastos administrativos	(25 636 979)	(27 882 018)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-
Outros gastos	(5 136 878)	(22 104 799)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(35 523 468)	(54 330 976)
Gastos de financiamento (líquidos)	(76 103 819)	(87 283 077)
Resultados antes de impostos	(111 627 287)	(141 614 053)
Imposto sobre o rendimento do período	(324 359)	(2 950 764)
Resultado líquido do período	(111 951 646)	(144 564 817)

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado

Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período de 2017

(valores em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		
1	19 a 23	3 333 715 276	24 703	1 306 650	(5 933 624 420)	213 938 582	(144 564 817)	(2 529 206 026)	(2 529 206 026)
Alterações no período		-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19 a 23	-	-	-	-	(8 442 448)	-	(8 442 448)	(8 442 448)
2		-	-	-	-	(8 442 448)	-	(8 442 448)	(8 442 448)
3		-	-	-	-	-	(111 951 646)	(111 951 646)	(111 951 646)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(111 951 646)	(111 951 646)	(111 951 646)
4 = 2 + 3		-	-	-	-	-	(111 951 646)	(111 951 646)	(111 951 646)
Resultado Integral		-	-	-	-	-	(111 951 646)	(111 951 646)	(111 951 646)
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital		516 378 664	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	(144 564 819)	-	-	-	-
5		516 378 664	-	-	(144 564 819)	-	144 564 817	144 564 817	144 564 817
Posição no fim do período de 2017	6 = 1+2+3+4+5	3 850 091 940	24 703	1 306 650	(6 078 189 239)	205 496 134	(111 951 646)	(2 133 221 458)	(2 133 221 458)

Contabilista Certificado - Dr. Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr. Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Michádo

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2016 (valores em euros)

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe					Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio		
Posição no início do período de 2016	19 a 23	2 678 800 000	24 703	1 306 650	(5 655 198 305)	222 450 407	(278 426 115)	(3 031 042 660)
Alterações no período	1	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	6	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	19 a 23	-	-	-	-	(8 511 825)	-	(8 511 825)
	2	-	-	-	-	(8 511 825)	-	(8 511 825)
Resultado líquido do período	3	-	-	-	-	(144 564 817)	(144 564 817)	(144 564 817)
	4 = 2 + 3	-	-	-	-	(144 564 817)	(144 564 817)	(144 564 817)
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital		654 913 276	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	(278 426 115)	-	-	-
Outras operações		-	-	-	(278 426 115)	-	-	-
	5	654 913 276	-	-	(278 426 115)	-	278 426 115	278 426 115
Posição no fim do período de 2016	6 = 1+2+3+5	3 333 713 276	24 703	1 306 650	(5 933 624 420)	215 938 582	(144 564 817)	(2 529 206 026)

Contabilista Certificado - Dr. Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr. Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016	
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	282 024 138	267 682 745	
Pagamentos a fornecedores	(207 813 593)	(203 514 459)	
Pagamentos ao pessoal	(104 010 683)	(101 914 917)	
Caixa gerada pelas operações	(29 800 138)	(37 746 631)	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(186 579)	(274 381)	
Outros recebimentos/pagamentos	11 909 018	34 575 186	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(18 077 699)	(3 445 826)	
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	(18 966 192)	(14 665 092)	
Outros ativos	(179 516 477)	(132 702 396)	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	1 844 951	472 500	
Investimentos financeiros	502 505	-	
Outros ativos	179 514 154	132 920 094	
Subsídios ao investimento	1 535 625	1 540 660	
Juros e rendimentos similares	413 672	1 096 918	
Dividendos	331 688	414 211	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(14 340 074)	(10 923 105)	
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	6 000 000	-	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	98 086 724	175 898 192	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	(36 055 188)	(117 680 188)	
Juros e gastos similares	(38 730 250)	(40 465 338)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	29 301 286	17 752 666	
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(3 116 487)	3 383 735	
Efeito das diferenças de câmbio	(204)	289	
Caixa e seus equivalentes no início do período	11 402 251	8 018 227	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8 285 560	11 402 251	

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Dr. Carlos Gomes Nogueira

Vogal - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Vogal - Eng. Sérgio Abrantes Machado

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Identificação da entidade e período de relato (nota 1)

Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo decreto-lei n.º 59/2012 de 14 de março.

Estes estatutos foram aprovados na sequência da revisão do regime jurídico do sector empresarial do Estado realizado pelo decreto-lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e alterado pelo decreto-lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e entretanto revogados pelo decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que introduz amplas alterações aos diplomas anteriores, passando os princípios de bom governo aplicáveis às empresas públicas estaduais a integrar este último diploma. De referir que este decreto-lei foi alterado pela Lei n.º 75-A/2014 de 30 de setembro, no que respeita ao endividamento das empresas públicas não financeiras do setor empresarial do Estado, e posteriormente pela Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro.

A CP tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital social detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail* (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A..

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pela tutela económica e financeira, exercida pelos membros do Governo responsáveis pela área de finanças e dos transportes, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do grupo apresentados na nota 45.

Acesso à Infraestrutura

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infraestrutura, atualmente Infraestruturas de Portugal, SA (IP), encontra-se vertida no decreto-lei n.º 104/97, de 29 de abril, alterado pelo decreto-lei n.º 141/2008, de 22 de julho de 2008.

O artigo 6.º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de

articulação, nas ações e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infraestruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 7º serão devidas ao gestor da infraestrutura taxas de utilização pela utilização da infraestrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infraestrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infraestrutura é utilizada.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infraestrutura ferroviária, o decreto-lei n.º 270/2003 de 28 de outubro, alterado pelo decreto-lei n.º 151/2014, de 13 de outubro, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o Diretório da Rede 2017, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia elétrica para tração, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, e estacionamento de material circulante. Ainda que a IP não tenha obrigação de prestar estes serviços se existirem alternativas viáveis e comparáveis no mercado, é política da IP prestá-los de forma não discriminatória, sempre que sejam solicitados e desde que haja capacidade disponível para o efeito.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspeção técnica do material circulante, realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores, disponibilização de instalações operacionais em estações e disponibilização de espaços comuns para instalação de equipamentos. De acordo com o disposto na legislação referida, o gestor da infraestrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

Regime de Concessão

Em 1 de janeiro de 1951 a CP iniciou a exploração do transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do decreto-lei n.º 38426, de 9 de maio de 1951.

Este contrato foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao decreto-lei n.º 104/73, de 13 de março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do decreto-lei n.º 205-B/75, de 16 de abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da Empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do decreto-lei n.º 80/73, de 2 de março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se, entre outros aspetos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorria igualmente dos regulamentos comunitários n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

O regulamento comunitário n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, e o decreto-lei n.º 167/2008, posteriormente publicados, veem, estabelecer o regime jurídico aplicável à definição e compensação de obrigações de serviço público de transporte de passageiros, possibilitando a adoção transitória e gradual de medidas para a implementação de contratos de serviço público.

Contrato de serviço público

A celebração de contratos de serviço público, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a entidade pública empresarial, bem como as respetivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no decreto-lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, alterado pelo decreto-lei n.º 300/2007 de 23 de agosto e entretanto revogados e substituídos pelo decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e posteriormente alterado pela lei n.º 75-A/2014 de 30 de setembro e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro. No artigo 39.º do decreto-lei n.º 133/2013 é referido, para além de outras responsabilidades, competir exclusivamente aos ministérios sectoriais, a definição do nível de serviço público a prestar pelas empresas e a promoção das diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O decreto-lei n.º 137-A/2009, alterado pelo decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, veio

consagrar o enquadramento que permite a contratualização dos serviços de transporte público ferroviário prestados pela CP, estabelecendo que o respetivo instrumento contratual deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público.

Em 24 de março de 2011, a CP celebrou com o Estado o contrato que convencionaram denominar de Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público, tendo por objeto a definição das condições de prestação do serviço público, com prazo de vigência entre o dia 24 de março de 2011 e o dia 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes para o período de 2011 a 2015, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º45/2011, de 10 de novembro, o referido contrato revelou-se inadequado, sendo a revisão necessária de tal forma profunda, que se afigurou preferível celebrar novo contrato.

Nesse contexto a CP e o Estado acordaram em revogar o contrato que haviam assinado, aguardando a CP decisão quanto à formalização de novo contrato de serviço público.

Até à celebração dos novos contratos de serviço público são devidas à CP indemnizações compensatórias, que se destinam a cobrir custos em que a CP efetivamente incorreu por conta do serviço público prestado.

As indemnizações compensatórias atribuídas à CP, referentes ao ano 2017, constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º133/2017, publicada em Diário da República, 1ª série, n.º124, de 30 de junho de 2016.

De referir que os valores atribuídos pelo Estado à CP em 2017 correspondem exclusivamente à comparticipação do Estado para passes e sistema intermodal andante, não tendo sido atribuída à CP qualquer compensação adicional pela prestação do seu serviço público.

Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da CP - Comboios de Portugal, EPE, referentes ao exercício de 2017, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto na portaria n.º220/2015, de 24 de julho, que aprova os novos modelos das Demonstrações Financeiras com efeito a partir de 1 de janeiro de 2016.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 13 de março de 2018, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas das demonstrações financeiras da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2017 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2016.

Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Valores comparativos

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros que afetem a comparação de valores entre os exercícios.

Adoção Pela Primeira Vez das NCRF – Divulgação Transitória (nota 3)

A Empresa efetuou a transição para as NCRF, em 1 de janeiro de 2009, e essas demonstrações financeiras foram divulgadas pela primeira vez no Relatório e Contas de 2010, com os valores comparativos já convertidos para NCRF.

Principais Políticas Contabilísticas (nota 4)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As participações financeiras encontram-se reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial sempre que existe controlo ou influência significativa sobre essas empresas por parte da CP.

Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias, e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos, “Juízos de valor”, “Principais pressupostos relativos ao futuro” e “Principais fontes de incerteza das estimativas” constantes desta nota.

Políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado, determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CP. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Alguns itens do ativo fixo tangível poderão necessitar de substituições em intervalos regulares (grandes reparações). Nestas circunstâncias é reconhecida na quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível o custo da peça de substituição desse item, quando o custo for incorrido, se os critérios de reconhecimento forem cumpridos. A quantia escriturada das peças que são substituídas é desreconhecida, de acordo com as normas de desreconhecimento da NCRF 7 - Ativos Fixos Tangíveis.

Ativos fixos tangíveis do Estado afetos às operações da CP e subsídios ao investimento

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto n.º 261/99, de 24 de março) e que se encontram alocados à atividade operacional da empresa. Os ativos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da performance económica da Entidade.

Despesas de manutenção e reparação

Material circulante:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, como componentes específicas do material circulante, e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifício e instalações fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

A manutenção e a reparação destes ativos fixos tangíveis é da responsabilidade da CP durante o período em que estes estão afetos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

<u>Descritivo do bem</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
Material circulante:	
Locomotivas a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto n.º 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o decreto regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que a CP irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a CP por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a CP pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade

A CP considera que, a natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento de um valor de mercado apropriado para este material, pela ausência de um mercado ativo. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CP entende que não é possível a determinação do valor de uso, conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Investimentos Financeiros em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias todas as entidades controladas pela Empresa.

É considerado controlo sobre uma entidade o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma.

Presume-se a existência de controlo quando a Empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de compra, sendo apurados os justos valores dos ativos e passivos e o eventual *goodwill* incluído na quantia escriturada do investimento, que é amortizado. O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Subsequentemente são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Se a parte da Empresa nas perdas da subsidiária exceder o seu interesse na subsidiária, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de uma provisão pela totalidade das responsabilidades da CP nas empresas subsidiárias.

Associadas

A mensuração dos investimentos em associadas nas demonstrações financeiras individuais é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

As associadas são entidades nas quais a Empresa tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Se a parte da empresa nas perdas da associada exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. Considera-se ainda interesse na associada, a quantia escriturada de acordo com o método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas, tendo por base técnicas de valorização utilizadas no mercado.

Contabilidade de cobertura

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pela CP. Para a qualificação da contabilização da cobertura, a CP deve garantir o cumprimento de todas as seguintes condições:

- Designe e documente a relação de cobertura de tal forma que o risco coberto, o item de cobertura e o item coberto estejam claramente identificados e que o risco do item coberto seja o risco para que esteja a ser efetuada a cobertura com o instrumento de cobertura;
- O risco a cobrir seja um dos riscos seguintes: cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial ou risco de preço; e
- Espere que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que estava a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Cobertura de risco de taxa de juro fixa

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de risco de taxa de juro fixa (“cobertura de justo valor”) são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto.

Cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para cobertura de fluxo de caixa, são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Atualmente a empresa não detém qualquer instrumento de gestão de risco em carteira, tendo o último contrato terminado em abril de 2016. Embora, os instrumentos financeiros contratados no passado pela empresa visassem a cobertura do risco de taxa de juro, estes instrumentos não cumpriam integralmente os requisitos da NCFR 27, explicitados acima, para serem classificados como instrumentos financeiros de cobertura, pelo que foram classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação.

Outros Ativos/Passivos Financeiros

A CP apenas reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A CP mensura os seus ativos/passivos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos mensurados ao justo valor através de resultados são revalorizados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva.

Mensuração ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade os seguintes instrumentos financeiros:

- ✔ Instrumentos financeiros:
 - ✔ À vista ou tenha uma maturidade definida;
 - ✔ Cujos retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a *Euribor*) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante; e
 - ✔ Que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos bancários.
- ✔ Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:
 - ✔ Não possam ser liquidados em base líquida,
 - ✔ Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e
 - ✔ A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
- ✔ Investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Mensuração ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme anteriormente referido, devem ser mensurados ao justo valor.

Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter com fiabilidade os seus justos valores são mensurados ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade.

Imparidade

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nos resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

Entidades conjuntamente controladas

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- ✔ As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;
- ✔ A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;
- ✔ As perdas resultantes de contribuições ou vendas de ativos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de ativos correntes ou de uma perda por imparidade;
- ✔ Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os ativos já foram realizados pela entidade conjuntamente controlada. Se os ativos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e
- ✔ A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzida do resultado do empreendimento conjunto, esta parcela dos lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os ativos a terceiros.

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

Inventários

As existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Clientes e outros créditos a receber

As contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- ✔ Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- ✔ Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- ✔ Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;
- ✔ A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Também são classificados como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Transações em moeda estrangeira

Moeda Funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras da CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Reconhecimento do rédito

As receitas geradas na CP referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade da CP são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando (I) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (II) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (III) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Em 2017, a empresa não reconhece quaisquer ativos ou passivos por impostos diferidos, por considerar que não existem expectativas de que o grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP ou que gerem pagamentos de imposto sobre o rendimento.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime especial de tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 11.

Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque I) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou II) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 13 de março de 2018, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 47.

Juízos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- ✔ A situação operacional da CP apresenta sustentabilidade, sendo de referir a manutenção do EBITDA da atividade de transporte positivo em 2017, e a sua melhoria considerável face a 2016, o que indicia a existência de fatores de sustentabilidade futura;
- ✔ O Estado tem garantido todo o seu apoio à empresa, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da empresa, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento; e
- ✔ Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje a CP presta à economia portuguesa, sendo que em 2017 a CP transportou 122 milhões de passageiros (+7 milhões de passageiros transportados face a 2016), como fator de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar o apoio necessário à continuidade da CP.

Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte, são:

Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber, face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A CP, tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pela CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

Fluxo de Caixa (nota 5)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2017 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A demonstração de fluxos de caixa com referência ao exercício de 2017 evidência fluxos de caixa das atividades operacionais negativos em cerca de 18,1 milhões de euros, o que representa um agravamento de cerca de 14,7 milhões de euros face ao ano anterior.

Para o efeito, considera-se importante destacar, ao nível dos fluxos operacionais, apesar do aumento face a igual período do ano anterior, em 14,3 milhões de euros, do recebimento de clientes, em resultado do aumento das vendas e serviços prestados relacionados com o transporte de passageiros, verificou-se um aumento conjugado nos pagamentos a fornecedores e ao pessoal (descongelamento de carreiras) na ordem dos 6,4 milhões de euros.

Todavia o impacto mais significativo regista-se na rubrica de outros recebimentos/pagamentos, rubrica esta que apresenta uma diminuição de cerca de 22,7 milhões de euros, justificada pelo facto de 2016 ter sido um ano extraordinário, no sentido em que foi recuperada a dívida em atraso da *Medway* (ex- CP Carga).

Os fluxos das atividades de financiamento evidenciam o recebimento de dotações de capital do Estado para fazer face à amortização dos financiamentos e juros com vencimento no período.

Rubrica de Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	418 744	393 733
Depósitos bancários	7 866 816	11 008 518
Sub total	8 285 560	11 402 251
Descobertos bancários	-	-
Total	8 285 560	11 402 251

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação das rubricas de caixa e depósitos bancários:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa		
Caixa central	716	2 946
Caixa pequena	2 600	2 600
FFC tesouraria	10 569	10 200
Caixa estações	404 859	377 987
	418 744	393 733
Depósitos à ordem		
Banco Português de Investimento	2 609 657	2 847 738
Banco Santander	-	533 249
Caixa Geral de Depósitos	853	23 395
Inst. Gestão Crédito Público	5 256 306	7 596 636
Millennium BCP	-	7 500
	7 866 816	11 008 518
Sub total	8 285 560	11 402 251
Descobertos bancários	-	-
Total	8 285 560	11 402 251

Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 6)

Não existem alterações de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras da empresa a reportar.

Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)

No final do ano 2017 a CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro abaixo:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	19 895 484	19 133 999
Edifícios e outras construções	87 929 248	75 061 374
Equipamento básico	1 389 127 605	1 376 332 408
Equipamento de transporte	1 287 880	1 287 880
Equipamento administrativo	21 909 346	21 348 316
Outros ativos fixos tangíveis	62 485 920	61 844 405
Investimentos em curso	6 038 697	3 030 493
Adiantamentos por conta de investimentos	2 768 742	4 238 522
Sub-total	1 591 442 922	1 562 277 397
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	56 859 593	55 361 905
Depreciação acumulada de períodos anteriores	1 017 128 507	958 726 740
Perdas por imparidade do período	(573 768)	855 533
Perdas por imparidade de períodos anteriores	6 289 415	5 433 882
Sub-total	1 079 703 747	1 020 378 060
Valor líquido contabilístico	511 739 175	541 899 337

Os ativos fixos tangíveis da CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 4.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2017 são resumidos no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	19 133 999	-	-	761 485	-	-	-	19 895 484
Edifícios e outras construções	75 061 374	-	-	11 903 329	-	964 545	-	87 929 248
Equipamento básico	1 376 332 408	479 619	(39 210)	658 336	(2 185)	11 792 249	(93 612)	1 389 127 605
Equipamento de transporte	1 287 880	-	-	-	-	-	-	1 287 880
Equipamento administrativo	21 348 316	797 132	-	-	(336 808)	100 706	-	21 909 346
Outros ativos fixos tangíveis	61 844 405	328 978	-	-	-	312 537	-	62 485 920
Investimentos em curso	3 030 493	12 804 951	-	-	-	(9 796 747)	-	6 038 697
Adiantamentos por conta de investimentos	4 238 522	1 903 510	-	-	-	(3 373 290)	-	2 768 742
	1 562 277 397	16 314 190	(39 210)	13 323 150	(338 993)	-	(93 612)	1 591 442 922
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	33 797 968	3 643 130	-	2 853 322	-	-	-	40 294 420
Equipamento básico	914 641 608	50 003 671	(39 210)	658 336	(2 185)	-	(93 612)	965 168 608
Equipamento de transporte	1 244 069	21 874	-	-	-	-	-	1 265 943
Equipamento administrativo	19 642 191	853 305	-	-	(336 789)	-	-	20 158 707
Outros ativos fixos tangíveis	44 762 809	2 337 613	-	-	-	-	-	47 100 422
Ativ. Fix. Tang. -Perdas Impar. Acum. -Equipam. Básico	6 289 415	(573 768)	-	-	-	-	-	5 715 647
	1 020 378 060	56 285 825	(39 210)	3 511 658	(338 974)	-	(93 612)	1 079 703 747
Total	541 899 337							511 739 175

Os investimentos mais significativos, realizados no exercício de 2017, respeitam essencialmente a reparações periódicas do tipo R2 e R3 e intervenção de meio de vida nos comboios de pendulação ativa.

No que respeita aos abates, a rubrica mais significativa é relativa a equipamento administrativo, em resultado do abate de equipamento, com valor contabilístico praticamente nulo.

As depreciações acumuladas referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante.

Comparativamente ao ano anterior, de referir a variação da rubrica de terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções, em resultado da reclassificação para ativo fixo tangível do imóvel designado Terminal Fluvial do Barreiro, por não se prever a sua alienação num curto espaço de tempo.

A 31 de dezembro de 2017 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP da *Eurofima*:

(valores em euros)	
Descrição	V.contabilístico
Automotoras	197 565 780
Total	197 565 780

Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 8)

O detalhe das participações financeiras em que a CP aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31-12-2017			31-12-2016		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF, SA	Investimento	17 300 824	-	17 300 824	11 310 537	-	11 310 537
EMEF, SA	Empréstimos	13 000 000	-	13 000 000	13 500 000	-	13 500 000
SAROS, SA	Investimento	471 786	-	471 786	382 641	-	382 641
FERNAVE, SA	Investimento	2	-	2	2	-	2
FERNAVE, SA	Empréstimos	2 600 000	-	2 600 000	2 600 000	-	2 600 000
ECOSAÚDE, SA	Empréstimos	297 495	-	297 495	300 000	-	300 000
OTLIS, ACE	Investimento	242 222	-	242 222	203 520	-	203 520
TIP, ACE	Investimento	510 011	-	510 011	-	-	-
Total		34 422 340	-	34 422 340	28 296 700	-	28 296 700

Em 2017 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
EMEF, SA	24 810 537	-	-	5 990 287	(500 000)	30 300 824
SAROS, SA	382 641	-	-	395 368	(306 223)	471 786
FERNAVE, SA	2 600 002	-	-	-	-	2 600 002
ECOSAÚDE, SA	300 000	-	-	-	(2 505)	297 495
OTLIS, ACE	203 520	-	-	64 167	(25 465)	242 222
TIP, ACE	-	-	-	510 011	-	510 011
Sub-total	28 296 700	-	-	6 959 833	(834 193)	34 422 340
Imparidade	-	-	-	-	-	-
Sub-total	-	-	-	-	-	-
Total	28 296 700	-	-	6 959 833	(834 193)	34 422 340

Durante o ano de 2017 de salientar o aumento da participação financeira da EMEF, por via da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, bem como da TIP, que em 2017 apresenta nas suas demonstrações financeiras capitais próprios positivos, ao contrário do que acontecia em 2016.

De registar também as amortizações dos empréstimos efetuados pelas sociedades EMEF e Ecosaúde, no valor de 500.000 euros e 2.505 euros respetivamente, bem como a distribuição de dividendos da Saros e da Otlis, ACE, no valor de 306.223 euros e 25.465 euros, respetivamente.

A informação financeira resumida referente às empresas participadas (a aguardar aprovação em Assembleia Geral) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
EMEF, SA	100	31-12-2017	55 165 243	37 864 419	17 300 824	75 092 687	5 920 902
SAROS, SA	100	31-12-2017	572 014	100 227	471 787	559 302	395 369
FERNAVE, SA	100	31-12-2017	502 393	3 689 352	(3 186 959)	870 031	(287 288)
ECOSAÚDE, SA	100	31-12-2017	643 286	734 483	(91 197)	2 086 912	668
TIP, ACE	33	31-12-2017	16 247 290	15 176 850	1 070 440	7 404 127	709 599
OTLIS, ACE	14	31-12-2017	5 950 266	4 278 188	1 672 078	6 593 052	492 246

Outros Investimentos Financeiros (nota 9)

A CP detém participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, a CP avalia a imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo uma perda por imparidade na demonstração dos resultados, se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Método	31-12-2017			31-12-2016		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	(80 000)	-	80 000	(80 000)	-
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	(12 721)	-	12 721	(12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	(249 399)	-	249 399	(249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	(382 269)	-	382 269	(382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
APOR	Custo de aquisição	5 000	-	5 000	5 000	-	5 000
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	662	-	662	662	-	662
Fundo Compensação Trabalho	Custo de aquisição	13 119	-	13 119	-	-	-
		28 508 904	(724 389)	27 784 515	28 495 785	(724 389)	27 771 396

O movimento destas participações financeiras em 2017 é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
CP Carga, SA	80 000	-	-	-	-	80 000
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
APOR	5 000	-	-	-	-	5 000
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662	-	-	-	-	662
Fundo Compensação Trabalho	-	13 119	-	-	-	13 119
	28 495 785	13 119	-	-	-	28 508 904
Imparidade						
CP Carga, SA	(80 000)	-	-	-	-	(80 000)
MLM, SA	(12 721)	-	-	-	-	(12 721)
METRO DO PORTO, SA	(249 399)	-	-	-	-	(249 399)
ICF	(382 269)	-	-	-	-	(382 269)
	(724 389)	-	-	-	-	(724 389)
Total	27 771 396	13 119	-	-	-	27 784 515

A *Eurofima* é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A *Eurofima* foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado (“Convenção”) entre os vários estados membros Europeus signatários. Os estatutos da *Eurofima* determinavam que a “Convenção” teria uma duração de 50 anos após a constituição. Contudo, na assembleia geral extraordinária, de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os Estados membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da *Eurofima* corresponde a subscrição de 52.000.000 Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da *Eurofima*, apenas realizaram 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41.600.000 Francos Suíços por realizar. Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

A única alteração nesta rubrica, no decorrer do exercício de 2017, diz respeito aos descontos impostos por lei para o fundo de compensação do trabalho, por via dos novos contratos de trabalho celebrados pela Empresa.

Créditos a Receber (nota 10)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Devedores diversos - c/c +1 ano	975 110	975 110
Diversos	-	7 124
Sub-total	975 110	982 234
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Out. dív. terceiros MLP	-	-
Imparidade períodos anteriores-O.dív. terceiros-MLP	(975 110)	(975 110)
Sub-total	(975 110)	(975 110)
Valor líquido contabilístico	-	7 124

Impostos Sobre o Rendimento (nota 11)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

A CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP. No final de 2017, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 508 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2017 e 2027.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente gerando matéria coletável suficiente que origine coleta e conseqüentemente o pagamento de impostos sobre o rendimento.

No final do exercício de 2017, ficou reconhecida nas contas a estimativa da tributação autónoma a pagar pela CP em 2018, cujo valor ascende a 324.359 euros.

Inventários (nota 12)

Em 31 de dezembro de 2017 a CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9 394 911	9 191 135
Adiantamentos por conta de compras	-	-
	9 394 911	9 191 135
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	(412 344)	(266 346)
Imparidades de períodos anteriores	(5 010 139)	(4 743 793)
	(5 422 483)	(5 010 139)
Valor líquido contabilístico	3 972 428	4 180 996

A CP verifica semestralmente se o valor realizável dos seus inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas da empresa. Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011, o critério base para avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicando-se a todos os inventários em armazém.

Desde o exercício de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido pela empresa avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a depreciação das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação. Para os restantes materiais diversos manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

Tendo em consideração a aplicação deste novo critério, mais adaptado à realidade da empresa, foi reconhecida, em 2017, uma perda por imparidade de €412.344, tal como identificado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Perdas	Reversão	Regularização	Saldo final
Imparidades de inventários					
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(5 010 139)	(412 344)	-	-	(5 422 483)
Total	(5 010 139)	(412 344)	-	-	(5 422 483)

Clientes (nota 13)

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Cientes c/c		
Gerais	4 732 867	4 135 092
Empresas associadas	430 745	178 916
Empreendimentos conjuntos	19 250	488 910
Outras partes relacionadas	809 534	261 460
Cientes - perdas imparidade acumuladas	2 179 805	1 687 242
Sub-total	8 172 201	6 751 620
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(492 563)	(278 677)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(1 687 242)	(1 408 565)
Sub-total	(2 179 805)	(1 687 242)
Valor líquido contabilístico	5 992 396	5 064 378

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Cientes gerais	1 687 242	492 563	-	2 179 805
Total	1 687 242	492 563	-	2 179 805

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Cientes gerais	3 441 076	552 430	708 618	30 743
Empresas associadas	430 745	-	-	-
Empreendimentos conjuntos	299 847	(218 441)	29	(62 185)
Outras partes relacionadas	727 377	82 155	-	2
Total	4 899 045	416 144	708 647	(31 440)

Estado e Outros Entes Públicos (nota 14)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	1 265 022	1 216 982
Pagamento especial por conta	1 201 660	1 149 930
Imposto retido na fonte	63 362	67 052
IVA	13 043 783	7 023 331
IVA a recuperar de nov. e dez.	12 659 217	5 646 857
IVA reembolsos pedidos	384 566	1 376 474
IVA imposto retido a recuperar	880 964	880 418
Total	15 224 009	9 133 207
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	324 359	396 507
Retenções de imposto sobre o rendimento	4 725	23 518
Contribuição p/Seg. Social	2 805	2 925
Outras Tributaçãoes	904	2 645
Total	332 793	425 595

A principal variação resulta essencialmente do aumento da rubrica IVA a recuperar, em resultado da aceitação, no final do ano da faturação da IP relativa a taxa de utilização da infraestrutura.

No que respeita aos pagamentos especiais por conta (exercícios de 2011 e 2012), o processo de inspeção com vista ao reembolso já se encontra concluído, estando a Empresa a aguardar a restituição dos valores.

Outros créditos a receber (nota 15)

A rubrica de outras contas a receber apresenta os valores registados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores:		
EMEF-EMP. MANUT. EQUIP. FERROV. S.A.	3 279	3 279
SISCOG-SISTEMAS COGNITIVOS, LDA.	128 391	128 391
REDE FERROV. NACIONAL, E.P.E.	2 120	2 120
Fornecedores c/c - saldos devedores	2 544	4 693
Outros devedores - pessoal	42 677	17 565
D.diversos - c/c	1 986 099	2 187 890
D.diversos - cobrança duvidosa	3 131 746	3 187 206
C. diversos - saldos devedores	115 223	103 268
C.div.-dep. cauções prestadas	368 210	220 261
C.div.-IVA-operações a regularizar	98 044	136 044
D/C.- div. - faturação a emitir	(403)	(1 289)
D/C. div. - seg. saúde	183 129	193 218
C.div.-ODC-cartão galp frota/via verde	-	31 371
Out C.Rec/Pag - depósitos por regularizar	(780)	-
ODC - unidades de negócio/outros	162 719	157 622
Devedores por acréscimos de receitas	553 352	2 166 601
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - out. div. terceiros	55 460	32 929 850
Imparidade períodos anteriores-O.div. terceiros-CP e MLP	(3 187 206)	(36 117 056)
Sub-total	(3 131 746)	(3 187 206)
Valor líquido contabilístico	3 644 604	5 351 034

A redução face a 2016 encontra-se fundamentalmente na rubrica de devedores por acréscimos de receitas, que em 2016 apresentava um saldo superior em cerca de 1,6 milhões de euros. Esta redução está justificada pela emissão regular à *Medway*, S.A. da faturação de 2017 referente ao aluguer de locomotivas, e outros, mas também ao facto de se ter terminado o contrato de refaturação de eletricidade para tração com esta entidade.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Outras dívidas de terceiros	3 187 206	75 267	92	(130 819)	3 131 746
Total	3 187 206	75 267	92	(130 819)	3 131 746

Diferimentos (nota 16)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros-diversos	860 196	615 446
Total	860 196	615 446
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Diferim.-rend. reconh.-outros dif.-rendim. reconh.	-	-
Total	-	-

Ativos Financeiros Detidos para Negociação (nota 17)

A rubrica de ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Ativos financeiros	-	4
Total	-	4

À data de referência para a apresentação destas Demonstrações Financeiras, a empresa não tem valores registados na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. O único valor existente em 31 de dezembro de 2016, correspondia ao valor das ações do Millennium BCP transferidas da sociedade Fergráfica, S.A. no âmbito da liquidação desta sociedade, as quais foram alienadas em 2017.

Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 18)

Um dos objetivos da Empresa é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, a CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor esperado de venda.

Semestralmente a Empresa avalia a existência de imparidades nestes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos dos valores já reconhecidos.

Após a constituição destas imparidades, o universo do material circulante classificado na classe de ativos não correntes detidos para venda ficou com o valor de zero conforme detalhe abaixo com reporte a 31 de dezembro de 2017:

(valores em euros)

Descrição	Valor contabilístico (1)	Subsídios a reconhecer (2)	Valor sucata (3)	Imparidade (4)	(1)-(2)-(3)-(4)
Várias séries	14 375 691	3 041 141	2 643 256	8 691 294	-

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado, os ativos não correntes detidos para venda:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	84 796	1 744 117
Edifícios e outras construções	139 204	9 567 050
Equipamento básico	5 684 397	5 684 397
Total	5 908 397	16 995 564

A variação registada em 2017, comparativamente ao ano anterior, tem origem na rubrica de terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções, em resultado da reclassificação para ativo fixo tangível do imóvel designado Terminal Fluvial do Barreiro, por não se prever a sua alienação num curto espaço de tempo, estando a ser negociado com a Transtejo um contrato para a utilização deste imóvel.

No que respeita ao edifício ainda classificado como ativo não corrente detido para venda, de referir que a empresa não identificou quaisquer evidências da existência de imparidades face às anteriormente reconhecidas, mantendo-se fortemente empenhada na venda desse ativo.

Capital Subscrito (nota 19)

De acordo com o artigo 3º do decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, que define os Estatutos da CP, o capital estatutário da Empresa é de 1.995.317.000 euros, sendo detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da Empresa. Este capital encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2017.

Em 2015 e 2016 foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial aumentar em 683,483 milhões de euros (em 2015) e 654,913 milhões de euros (em 2016) o capital estatutário da CP, EPE, tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos o que permitiu fazer face aos pagamentos resultantes da dívida histórica (amortizações e encargos financeiros), bem como do investimento.

Em 2017, e de acordo com a legislação em vigor, foi determinado igualmente por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, aumentar em 516,4 milhões de euros o capital estatutário da CP, EPE, a realizar pelo Estado da seguinte forma:

- ✔ Março/abril - 29,3 milhões de euros em numerário;
- ✔ Junho/julho - 12,4 milhões de euros em numerário;
- ✔ Julho/setembro - 28,6 milhões de euros em numerário;
- ✔ Outubro - 16,8 milhões de euros em numerário;
- ✔ Novembro - 418,3 milhões de euros por conversão de créditos;
- ✔ Dezembro - 11 milhões de euros em numerário;

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

A rubrica de Capital realizado apresenta assim, em termos acumulados, em 2017, um aumento de 516,4 milhões de euros, a que corresponde o valor do capital realizado pelo Estado no decorrer do período.

Assim, no final do ano 2017 a empresa apresenta um capital realizado de 3.850.091.940 euros.

Reservas Legais (nota 20)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo do decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, que define os Estatutos da CP, a Empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

Outras Reservas (nota 21)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

Resultados Transitados (nota 22)

No seguimento da aprovação pela Tutela dos documentos de prestação de contas, a Empresa tem procedido à transferência dos resultados líquidos dos exercícios para resultados transitados.

Pelo facto de a CP ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para o SNC, o saldo de excedentes de revalorização está registado nesta rubrica.

Material circulante

A Empresa procedeu pela primeira vez, em 1995, à reavaliação do ativo fixo tangível.

A reavaliação incidiu no ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico que engloba o material circulante, à data de 31 de dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente as amortizações correspondentes ao exercício de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação, aos valores do ativo fixo e às respetivas amortizações acumuladas, dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95, de 21 de abril, corrigidos previamente com o fator de 1,04.

No exercício de 1997 procedeu-se a nova reavaliação do ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico, englobando o material circulante, nos termos do decreto-lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro.

Outros ativos fixos tangíveis

No exercício de 1999, a Empresa procedeu à inventariação e valorização dos bens contemplados nas restantes rubricas do ativo fixo tangível, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, com exceção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque. Esses ativos ficaram valorizados ao preço de mercado, registado nas contas da CP como reavaliação livre, com depreciações a serem efetuadas de acordo com a vida útil esperada.

Este trabalho foi coordenado pelas empresas *Ernst & Young* e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respetiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico.

Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 23)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Subsídios	114 006 126	122 448 574
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
Total	205 496 134	213 938 582

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca de 97.975.959 euros e à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do decreto-lei n.º 361/85.

O valor da rubrica de subsídios respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, duma parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações. No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
59300004 Reservas Subsídios - Material Circulante	(433 343)	495 395
59300100 FEDER-Sub Proj 12UQE	(4 091 726)	4 965 660
59300700 PIDDAC-Sub Proj 12+4UQE	(3 822 482)	4 169 978
59300800 FEDER-Sub Proj 12+4UQE	(10 447 351)	11 397 095
59301001 PIDDAC-Sub Proj 34UQE/UTE	(2 540 202)	2 857 727
59301002 PIDDAC-Sub Proj 19UDD	(382 625)	433 493
59301003 PIDDAC-Sub Proj 21ALLAN	(661 934)	702 904
59301004 PIDDAC-Sub Proj 42UQE	(342 904)	382 808
59301005 PIDDAC-Sub Proj 34UME	(16 753 970)	17 841 400
59301006 PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	(14 038 418)	14 878 163
59301009 PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	(468 786)	532 646
59301010 PIDDAC-Sub Proj 12Locomotivas	(390 009)	390 009
59301013 PIDDAC-Sub Proj Bilhet s/contacto	(172 860)	920 931
59301014 PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	(162 680)	190 568
59301024 PIDDAC-SubProj Alter Veloc Máx 45 Carrug Moderniz	(50 383)	77 727
59301025 PIDDAC-Subs.Caixas Transmissão Rodados UDD's450	(384 919)	422 829
59301027 PIDDAC-Modernização de 4 automotoras 3500	(995 313)	1 100 313
59301028 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 453	-	8 297
59301029 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2334	(294 630)	322 037
59301030 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2340	(290 062)	317 469
59301031 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2326	(222 146)	242 341
59301032 PIDDAC-Grande Reparação R3 - 9635	(32 662)	54 437
59301033 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 464	-	22 377
59301034 PIDDAC-Grande Repar R2 - 2197010	(67 997)	86 972
59301035 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2403	(181 412)	197 780
59301036 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2404	(417 244)	454 060
59301037 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 360	(26 227)	48 707
59301039 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2405	(292 578)	317 130
59301040 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 468	(8 296)	33 186
59301041 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2197025	(117 540)	133 753
59301042 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 463	(33 518)	58 656
59301043 PIDDAC-Grande Reparação -Gr R-R2 461	(83 794)	146 640
59301044 PIDDAC-Grande Reparação R2 469	(53 419)	91 126
59301045 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197012	(89 283)	99 997
59301046 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197034	(115 574)	129 443
59301047 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197011	(70 038)	78 360
59301048 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197020	(115 574)	129 443
59301049 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597004	(46 892)	52 000
59301050 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597007	(69 642)	77 999
59301051 PIDDAC-Grande Reparação R2 1415	(150 953)	162 715
59301052 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197028	(116 730)	130 599
59301053 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997008	(57 785)	64 650
59301054 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197019	(132 911)	146 780
59301055 PIDDAC-Grande Reparação R2 0451	(94 268)	131 976
59301056 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197027	(132 911)	146 780
59301057 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997002	(139 203)	150 265
59301058 PIDDAC-Grande Reparação R2 3154	(330 624)	354 816
59301059 PIDDAC-Grande Reparação R2 9634	(98 966)	120 958
59301060 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197007	(132 911)	146 780
59301061 PIDDAC-Grande Reparação R2 3266	(262 047)	280 877
59301062 PIDDAC-Grande Reparação R2 0458	(205 208)	-
59301063 PIDDAC-Grande Reparação R2 0457	(77 874)	-
59301064 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997004	(89 471)	-
59301065 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997009	(58 166)	-
59301066 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197015	(87 559)	-
59301067 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197016	(59 423)	-
59301068 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197001	(88 482)	-
59301069 PIDDAC-Grande Reparação R2 1413	(111 745)	-
59301070 PIDDAC-Grande Reparação R2 3260	(56 502)	-
59301071 PIDDAC-R1 CPA 's 4000	(596 471)	-
59301101 FEDER-Sub Proj 19UDD	(790 925)	896 076
59301102 FEDER-Sub Proj 21ALLAN	(1 293 103)	1 373 141
59301103 FEDER-Sub Proj 34UME	(29 845 204)	31 779 552
59301104 FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	(18 000 718)	19 113 387
59301107 FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	(939 987)	1 068 037
59301108 FEDER-Sub Proj 12Locomotivas	(903 370)	903 370
59301700 FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	(348 588)	414 264
59301800 FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX	(35 588)	201 696
Total	(114 006 126)	122 448 574

Provisões (nota 24)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	4 278 619	19 205	3 080 000	-	1 217 824
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	10 916 157	43 899	788 768	-	10 171 288
Acidentes ferroviários	1 792 051	-	-	68 814	1 723 237
Investimentos financeiros	3 146 775	306 168	-	156 602	3 296 341
Outras	55 250	-	-	-	55 250
Total	20 188 852	369 272	3 868 768	225 416	16 463 940

A variação da rubrica de provisões deve-se essencialmente à transferência do valor da responsabilidade apurada com o acordo celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídios de férias, o qual deixa de ser considerado como provisão de processo judicial e é transferido para a rubrica de outras dívidas a pagar. O impacto deste acordo, em 2015, ascendeu a 27,2 milhões de euros e foi todo reconhecido na data como gastos com pessoal.

No que respeita às responsabilidades para acidentes de trabalho e doenças profissionais, foram calculadas com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa, em 31 de dezembro de 2017, com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa à CP (CGD PENSÕES).

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem. A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de desconto: 1,75%.

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%.

Tábuas de Mortalidade: utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2017.

Financiamentos Obtidos (nota 25)

No final do exercício de 2017 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	114 711 667	142 778 875
Empréstimos por obrigações	700 000 000	700 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(6 453 876)	(6 869 048)
Outros financiadores	1 397 542 000	1 772 056 000
Total	2 205 799 791	2 607 965 827
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	28 067 209	36 055 188
Outros financiadores	380 514 000	380 514 000
Total	408 581 209	416 569 188

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	28 067 209	36 055 188
De 1 a 5 anos	105 845 000	110 245 542
A mais de 5 anos	8 866 667	32 533 333
Empréstimos por obrigações		
De 1 a 5 anos	500 000 000	500 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(313 588)	(429 855)
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(6 140 288)	(6 439 193)
Outros financiadores		
Até 1 ano	380 514 000	380 514 000
De 1 a 5 anos	1 345 542 000	1 622 056 000
A mais de 5 anos	52 000 000	150 000 000
Total	2 614 381 000	3 024 535 015

À data de 31 de dezembro de 2017, os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	2018	2019	2020	2021	2022	2023 e seguintes	Total
Instit. de crédito e sociedades financeiras							
Empréstimos bancários	28 067 209	20 685 000	37 693 333	23 800 000	23 666 667	8 866 667	142 778 876
Empréstimos por obrigações	-	499 686 412	-	-	-	193 859 712	693 546 124
Outros financiadores	380 514 000	381 514 000	481 514 000	381 514 000	101 000 000	52 000 000	1 778 056 000
Total	408 581 209	901 885 412	519 207 333	405 314 000	124 666 667	254 726 379	2 614 381 000

Outras dívidas a Pagar (nota 26)

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Não corrente		
Credores por acréscimo de gastos	8 006 555	13 390 899
Total	8 006 555	13 390 899
Corrente		
Fornecedores de investimentos	808 073	(21 580)
Credores por subscrições não liberadas	35 477 347	38 665 181
Outros devedores e credores	7 827 089	4 461 264
Credores por acréscimo de gastos	56 979 203	61 214 587
Pessoal	25 836	36 393
Adiantamentos de clientes	56 136	63 063
Total	101 173 684	104 418 908

No passivo não corrente, em 2017, ainda se mantém o reconhecimento da responsabilidade de liquidação da dívida histórica resultante da integração dos abonos variáveis no cálculo do subsídio de férias e férias, em resultado de acordo formalizado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, a qual será paga até ao exercício de 2019. São transferidos para ativo corrente os valores a liquidar no ano seguinte de acordo com os acordos assinados.

No que respeita ao passivo corrente, a redução registada é fruto fundamentalmente da redução dos valores especializados de juros a liquidar em resultado da amortização de alguns financiamentos. Esta redução de financiamentos foi fundamentalmente conseguida através dos aumentos de capitais concedidos pelo Estado Português. De referir ainda a diminuição da necessidade de especialização de gastos relacionados com o fornecimentos e serviços externos, por motivo da faturação ter sido registada em 2017. Para a redução do passivo corrente, de referir ainda a variação da taxa de câmbio do franco suíço, moeda de valorização das ações da subscritas e não realizadas da *Eurofima*, que após conversão, reduziu o valor destas ações em 31.12.2017.

Fornecedores (nota 27)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/c		
Gerais	4 833 349	11 001 901
Empresas subsidiárias	4 248 376	284 685
Empresas associadas	803 191	808 178
Empreendimentos conjuntos	(14 746)	4 448 533
Outras partes relacionadas	750 886	223 330
Facturas em receção e conferência	76 049	(2 933)
Total	10 697 105	16 763 694

Em 2017 continua a verificar-se a diminuição generalizada dos saldos em dívida a fornecedores gerais, sendo de referir a diminuição do prazo médio de pagamentos em 15 dias, e destacando-se como contributo para esse facto a diminuição da dívida às Infraestruturas de Portugal, SA, no valor de 7,8 milhões de euros. No que respeita ao saldo em dívida a empresas subsidiárias, deve-se ao incremento de 4 milhões de euros que respeita a faturação emitida pela EMEF no mês de dezembro.

Adiantamentos de clientes (nota 28)

A rubrica apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Adiantamentos de clientes	-	200 500
	-	200 500

Em 2017 foi efetuada a escritura da alienação do imóvel Praia das Maças e regularizado o adiantamento recebido em 2016.

Vendas e Serviços Prestados (nota 29)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Serviços prestados		
Passageiros	257 691 658	237 540 173
Redes	761 467	760 569
Manut./alug./limp. material circulante	1 416 819	1 508 525
Comboio Socorro	896 917	896 917
Indemnização por danos	388 900	1 212 272
Limpeza/segurança	133 621	131 433
Serv.informáticos/contabil./outros	835 773	1 169 559
Outros Metro Mondego	649 439	638 038
Outros serviços	3 684 441	2 548 106
Descontos e abatimentos em vendas	(7 808 818)	(7 162 128)
Total	258 650 217	239 243 464

A rubrica de vendas e serviços prestados aumentou cerca de 19,4 milhões de euros, em resultado do crescimento dos serviços de passageiros, nomeadamente no que respeita à venda de bilhetes simples, que apresenta um crescimento acumulado, face a igual período do ano anterior, de 13,6 milhões de euros.

Subsídios à Exploração (nota 30)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos exercícios de 2017 e 2016:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Subsídios diversos		
Formação IEFP	-	16 929
Fundo Eficiencia Energetica	10 000	-
Projeto Shift2Rail-IMPACT	3 578	-
Projeto Shift2Rail-PIVOT	7 111	-
Total	20 689	16 929

De referir que os valores atribuídos pelo Estado à CP em 2017 correspondem exclusivamente à comparticipação do Estado para passes e sistema intermodal andante, não tendo sido atribuída à CP qualquer compensação adicional pela prestação do seu serviço público.

Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 31)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	-	(107 988)
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	6 959 833	3 364 938
Total	6 959 833	3 256 950

O aumento dos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta da melhoria dos resultados das empresas do Grupo, nomeadamente da EMEF, Saros, TIP e Otlis.

Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 32)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 242 781	5 459 521
Total	6 242 781	5 459 521

O gasto com consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros, representa 77% (4.805.802 euros) do total da rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo. O gasto com consumo de combustível aumentou em resultado do aumento do preço do combustível.

O consumo de outros artigos (fardamentos) também sofreu um aumento considerável em 2017 para responder ao renovar de falhas no fardamento de pessoal operacional.

Fornecimentos e Serviços Externos (nota 33)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Subcontratos:		
Limpeza instalações	(256 574)	(244 576)
Limpeza material circulante	(2 594 909)	(2 361 061)
Vigilância	(1 919 303)	(2 087 451)
Serviços adicionais e auxiliares	(1 568 279)	(1 710 890)
Serviços restauração	(2 784 636)	(2 506 098)
Acordo CP/Renfe	(4 495 362)	(4 348 823)
Outros subcontratos	(6 533 039)	(6 458 369)
Serviços especializados:		
Conservação e reparação	(34 612 197)	(35 134 879)
Trabalhos especializados	(446 020)	(492 369)
Vigilância e segurança	(803 329)	(262 611)
Utilização material circulante	(471 459)	(471 459)
Outros serviços especializados	(2 402 903)	(1 793 810)
Materiais	(176 362)	(198 190)
Energia e fluidos:		
Electricidade	(23 107 211)	(26 617 185)
Combustíveis	(159 338)	(180 394)
Água	(124 021)	(122 832)
Outros	(20)	-
Deslocações, estadas e transportes	(3 728 431)	(1 015 298)
Cont° CP/ACE (EMEF/Siemens)	(4 717 504)	(4 849 636)
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres:		
Taxa uso infraestrutura	(56 175 213)	(55 789 977)
Outras rendas e alugueres	(11 220 051)	(11 065 870)
Comunicação	(528 763)	(512 711)
Seguros	(253 435)	(202 463)
Outros serviços	(271 930)	(274 140)
Total	(159 350 289)	(158 701 092)

Em 2017 e apesar do esforço de contenção de gastos, verificou-se um pequeno agravamento na rubrica de fornecimentos e serviços externos, no valor de 649 mil euros.

Para este agravamento contribuiu, fundamentalmente, o acordo efetuado pela empresa com os sindicatos, onde passa a ser atribuído, desde 2017, um abono de transporte para o pessoal operacional da carreira comercial e tração, para fazer face a situações devidamente fundamentadas, abono que não existia em 2016. Este aumento foi compensado essencialmente com a redução dos gastos com a energia de tração, em virtude da renegociação do contrato de fornecimento de energia, passando parte dos gastos de energia a ser faturados diretamente à *Medway, S.A.*.

Gastos com Pessoal (nota 34)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	(365 899)	(337 182)
Remunerações do pessoal	(77 020 433)	(75 196 705)
Indemnizações	(1 359 861)	(2 688 722)
Encargos sobre remunerações	(17 066 801)	(16 633 886)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	(2 338 650)	(2 479 540)
Gastos de acção social	(244 072)	(204 849)
Outros gastos com o pessoal	(1 478 075)	(1 831 039)
Total	(99 873 791)	(99 371 923)

NA: Não Aplicável

O acréscimo registado nesta rubrica comparativamente a 2016 resulta da reversão total da redução remuneratória temporária, que se iniciou em janeiro de 2016 e que atingiu os 100% nas remunerações pagas a partir de 1 de outubro de 2016, bem como da reposição das progressões e acréscimo de outros abonos.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por cargos de Direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Órgãos sociais *	6	6
Directores/chefias superiores	267	272
Quadros superiores	253	258
Quadros médios	14	14
Chefias intermédias	225	230
Profissionais altamente qualificados	2 111	2 130
Profissionais semi-qualificados	72	70
Total	2 681	2 708

* Inclui três elementos pertencentes ao Conselho Fiscal

Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/Amortizáveis (nota 35)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Perdas		
Em investimentos financeiros	(3)	(11)
Reversões		
Ativos não correntes detidos para venda	-	1 684 358
Total	(3)	1 684 347

Em 2017 não foram registadas imparidades com investimentos financeiros, nem com ativos não correntes detidos para venda.

Outros Rendimentos (nota 36)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Rendimentos suplementares	9 132 043	12 590 861
Ganhos em inventários	7 076	3 871
Restantes ativos financeiros	3 461 517	3 620 550
Investimentos não financeiros	766 326	3 500
Outros	11 631 701	23 471 975
Total	24 998 663	39 690 757

Para a diminuição da rubrica de outros rendimentos, em 2017, contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

- ✔ Término da faturação de energia à *Medway,S.A.* (ex-CP Carga) decorrente da formalização de novo contrato que prevê a emissão de faturação pelo fornecedor de energia diretamente àquela empresa (conforme nota 33);
- ✔ A rubrica de outros, inclui em 2016 a operação de reclassificação da responsabilidade com acidentes de trabalho e doenças profissionais, no valor de cerca de 11,5 milhões de euros, que passou a ser novamente tratada como provisão, pelo facto da Tutela Setorial e Financeira não ter aceite o pedido de adesão da CP ao regime especial de ativos por impostos diferidos.

Outros Gastos (nota 37)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Impostos	(151 898)	(144 680)
Perdas em inventários	(20 826)	(18 753)
Investimentos não financeiros	(19)	(4 593 655)
Outros	(3 234 135)	(4 666 280)
Total	(3 406 878)	(9 423 368)

Para a redução da rubrica de outros gastos, em 2017, contribuiram fundamentalmente os seguintes factos:

- ▶ O abate realizado em 2016 do terminal do Terreiro do Paço, em resultado da publicação do despacho 10759-A/2016 dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas, com um impacto negativo de cerca de 2 milhões de euros nas contas da empresa;
- ▶ O abate realizado em 2016 de material circulante, do qual resultou um impacto negativo nas contas daquele ano de cerca de 2,6 milhões de euros.

Aumentos/Reduções de Justo Valor (nota 38)

A rubrica de aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Ganhos		
Instrumentos financeiros	-	1 291 916
Total	-	1 291 916

A empresa já não dispõe de instrumentos financeiros derivados no final de 2017.

O ganho de justo valor reconhecido em 2016 resulta do vencimento da última operação de desmobilização da carteira de derivados, que ocorreu em abril de 2016, com o vencimento do último instrumento de gestão de risco financeiro que a CP detinha em carteira, em simultâneo com a amortização do empréstimo *Eurofima* de base a este derivado. A avaliação destes derivados era assegurada por entidade externa.

Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 39)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(57 000 846)	(55 361 905)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	141 253	-
Total	(56 859 593)	(55 361 905)

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 4. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade. A reversão registada resulta de um ajustamento à vida útil de material circulante que foi ajustada em 2017.

Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 40)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Perdas		
Ativos fixos tangíveis	(455 819)	-
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	1 029 587	855 533
Total	573 768	855 533

A variação da rubrica reversões por imparidade deve-se à conclusão das reparações de material circulante acidentado. A variação da rubrica de perdas por imparidade resulta da imparidade registada para a reparação de material circulante.

Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 41)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Juros obtidos	466 910	1 047 594
Total	466 910	1 047 594

Nesta rubrica são registados essencialmente os rendimentos relacionados com os juros dos empréstimos a empresas participadas.

Juros e Gastos Similares Suportados (nota 42)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Juros suportados	(72 996 596)	(82 656 759)
Outros gastos e perdas	(3 574 133)	(5 673 912)
Total	(76 570 729)	(88 330 671)

No exercício de 2017, a rubrica de juros e gastos similares suportados regista uma diminuição de cerca de 11,8 milhões de euros que decorre fundamentalmente da amortização de financiamentos detidos pela empresa, decorrentes de dotações de capital do Estado recebidas para o efeito.

Divulgação de Partes Relacionadas (nota 43)

A CP realiza frequentemente parte das suas atividades através de empresas associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos.

Com referência a 31 de dezembro de 2017, a estrutura acionista da empresa (participações diretas), é a apresentada no quadro seguinte:

Participações	(Participação %)	
	31-12-2017	31-12-2016
EMEF, SA	100%	100%
CP CARGA, SA *	5%	5%
FERNAVE, SA	100%	100%
SAROS,Lda	100%	100%
ECOSAÚDE, SA	100%	100%
TIP, ACE	33%	33%
OTLIS, ACE	14%	14%

* conforme definido no acordo de venda da participada, mantendo a CP esta participação no curto prazo.

A CP detém também participação indireta e controlo noutras Empresas do grupo por via da participação nas empresas acima referidas, nomeadamente:

- SIMEF, ACE (detida em 51% pela EMEF).
- NOMAD Tech (detida em 35% pela EMEF)

As transações entre partes relacionadas são apresentadas no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Vendas e prestações de serviço		
Subsidiárias		
EMEF, SA	4 851 081	5 511 354
FERNAVE, SA	210 544	340 633
SAROS,Lda	3 354	4 291
ECOSAÚDE, SA	25 990	27 005
Associadas		
TIP, ACE	4 763 721	3 953 898
OTLIS, ACE	4 666 344	4 217 819
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	758 498	636 139
total	15 279 532	14 691 139
Gastos		
Subsidiárias		
EMEF, SA (*)	(32 179 410)	(30 123 212)
FERNAVE, SA	(531 594)	(862 966)
ECOSAÚDE, SA	(809 166)	(861 436)
Associadas		
TIP, ACE	(625 661)	(664 877)
OTLIS, ACE	(217 144)	(216 237)
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	(4 897 837)	(5 061 583)
Total	(39 260 812)	(37 790 311)
Investimento		
Subsidiárias		
EMEF, SA	11 841 041	9 213 022
Associadas		
TIP, ACE	353 373	-
Total	12 194 414	9 213 022

(*) O valor da faturação emitida por esta participada, encontra-se classificado na CP em gastos e em investimento.

Os saldos com partes relacionadas são, de igual modo, apresentados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Ativos		
Investimento Subsidiárias		
EMEF, SA	13 000 000	18 713 382
FERNAVE, SA	2 600 000	2 600 000
ECOSAÚDE, SA	297 495	300 000
Clientes e out. contas receber Subsidiárias		
EMEF, SA	38 690	-
FERNAVE, SA	430 078	250 080
SAROS,Lda	32	613
ECOSAÚDE, SA	54	2 083
Associadas		
TIP, ACE	430 745	178 916
OTLIS, ACE	360 434	-
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	79 830	196 695
Passivos		
Fornecedores e out. contas pagar Subsidiárias		
EMEF, SA	(939 252)	(287 160)
FERNAVE, SA	(18 601)	69
ECOSAÚDE, SA	(72 944)	(90 103)
Associadas		
TIP, ACE	(988 081)	(971 541)
OTLIS, ACE	(424 936)	(416 319)
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	(487 386)	(469 435)
Total Ativo + Passivo	14 306 158	20 007 280

Garantias e Avais (nota 44)

Garantias e avais prestados pela CP a empresas do grupo e associadas:

(valores em euros)

Empresa	Valor
EMEF (cartas conforto)	861 777
EMEF (fiança)	1 312 500
Fernave (garantia)	114

Garantias prestadas a favor da CP:

(valores em euros)

Empresa	Valor
Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado	642 778 876
Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros	165 042

* inclui conta caução no IGCP no valor de 150.000€

Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 45)

Não existem acontecimentos relevantes após a data de balanço a relatar.

Proposta de Aplicação de Resultados (nota 46)

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os resultados líquidos do exercício, défice de 111.951.646 euros, sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

ANEXOS





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 617.833.619 euros e um total de capital próprio negativo de 2.133.221.458 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 111.951.646 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASE

Chamamos a atenção para o facto dos Relatórios e Contas da Entidade, referentes aos exercícios de 2015 e

2016, ainda não se encontrarem formalmente aprovados pela Tutela. Salientamos ainda que a Entidade tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos, de montante significativo, apresentando, em 31 de dezembro de 2017, um total de capital próprio negativo de 2.133.221.458 euros. Apesar de os financiamentos obtidos terem diminuído em 410.154.015 euros, por conversão em capital social, o seu grau de endividamento mantém-se elevado. Tratando-se de uma E.P.E., com relevantes obrigações inerentes ao serviço público que presta, o financiamento da atividade encontra-se maioritariamente suportado por capitais do Estado Português.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Resposta do Auditor
Imparidade de ativos fixos tangíveis	
<p>Em 31 de dezembro de 2017, o valor contabilístico de ativos fixos tangíveis ascendia a 511.739 milhares de euros. Conforme divulgado na nota 4, a Entidade reconhece perdas por imparidade quando o valor recuperável de um determinado ativo se revela inferior ao seu valor contabilístico.</p> <p>Os testes de imparidade realizados pela Entidade assentam em validações preparadas pelos responsáveis operacionais que têm por base diversos pressupostos e critérios definidos pela Entidade, nomeadamente a rotação do material circulante e expectativa de vida útil remanescente associada à operação, o que nos leva a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p> <p>Decorrente do seu processo de análise, a Entidade apresenta, nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, perdas por imparidade acumuladas de 5.716 milhares de euros em relação aos ativos fixos tangíveis (Nota 7).</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem:</p> <ul style="list-style-type: none">i) análise dos critérios definidos pela Entidade para identificação de material circulante com rotação reduzida ou obsoleto, bem como os critérios de ajustamento definidos para reduzir o valor dos ativos ao seu valor de realização;ii) obtenção do suporte ao cálculo da imparidade efetuado pela gestão, avaliando se o seu valor recuperável se mostra superior ao seu valor contabilístico;iii) revisão dos movimentos ocorridos no ano na rubrica de perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis;iv) leitura e análise das atas do Conselho de Administração e indagação junto da gestão;v) verificação da adequabilidade das divulgações apresentadas no Anexo.

Matérias relevantes de auditoria	Resposta do Auditor
Reconhecimento do Rédito	
<p>O rédito resultante dos serviços prestados pela Entidade é proveniente, essencialmente, da venda dos bilhetes de passageiros e, em 31 de dezembro de 2017, ascendia a 258.650 milhares de euros. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas 4 e 29 do Anexo.</p> <p>A materialidade do valor e o elevado número de registos do sistema da bilhética e a sua integração na contabilidade, levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) levantamento e análise do desenho e implementação do processo e controlos relevantes no ciclo da receita; ii) realização de diversos procedimentos analíticos, incluindo a análise de evoluções mensais por tipologia de serviços e a comparação com os valores de exercícios anteriores; iii) execução de procedimentos específicos de validação do correto corte de operações, nomeadamente através da análise às contas correntes onde é efetuada a passagem das receitas faturadas e cobradas.

Matérias relevantes de auditoria	Resposta do Auditor
Valorização das provisões	
<p>Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de provisões apresenta um saldo de 16.464 milhares de euros, correspondendo 2.941 milhares de euros a processos judiciais em curso e acidentes ferroviários, 10.171 milhares de euros a acidentes de trabalho e doenças profissionais e 3.352 milhares de euros a outros riscos e encargos. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas 4 e 24 do Anexo.</p> <p>A responsabilidade relacionada com acidentes de trabalho e doenças profissionais é suportada por um estudo atuarial preparado por peritos atuariais independentes contratados pela Entidade.</p> <p>A materialidade do valor e a complexidade de julgamento quanto aos pressupostos utilizados na avaliação do montante das responsabilidades e do desfecho provável dos processos judiciais em curso, assim como, na determinação das responsabilidades relacionadas com acidentes de trabalho e doenças profissionais (estudo atuarial preparado por peritos independentes), levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões; ii) obtenção e análise das listagens de processos judiciais em curso em que a Entidade se encontra envolvida através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados que prestam serviços à Entidade; iii) indagação junto da área jurídica da Entidade quanto à adequabilidade dos julgamentos efetuados sobre processos judiciais em curso; iv) leitura e análise das atas do Conselho de Administração e indagação junto da gestão; v) obtenção e leitura do estudo preparado pelos peritos independentes para mensurar o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais; vi) avaliação da razoabilidade dos pressupostos atuariais utilizados para mensurar o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho; vii) verificação da adequabilidade das divulgações apresentadas no Anexo.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base

para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais

SOBRE A INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA PREVISTA NO ART.º 66º-B DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Conselho de Administração comunica no seu relatório de gestão que irá elaborar um relatório separado, contendo a demonstração não financeira requerida no art.º 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, a publicar no seu sítio da Internet no prazo legal.

SOBRE O PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Conforme é referido no Relatório de Gestão sob o título “Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado”, na sequência do pedido de dispensa do cumprimento daquele princípio, a CP, conforme informação obtida através do Ofício n.º SGC-1024, de 27 de junho de 2017, do IGCP, obteve para o ano de 2017, a exceção ao mesmo para alguns serviços bancários. Atendendo ao que é devidamente explicado naquele título e à informação plasmada no “Cumprimento das Obrigações Legais”, entendemos ter sido dado cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

SOBRE O RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO:

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada

no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez por despacho a 16/05/2014 para completar o mandato compreendido entre 2013 e 2015, mantendo-nos em funções para os exercícios de 2016 e 2017, na ausência da ocorrência de nova designação.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude. - Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 14 de março de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos outros serviços à Entidade nem às entidades sob o seu controlo.

Lisboa, 14 de março de 2018

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1.056



RELATÓRIO DE AUDITORIA EMITIDO NOS TERMOS REQUERIDOS PELO ARTIGO 245º, nº1, al. b) DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 617.833.619 euros e um total de capital próprio negativo de 2.133.221.458 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 111.951.646 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Entidade tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo (nomeadamente o resultado líquido dos anos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, cujos Relatórios e Contas não foram ainda aprovados pela Tutela Sectorial e Financeira), apresentando, em 31 de dezembro de 2017, um total de capital próprio negativo de 2.133.221.458 euros.

Adicionalmente, salientamos que no ano em análise se verificou uma diminuição significativa dos financiamentos, no valor de 410.154.015 euros, por conversão em capital social. No entanto, a Entidade continua a possuir um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido financiado, em grande parte, pela Tutela Sectorial e Financeira.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Tratando-se de uma Entidade que presta um serviço público, o financiamento da sua atividade continua a depender do suporte financeiro do Estado Português, o qual detém a totalidade do capital da Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
---	--

Reconhecimento do Rébito

O rébito dos serviços prestados pela Entidade, que incluem essencialmente o transporte de passageiros, em 31 de dezembro de 2017, ascendeu a 258.650.217 euros, conforme divulgado na nota 29.

O risco do reconhecimento do rébito está relacionado com o elevado número de registos do sistema da bilhética e com a respetiva integração destes na contabilidade, pelo que o consideramos uma matéria relevante de auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) levantamento e análise dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita;
- b) teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade, com o apoio de um especialista em auditoria informática, credenciado em tecnologias de informação;
- c) análise dos ajustamentos efectuados ao rébito no final do ano; e
- d) identificação e análise das principais variações na rubrica da receita.

Imparidade dos ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a imparidade dos ativos fixos tangíveis ascende a 5.715.647 euros, conforme divulgado na nota 7.

O apuramento da imparidade realizado pela Entidade assenta em validações efetuadas pelos responsáveis operacionais, para o material circulante, as quais estão associadas ao nível de rotação do material circulante e à expectativa de alienação

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) análise dos critérios definidos pela Entidade para identificação de material circulante com rotação reduzida ou em estado obsoleto;
- b) análise do suporte ao cálculo das imparidades registadas, incluindo os respectivos critérios adotados e as avaliações independentes dos imóveis;



daquele que se encontra obsoleto, e por peritos independentes, para os imóveis, o que nos leva a considerar este tema como uma matéria relevante de auditoria.

- c) análise dos principais movimentos das imparidades registados no ano;
 - d) indagação junto da gestão da Entidade; e
 - e) verificação da adequabilidade das divulgações das imparidades no anexo.
-

Provisões

As provisões apresentam um saldo de 16.463.940 euros, em 31 de dezembro de 2017, conforme divulgado na nota 24.

Esta rubrica inclui, essencialmente, provisões para processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais e acidentes ferroviários.

A responsabilidade relacionada com acidentes de trabalho e doenças profissionais encontra-se suportada por um estudo actuarial preparado por um perito independente.

Os movimentos registados nas restantes provisões são suportados nos pareceres dos assessores jurídicos da Entidade.

Consideramos as provisões uma matéria relevante de auditoria pelo complexo grau de julgamento e de incerteza associado.

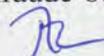
Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões e análise dos principais movimentos do ano;
 - b) obtenção da listagem dos processos judiciais em curso através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados e análise das respostas obtidas;
 - c) indagação junto da área jurídica e da gestão da Entidade;
 - d) obtenção e apreciação do estudo actuarial que suporta o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais; e
 - e) verificação da adequabilidade das divulgações das provisões no anexo.
-

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

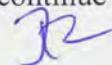
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade referiu no seu relatório de gestão que irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que incluirá a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre o relatório do governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de julho de 2014 para um mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados/eleitos na reunião do Conselho de Administração do accionista único, CP – Comboios de Portugal, E.P.E., realizada em 31 de maio de 2017 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

Lisboa, 13 de março de 2018

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC nº 1015
Registado na CMVM com o nº 20160630



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
CONTAS INDIVIDUAIS 2017 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, a alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da empresa¹ e os artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais 2 (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir pareceres sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras individuais, e a proposta de aplicação de resultados da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2017, atento à certificação legal das contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) e às informações constantes no Relatório Adicional de Auditoria. Acresce ainda as conclusões contidas no Relatório de Auditoria do Auditor Externo sobre as demonstrações financeiras desse ano³, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas da CP.

Em conformidade com as orientações do acionista Estado, nomeadamente as constantes no ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) n.º 587, de 07 de fevereiro de 2018⁴, compete igualmente ao CF a aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), designadamente as relativas às remunerações vigentes em 2017, bem como a aferição do cumprimento da apresentação do Relatório anual de Boas Práticas do Governo Societário, do qual deve constar informação atual e completa sobre aquelas matérias, conforme previsto no n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, doravante designado abreviadamente como RJSPE.

Assinale-se, a título enquadrador e informativo no âmbito do presente parecer, que:

- A CP é uma empresa pública, que se rege pelos seus estatutos e pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que aprovou o RJSPE;
- A CP detém, à data de 31 de dezembro de 2017, valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado;
- O relatório de gestão e as demonstrações financeiras da CP, aprovados pelo Conselho de Administração, foram elaborados em conformidade com os artigos 65.º, 66.º, 66.ºA

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

² De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

³ Obrigatório nos termos previstos do n.º 2 do artigo 45º do RJSPE, e da al. b) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários.

⁴ Referente às instruções sobre o processo de prestação de contas de 2017.



CONSELHO FISCAL

e 66.º B, do CSC e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto na Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;

- As participações financeiras noutras empresas encontram-se reconhecidas nas demonstrações financeiras apresentadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), sempre que existe controlo ou influência significativa sobre as empresas participadas pela CP, enquanto para as restantes participações, são reconhecidas ao custo de aquisição menos as perdas de imparidade determinada pela empresa, dado não ser possível obter, de forma fiável, o seu justo valor;
- Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, no âmbito da segunda notificação de 2014⁵ relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos e da revisão do Sistema Europeu de Contas e Regionais⁶, a CP passou a ser incluída, desde 2015, no perímetro das Administrações Públicas para efeitos de Contas Nacionais.

2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal durante o exercício objeto de análise, efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, tendo, designadamente, procedido a:

- i) Reuniões com membros do Conselho de Administração de forma a seguir o desempenho da empresa;
- ii) Realização de reunião com o Revisor Oficial de Contas;
- iii) Realização de reunião com os Auditores Externos;
- iv) Reuniões com diversos departamentos da CP, sendo mais frequentes com as direções financeira e de planeamento e controlo da atividade da empresa;
- v) Emissão de parecer sobre operação de saneamento financeiro da Fernave;
- vi) Elaboração de relatórios que incidiram sobre os relatórios de atividades e execução orçamental trimestrais apresentados pelo Conselho de Administração nos termos previstos do RJSPE;
- vii) Elaboração do parecer sobre Relatório & Contas Intercalar Consolidado referente ao 1.º semestre de 2017.

3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela sectorial e financeira, a cargo respetivamente do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

⁵ Emitida em setembro de 2014.

⁶ SEC 2010.

CONSELHO FISCAL

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

Através da celebração de contrato são definidas as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, tendo a CP celebrado com o Estado, em 24 de março de 2011, o contrato denominado por «Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público», e cujo prazo de vigência previsto era até 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes (PET)⁷, que abarcava o horizonte temporal 2011-2015, a CP e o Estado, consideraram o contrato em vigor inadequado, pelo que acordaram a sua revogação.

Entretanto, não foi ainda celebrado novo contrato de serviço público e pelo terceiro ano consecutivo não foram atribuídas à CP indemnizações compensatórias pelo serviço público prestado, sendo os montantes atribuídos à CP pela RCM n.º 133/2017, relativos exclusivamente à comparticipação do Estado para os passes sociais e sistema intermodal andante.

A atividade da empresa no exercício de 2017 foi desenvolvida tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento de 2017 (PAO) proposto ao acionista, na sua versão final, em abril de 2017 Neste contexto e face às previsões económicas e às orientações das tutelas, o Conselho de Administração definiu para o período 2017-2019 os seguintes objetivos estratégicos:

- Responder às necessidades da mobilidade, pela promoção da conectividade e acessibilidade ao transporte, da adequação da oferta e da prestação de serviço com maior qualidade e que contribua para uma maior satisfação dos clientes;
- Revigorar a organização, através de uma maior motivação dos trabalhadores e de maior produtividade dos meios de produção;
- Criar mais valor, promovendo o diálogo com os agentes sociais e políticos, com as organizações representativas dos trabalhadores e estabelecendo parcerias estratégicas com o gestor das infraestruturas e outros stakeholders;
- Promover o equilíbrio financeiro, pelo estabelecimento do quadro de contratualização, quer do serviço público quer da utilização da infraestrutura, pela continuação do saneamento da dívida histórica, pela racionalização dos gastos, pela rentabilização de ativos não essenciais e pela promoção da sustentabilidade das empresas participadas.

A CP, em 2017, transportou cerca de 122 milhões de passageiros, o que representou um aumento de perto de 6,3% (cerca de 7,2 milhões de passageiros) comparativamente a 2016, tendo este crescimento sido transversal em todos os serviços da CP, destacando-se o serviço de longo curso com um aumento de 6%, ou seja mais de 6,4 milhões de passageiros e o serviço urbano de Lisboa com um crescimento de 7,3%, mais 5,6 milhões de passageiros.

⁷ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro.



CONSELHO FISCAL

Na análise da medida passageiros-quilómetro verifica-se igualmente um crescimento em todos os serviços (média de 6%), com destaque para o Serviço Urbano de Lisboa (+7,1%) e para o longo curso (+6,8%) face ao ano de 2016.

A taxa de ocupação global aumentou ligeiramente em 2017 para os 30,5% (+1,5 p.p. face a 2016), assinalando-se, em particular o aumento de 3,0% no Serviço de Longo Curso, o que representa uma taxa de uso de 61,3% face à oferta neste segmento. Ainda assim, os restantes serviços apresentam taxas de ocupação muito inferiores à referida taxa média global, como é o caso do Serviço Regional com 21,0%, o Serviço Urbano de Lisboa com 21,2% e o Serviço Urbano do Porto com 28,1%, face às respetivas ofertas asseguradas pela CP para cada serviço de transporte.

Neste contexto importa destacar o aumento dos proveitos de tráfego em mais 19,6 milhões de euros face ao exercício anterior (+8,5%), atingindo os 250 milhões de euros, repartidos entre os 113,2 milhões de euros obtidos nos Serviços Urbanos de Lisboa e Porto (45,3%), os 107 milhões de euros no Serviço de Longo Curso (42,8%) e os 29,5 milhões de euros no Serviço Regional (11,9%). Como se infere da análise à procura, os proveitos acompanharam a mesma tendência de crescimento, em particular, no Serviço de Longo Curso onde se registou um aumento de 6,0% face ao ano anterior. Destaca-se, igualmente, que o contributo nos proveitos obtidos resultante da venda de títulos simples, beneficiou, ainda, do aumento tarifário, a partir de 1 de janeiro de 2017, em mais 1,5% aplicável aos Serviços Urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra.

A empresa identifica, conforme consta do Relatório, outros fatores relevantes com impacto na melhoria dos resultados obtidos designadamente a política comercial orientada ao serviço ao cliente, a evolução da marca CP, a estratégia mais concorrencial num mercado aberto para o serviço de transporte de pessoas, o crescimento continuado do turismo, o clima de paz laboral, a recuperação dos indicadores económicos do país e, ainda, as ações de combate à fraude. Neste último caso, sugere-se à CP que apresente nos próximos relatórios uma análise detalhada quantitativa e qualitativa deste tipo de ações, de modo a aferir a respetiva eficácia e impactos na atividade da empresa.

Ao nível dos Recursos Humanos, a CP terminou o ano de 2017 com um total de 2 709 trabalhadores⁸, representado menos 28 do que no ano anterior, apesar de terem entrado para o quadro 25 trabalhadores de diversas categorias, desde maquinistas, operadores de manobras e operadores de revisão e venda.

A CP realizou, num contexto de restrições financeiras impostas pelo acionista Estado, investimentos de 16,3 milhões de euros, o que correspondeu a uma taxa de realização de 41% face ao orçamentado. Deste montante realizado, 83% respeitaram a reparações do material circulante e 8% para instalações fixas, de forma a assegurar as intervenções consideradas pela empresa como indispensáveis para garantir a segurança e a operacionalidade do material e

⁸ Correspondente aos trabalhadores vinculados à CP, e que inclui efetivos ao serviço da empresa, efetivos cedidos ou requisitados a outras entidades e, ainda, trabalhadores com licença sem vencimento. Assim, em 31 de dezembro de 2017, encontravam-se ao serviço da empresa 2.678 trabalhadores de um total 2.681 trabalhadores a cargo da CP, ou seja, para os quais a empresa assume os respetivos encargos com salários (inclui efetivos cedidos ou requisitados).



CONSELHO FISCAL

das instalações ferroviárias, bem como para concluir os projetos que se encontravam curso no início do período em análise.

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Da análise às demonstrações financeiras anexas ao Relatório e Contas da CP, que compreendem o balanço que, em 31 de dezembro de 2017, evidencia um total de 617,8 milhões de euros e um total de capital próprio negativo de 2.133,2 milhões de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 112 milhões de euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e, ainda, o Anexo às demonstrações financeiras que contém um resumo das políticas contabilísticas mais significativas, apresentamos os aspetos considerados mais significativos resultante da análise efetuada conforme se segue.

- O prejuízo apresentado em 2017, no montante de 112 milhões de euros, é inferior ao apurado no exercício anterior (144,6 milhões de euros) em cerca de 32,6 milhões de euros, em boa parte justificado pela variação das vendas e prestações de serviços (+19,4 milhões de euros), pela variação nos juros e gastos similares (-11,8 milhões de euros) e, ainda, pela variação nos resultados das empresas participadas (+3,7 milhões de euros).
- Conforme consta da nota 29 do Anexo, as vendas e serviços prestados aumentaram relativamente ao ano anterior cerca de 19,4 milhões de euros justificado, conforme já referido anteriormente, pelo crescimento dos proveitos de tráfego, nomeadamente no que se refere à venda de títulos simples responsável por um acréscimo de rendimentos de cerca de 13,6 milhões de euros face ao ano de 2016.
- O aumento dos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos em mais de 3,7 milhões de euros face ao ano de 2016, resultando da melhoria dos resultados das empresas do Grupo CP, nomeadamente da EMEF cujo resultado líquido foi positivo em cerca de 5,9 milhões de euros.
- Ao nível dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas a variação ocorrida relativamente ao ano de 2016 (+ 3,7 milhões de euros), a qual se encontra explicada na nota 32 do Anexo, deve-se, essencialmente, ao aumento com os gastos com combustível resultante do aumento do preço mesmo. Destaca-se que estes gastos, considerados como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros, representam cerca de 77% (4,8 milhões de euros) do total da rubrica em apreço, pelo que qualquer variação significativa que ocorra neste tipo de custos terá, necessariamente, uma pressão sobre a rubrica em apreço e, conseqüentemente, nos resultados da empresa.
- Relativamente aos gastos com fornecimentos e serviços externos e embora se verifique um aumento global muito ligeiro face a 2016 (+0,6 milhões de euros, ou seja de 0,0%), importa evidenciar as variações ocorridas nalgumas subrubricas, conforme apresentadas na nota 33 do Anexo, nomeadamente, as relativas aos gastos com vigilância/segurança (+0,5 milhões de euros), com outros serviços especializados (+0,6 milhões de euros), com a utilização da infraestrutura (+0,4 milhões de euros), sinalizando-se, em

CONSELHO FISCAL

particular, o acréscimo de 267,3% nos gastos com deslocações, estadas e transportes (+ 2,7 milhões de euros), resultante, sobretudo, dos Acordos estabelecidos entre a empresa e os sindicatos, ao abrigo dos quais passou a ser atribuído, desde meados de 2016⁹ e, um abono para deslocação em viatura própria (valor por kms) ao pessoal operacional da carreira comercial e tração¹⁰.

Já no que se refere à subrubrica de gastos com eletricidade, verificou-se uma diminuição em cerca de 3,5 milhões de euros, o que compensou globalmente os atrás mencionados aumentos, porém esta variação resultou, apenas, da alteração do procedimento de faturação (refaturação) de energia à Medway. S.A., a qual passou a ser efetuada diretamente pelo fornecedor àquela empresa. Assim, excluindo este efeito contabilístico, verifica-se que a rubrica fornecimentos e serviços externos teve um aumento de 4,2 milhões de euros face ao ano de 2016 (+4%), justificado maioritariamente pelo acréscimo de gastos com a atribuição de novos abonos com deslocações concedidos a partir de 2017.

- Apesar da redução do n.º trabalhadores em 2017, verificou-se um aumento nos Gastos com o pessoal que, excluindo as indemnizações pagas por rescisão no montante de 1,4 milhões de euros, representou, em 2017, uma variação de 1,8 milhões de euros quando comparado com o ano de 2016, justificado, essencialmente, pelo efeito da reposição das progressões e das diuturnidades¹¹, nos montantes de 1,3 milhões de euros e 0,2 milhões de euros, respetivamente e, ainda, pela reversão total da redução remuneratória (+0,7 milhões de euros) ocorrida a partir de 1 de outubro de 2016.

- Em matéria da análise ao EBITDA recorrente (ou ajustado)¹², importa assinalar a melhoria significativa em 14,3 milhões de euros face ao registado no exercício anterior (+0,3 milhões de euros), situando-se o mesmo, no final de 2017, no montante positivo de 14,6 milhões de euros. A variação encontra-se justificada em boa parte justificado pelas variações das rubricas de rendimentos e gastos atrás mencionadas, destacando, em particular o aumento verificado nas vendas e serviços prestados em mais de 19,4 milhões de euros.

- Ainda a propósito do indicador atrás referido, sublinha-se que no âmbito do PAO proposto para 2017, a meta prevista para 2017 era de 12,5 milhões de euros negativos o que implica uma melhoria substancial face ao previsto.

- Neste contexto, o Resultado Operacional obtido em 2017, também registou uma melhoria de 18,8 milhões de euros face ao apurado no exercício anterior, ainda que se

⁹ Com maior impacto no ano de 2017 por ter um ano completo de atribuição dos referidos abonos.

¹⁰ No seguimento dos esclarecimentos solicitados pelo CF sobre esta matéria, obteve-se a confirmação que, em 20 de maio de 2016, o Conselho de Administração remeteu à tutela setorial um documento sobre as alterações a introduzir no regime da carreira comercial, e que se veio a traduzir no acordo relativo ao abono por utilização de viatura própria. Mais foi referido pela empresa a este propósito que esta matéria já se encontrava regulada no Acordo de Empresa em vigor para a carreira de tração (denominado por AE SMAQ). Entretanto, já no decorrer do ano de 2017, os referidos acordos foram objeto de adendas, ao abrigo das quais, foram revistos em alta os montantes mínimos de atribuição dos mencionados abonos, para além de outras alterações nelas previstas.

¹¹ Decorrente da aplicação do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Lei do Orçamento do Estado para 2017 (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro).

¹² O EBITDA Recorrente é definido pela CP como o "Resultado operacional da atividade de transportes", ou seja, o EBITDA "antes de indemnizações por rescisão, aplicação do método de equivalência patrimonial, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com a atividade da empresa".



CONSELHO FISCAL

mantenha em valor negativo (-35,5 milhões de euros). A variação ocorrida é justificada essencialmente, para além do impacto resultante das variações identificadas anteriormente, do facto de se ter registado em 2017 menos movimentos ocasionais com impacto negativo nos resultados quando comparado com o ano de 2016, nomeadamente, no que se refere aos abates de material circulante e de imóveis. Ainda assim, registou-se durante o exercício em análise rendimentos extraordinários resultantes de mais-valias decorrente da venda do imóvel detido pela CP na Praia das Maças (0,7 milhões de euros) bem como da venda de equipamento básico e sucata no montante de 0,8 milhões de euros.

- No que se refere ao Resultado Financeiro de 2017 o mesmo foi negativo em 76,1 milhões de euros, o que representou, ainda assim, uma melhoria de 12,7 milhões de euros face ao previsto e de 11,2 milhões de euros (13%) face ao obtido em 2016. A melhoria verificada decorre, sobretudo, da amortização de financiamentos detidos pela empresa através de novas dotações de capital recebidas para aquele efeito e a manutenção das taxas de juro em níveis historicamente baixos, cujo impacto é significativo sobretudo nos empréstimos obrigacionistas (taxa variável).
- Em matéria das rubricas do Ativo, estas apresentaram uma diminuição de 30,2 milhões de euros (-5%) face ao registado em dezembro de 2016, justificado, em larga medida, pela diminuição dos ativos fixos tangíveis, em 30,2 milhões de euros, em resultado das respetivas depreciações e do nível muito baixo de investimento executado em 2017 neste segmento de ativos (16,3 milhões de euros), a que acresce a diminuição da rubrica de ativos não correntes detidos para venda, em 11,1 milhões de euros, decorrente da mencionada operação de alienação do imóvel na Praia das Maças, e, ainda, da reclassificação para ativo fixo tangível do imóvel detido pela empresa no Barreiro.
- No que se refere ao Capital Próprio, verificaram-se novos aumentos de capital, num total acumulado de 516,4 milhões de euros, os quais foram realizados pelo acionista através da conversão de créditos vencidos resultantes do empréstimo concedido pela DGTF e da entrada em numerário, nos montantes de 418,3 e de 98,1 milhões de euros, respetivamente. Tal como verificado em anos anteriores, estes aumentos visaram suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida, do investimento realizado e dos gastos com pessoal relacionados com o acordo das variáveis.
- Conforme decorre do Balanço, e por via dos sucessivos prejuízos apurados em anos anteriores, ainda que compensados parcialmente com novos aumentos de capital subscrito pelo acionista, o capital próprio da CP apresenta-se negativo em 2.133,2 milhões de euros, o que coloca a empresa no âmbito do artigo 35º do CSC, e que determinou uma ênfase tanto na Certificação Legal das Contas emitida pelo ROC como no Relatório do Auditor Externo.
- Por último, no que diz respeito ao Passivo, verifica-se uma diminuição de 428,9 milhões de euros face a 2016, justificado, essencialmente, pela amortização de prestações dos financiamentos vencidas em 2017, no montante acumulado de 410,2 milhões de euros, dos quais 418,3 milhões de euros por conversão em capital no âmbito dos referidos aumentos de capital realizado pelo acionista.



CONSELHO FISCAL

- Tal como nos anos anteriores, a empresa apresenta fluxos de caixa das suas atividades operacionais negativos (-18,1 milhões de euros) e significativamente piores aos registados em 2016 (-3,4 milhões de euros), justificado, sobretudo, por pagamentos a fornecedores superiores aos recebimentos de clientes.

Esta situação permite concluir, conforme já assinalado em relatórios anteriores, que a atividade operacional da empresa não gera recursos suficientes para se autofinanciar, fazendo depender a continuidade da sua operação à obtenção do suporte do acionista, através da obtenção de novos financiamentos junto da DGTF ou através de novos aumentos de capital.

5. ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE E CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Nos termos das já referidas competências, cabe ao CF proceder à análise, conforme se apresenta seguidamente, do cumprimento pela empresa das orientações vigentes para o SEE, das orientações constantes do citado ofício circular da DGTF n.º 587, de 07 de fevereiro de 2018, designadamente as relativas à política remuneratória em 2017, bem como à exigência constante no n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE que determina a obrigação da apresentação de um Relatório anual de Boas Práticas de Governo Societário, o qual deverá conter informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo referido regime jurídico aplicável ao SEE.

Relatório de Gestão

Da conformidade com o previsto nos artigos 65.º, 66.º, 66.º-A e 66.º B do CSC, o Relatório de Gestão da CP traduz a observância daquelas disposições e de outras matérias legalmente em vigor, cumprindo, na generalidade, com as orientações aplicáveis ao SEE, nomeadamente as decorrentes do RJSPE

Nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM), a informação constante no referido Relatório de Gestão expõe, tanto quanto é do conhecimento do CF, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais, tendo a mesma sido elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Relatório sobre informações não financeira prevista no artigo 66º-B do CSC

No que se refere, em particular, à obrigatoriedade de divulgação de informações não financeiras e de informação sobre a diversidade de certas grandes empresas e grupos, introduzida no ordenamento jurídico nacional pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 27 de junho, ao abrigo do qual foram alterados, para o efeito, o CVM e o CSC (o CA da CP optou, conforme consta do relatório de gestão, por apresentar um relatório em separado o qual será publicado

CONSELHO FISCAL

no seu sítio da internet no prazo legal, dando, assim, cumprimento ao previsto na al. b) do n.º 9 do referido artigo 66º-B do CSC.

Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao previsto do n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE, confirma-se a apresentação pela CP de um Relatório autónomo de Boas Práticas de Governo Societário referente ao exercício em análise, sobre o qual, e ao abrigo do estabelecido no n.º 5 do artigo 420.º do CSC, somos de parecer que o mesmo inclui os elementos exigíveis à entidade nos termos previstos do artigo 245.º-A do CVM, e das demais disposições legais em vigor, incluindo às orientações aplicáveis, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo.

Sem prejuízo, e sem pôr em causa a nossa opinião acima, salientam-se os seguintes factos:

- Tendo como referência o modelo definido para o ano de 2017 pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), o relatório obedece, na generalidade, à estrutura definida;
- O Despacho que contempla a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2016, incluindo o RGS referente àquele ano não consta em anexo, dado que as mesmas não foram ainda aprovadas.
- A estrutura de governo da CP, atualmente em vigor, composta por um Conselho de Administração com quatro elementos (um Presidente, um Vice-Presidente e dois Vogais), um Conselho Fiscal, um Revisor Oficial de Contas e um Conselho Consultivo¹³, mostra-se adequada à respetiva dimensão e complexidade, pelo que cumpre o disposto na lei, nomeadamente o artigo 30.º e seguintes do RJSPE. Todavia há que registar que, desde o mês de julho de 2015, o Conselho de Administração da empresa funciona apenas com um Presidente e dois vogais. A CP dispõe ainda de um Auditor Externo¹⁴, cujo contrato foi renovado por mais 3 anos em 2017, que presta serviços de auditoria às contas individuais da CP e às consolidadas, efetuando reportes semestrais e anuais.

Orientações legais vigentes para o SEE

Dando cumprimento às orientações do titular da função acionista, vertidas no referido ofício da DGTF de 27 de fevereiro de 2017, em observância com o artigo 420.º do CSC, e para além das matérias acima indicadas sobre o Relatório de Gestão, apreciamos a informação específica nele constante sobre o cumprimento das orientações legais aplicáveis à empresa, pelo que importa destacar o seguinte:

- Em 2017, não foram fixados objetivos de gestão para o exercício, sendo a atividade da empresa norteada pelo Plano de Atividades e Orçamento para 2017, apresentado pelo

¹³ Aguarda nomeação de todos os elementos que o integram.

¹⁴ Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do RJSPE as empresas que se encontrem classificadas nos Grupos A e B nos termos das Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 16/2012, de 14 de fevereiro, e 18/2012, de 16 de fevereiro, estão obrigadas a submeter a informação financeira anual a uma auditoria externa, a realizar por auditor registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

CONSELHO FISCAL

Conselho de Administração e cuja aprovação apenas ocorreu em 30 de dezembro de 2016;

- No que se refere à gestão do risco financeiro, e em conformidade com o disposto no Despacho n.º 101/2009 – SETF, de 30 de janeiro, salienta-se que a atividade da CP encontra-se exposta ao risco de liquidez e ao risco de taxa de juro. Quanto ao primeiro, este risco encontra-se mitigado, em certa medida, pelo facto da CP depender exclusivamente do suporte financeiro direto do Estado por ter sido reclassificada para o perímetro das administrações públicas;

No que se refere ao risco de taxa de juro, destaca-se, desde já, que a empresa não procedeu em 2017 à contratualização de nenhum instrumento financeiro de cobertura de taxa de juro, nem detém qualquer instrumento desta natureza em carteira com referência a 31 de dezembro de 2017, tendo o último contrato terminado em abril de 2016. Relativo a outras medidas de gestão de risco, e conforme referido em relatórios anteriores do CF, mantemos a nossa opinião que seria aconselhável uma análise de sensibilidade da taxa de juro para uma variação de 1% e 2%, abrangendo os financiamentos com taxa de juro variável, permitindo avaliar o grau de exposição e os eventuais impactos nos resultados da empresa;

- Em termos de endividamento, a CP contraiu, no final de 2017, um novo empréstimo de 6 milhões de euros junto do Estado, contudo, mesmo assim, registou uma redução efetiva de 13,56% da dívida remunerada. Porém, considerando o endividamento ajustado, verifica-se um aumento de 2,4% face ao ano de 2016, e, portanto, dentro do limite fixado de 3% pelo artigo 45.º da Lei do OE para 2017;
- Conforme consta do capítulo “Cumprimento das Obrigações Legais” do Relatório e Contas, a CP não identifica pagamentos em atraso (“arrear”) ¹⁵ no final de 2017 por motivos imputáveis à empresa;
- O PMP, conforme apurado pela Empresa, foi em 2017 de 19 dias (25 dias se excluído a dívida à IP - Infraestruturas de Portugal SA), traduzindo numa redução de 15 dias face a 2016. A melhoria conseguida é justificada, essencialmente, pelas dotações de capital realizadas pelo acionista, à semelhança do ocorrido em 2016, e aos fundos gerados pelo desenvolvimento da atividade operacional, que permitiram à CP assegurar o pagamento atempado das responsabilidades para com os seus fornecedores e demais credores;
- As contas relativas ao exercício de 2016, não foram ainda objeto de aprovação por parte do titular da função acionista, pelo que não houve qualquer recomendação a observar em 2017;
- A CP demonstra o cumprimento das disposições sobre reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, (para os gestores públicos e equiparados, a partir de 1 de junho de 2010);

¹⁵ Nos termos previstos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.





CONSELHO FISCAL

- Relativamente às deslocações e às ajudas de custo do pessoal itinerante, a empresa aplicou o previsto nos Acordos de Empresa por reconhecer a inaplicabilidade do regime previsto sobre esta matéria para os trabalhadores em funções públicas. Neste contexto, e no que se refere aos gastos com ajudas de custo, verificou-se um aumento de 7% (275,9 mil euros) face ao contabilizado em 2016;
- Já relativamente a gastos com deslocações e alojamento, salienta-se, uma vez mais, o acréscimo de 267,3% (+2,7 milhões de euros) face a 2016, decorrente, sobretudo, dos acordos estabelecidos em meados de 2016 e, posteriormente, alterados em 2017 com as Organizações representativas dos trabalhadores, no sentido da redefinição dos períodos de trabalho, da reformulação das escalas do pessoal operacional e da atribuição de abonos por deslocação em viatura própria;
- Adicionalmente, e em cumprimento com o determinado no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (EGP), destaca-se que o Conselho de Administração não utilizou cartões de crédito¹⁶, nem foram reembolsados de despesas incorridas a título de representação pessoal;
- Sublinha-se ainda que em 2017, a empresa manteve o procedimento de não atribuir prémios de gestão, cumprindo desta forma com o previsto legalmente sobre esta matéria;
- Os membros do Conselho de Administração mantiveram direito a um conjunto de regalias, designadamente, benefícios sociais, como seguro de saúde e de acidentes pessoais, atribuídos igualmente e de forma generalizada aos restantes colaboradores da empresa;
- A CP no âmbito dos procedimentos da contratação pública rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, sendo considerada entidade adjudicante do setor especial dos transportes. Nessa medida, utiliza as figuras de concursos públicos e limitados, por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades;
- Neste seguimento, em 2017, a empresa submeteu 19 contratos, de valor superior a 5 milhões de euros cada, a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, no valor global de 41,1 milhões de euros;
- A CP aderiu de forma voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 2010, pelo que caso a caso verifica as vantagens em utilizar os Acordos-Quadro subscritos pela ESPAP, IP;
- De igual forma, a CP também não se encontra vinculada ao Parque de Veículos do Estado, não obstante, a CP tem dado cumprimento às orientações vigentes nesta matéria, nomeadamente ao determinado pelo ofício circular da DGTF n.º 4238, de 1 de julho, e ao Despacho n.º 5410/2014, do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Secretária de Estado do Tesouro, de 17 de abril de 2014;
- Decorrente das medidas governativas, cabe às empresas com EBITDA positivo assegurar a redução do peso do conjunto dos gastos com consumos, fornecimentos e

¹⁶ Incluindo outros meios de pagamentos similares.



CONSELHO FISCAL

serviços externos e pessoal no volume de negócios¹⁷. Nesta medida, a CP apresentou uma melhoria deste indicador de 7,4 p.p. face a 2016 e de 9 p.p. em relação a 2015;

- No que importa à frota de automóvel e à revisão das categorias dos veículos que a integram, e tendo em consideração o disposto no ofício circular da DGTF n.º 4238, de 1 de julho de 2013, e no Despacho n.º 5410/2014, do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Secretária de Estado do Tesouro, de 17 de abril, a empresa manteve em 2017 a trajetória da redução do número de veículos, passando dos 47 detidos em 2016, para 44 em 2017, pelo que se registou um decréscimo ao nível dos gastos com a frota automóvel de 2,6%, sem prejuízo de se ter verificado um aumento com as despesas de manutenção nas viaturas da propriedade da CP, atendendo ao seu envelhecimento;
- Já no que se refere a despesa de comunicações o gasto de 2017 superou em 18 mil euros o valor registado em 2016, justificado, essencialmente, pelo aumento de serviços de Wi-Fi oferecidos a bordo dos comboios;
- No que se refere ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a CP tem requerido anualmente a dispensa, considerando que as especificidades das suas atividades exigem a manutenção de algumas contas bancárias e serviços bancários disponibilizados pela banca comercial;

Assim e conforme aconteceu em 2016, também em 2017, através do Despacho n.º 256/17-SEATF, de 19 de janeiro, a CP obteve autorização para não cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria relativamente a alguns serviços, designadamente recolha e contagem de valores, cartões de refeição e garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;

Não obstante, a CP tem desenvolvido todos os esforços no sentido de, sempre que possível, dar cumprimento ao referido princípio centralizando ao máximo as suas disponibilidades junto do IGCP, EPE;

- Por último e ainda no âmbito da divulgação do cumprimento das orientações legais nos termos previstos do citado ofício circular da DGTF, de fevereiro de 2018, designadamente no que concerne à elaboração e divulgação do relatório anual sobre a prevenção da corrupção, conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RISPE, importa sublinhar que a CP dispõe de um Plano de Gestão de Riscos¹⁸, disponível no seu sítio da internet, que inclui os riscos de corrupção e infrações conexas, no âmbito do qual são detalhados os riscos de gestão, corrupção e infrações conexas, identificando para cada uma das atividades da empresa os respetivos riscos, medidas de mitigação, bem como os mecanismos de controlo implementados. A empresa elabora anualmente um relatório através do qual identifica os factos suscetíveis de constituir infração penal ou

¹⁷ Excluindo os subsídios à exploração e indemnizações compensatórias.

¹⁸ Versão de maio de 2017.



CONSELHO FISCAL

disciplinar, estando disponível no sítio da internet da empresa, o relatório referente ao ano de 2016¹⁹.

6. OUTROS ASPETOS:

- Não obstante a CP ter norteado a sua atividade de acordo com o Plano de Atividades e Orçamento 2017, ainda não aprovado, não foram emitidas orientações específicas para a empresa pelo que não se mostra adequado efetuar uma análise ao cumprimento das mesmas;
- Não foram fixados objetivos de gestão para o exercício, nem celebrados contratos de gestão com os gestores, o que igualmente inviabiliza a avaliação do desempenho dos mesmos;
- A CP implementou políticas comerciais mais eficazes, ajustou a oferta em função da procura, como forma de implementar estratégias de maximização das receitas. Daqui resultou um crescimento do número de passageiros transportados em de 6,3% face ao ano de 2016, traduzindo-se num aumento de 8,1% no volume de negócios²⁰;
- Regista-se por mais um ano a ausência da atribuição por parte do Estado de indemnizações compensatórias à parte da operação correspondente à prestação do serviço público;
- Por conseguinte, afigura-se necessário e imprescindível a contratualização do serviço público a prestar pela CP, bem como prosseguir com o processo de saneamento financeiro, de forma a assegurar a sustentabilidade económico-financeira da empresa.

7. PARECER

De acordo com o que precede e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Oliveira, Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., e o Relatório dos Auditores Externos, Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., com os quais concordamos, para efeito de preparação do presente Relatório e Parecer, o Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras individuais, preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CP, à data de 31 de dezembro de 2017 e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou, ainda, que o conjunto das demonstrações financeiras individuais da CP permite uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa associados ao exercício em análise.

¹⁹ De janeiro de 2017.

²⁰ Corrigido dos subsídios à exploração.

CONSELHO FISCAL

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que:

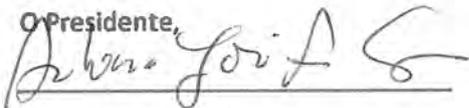
- i) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais da CP, relativas ao exercício de 2017, atenta a ênfase expressa na Certificação Legal das Contas;
- ii) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados do exercício apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido do Resultado Líquido negativo no montante de 111.951.646 euros ser levado a resultados transitados.

Por último, o Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que lhe foi prestada ao longo do ano de 2017, tanto pelo anterior como pelo atual Conselho de Administração e demais colaboradores da CP.

Lisboa, 29 de março de 2018.

O Conselho Fiscal,

O Presidente,



António Farinha Simão

Os Vogais,



M.ª de Lurdes Correia de Castro



Nelson Costa Santos

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

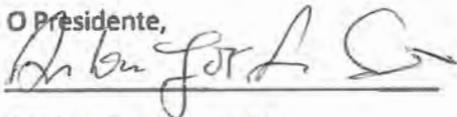
A informação constante no Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução do negócio, do desempenho da empresa, contém uma descrição dos acontecimentos mais relevantes ocorridos no ano e o seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras, destacando os principais riscos e incertezas com que se defronta; e

A informação constante no Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E..

Lisboa, 28 de março de 2018.

O Conselho Fiscal,

O Presidente,

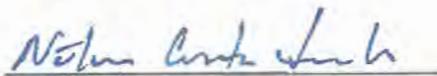


António Farinha Simão

Os Vogais,



M.ª de Lurdes Correia de Castro



Nelson Costa Santos



COMBOIOS DE PORTUGAL



CP
TURÍSTICA

3